

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Joana Borges de Faria

O ensino de História no primeiro Gymnasio da Capital (1894 – 1931)

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

SÃO PAULO

2012

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Joana Borges de Faria

O ensino de História no primeiro Gymnasio da Capital (1894 – 1931)

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, sob orientação do Prof. Doutor Kazumi Munakata

SÃO PAULO

2012

Banca Examinadora

Agradecimentos

Quero agradecer:

Ao professor e grande amigo Kazumi, por suas inquietantes aulas, pela atenciosa e paciente orientação, pela confiança, pela paciência, pelas conversas, pelas risadas, pelas bobagens, pelos almoços e, é claro, pelos livros.

Às professoras Circe Bittencourt e Maria do Carmo Martins, pela leitura atenta, pela troca de idéias, pelas indicações bibliográficas e pelas orientações.

À Maria Aparecida Cabral, por sua gentileza e paciência.

À Capes e ao CNPq, pelo financiamento. Ao pessoal do Arquivo do Estado, da Escola Estadual São Paulo e da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, pela colaboração e ajuda.

À Betinha, pela atenção, paciência, ajuda e principalmente pela amizade. Aos amigos Thiago Boim e André Pirola, pelo incentivo e pelas horas inesquecíveis que passamos juntos. Aos amigos Bianca, Álvaro e Rodolfo, pela conversas e risadas, sem as quais esses dois anos teriam sido sem graça. À todos os colegas e professores do EHPS, com quem aprendi muito.

Aos amigos Carol, Jana, Gabs, Rô, Marina, Hilton, Thales, Renan e Cris, pelo carinho e apoio. Às minhas irmãs Elisa e Domi e ao Hernán, pelo companheirismo, pela torcida, pela confiança, pela paciência, pela amizade e por estarem sempre por perto. À Ana Rita, Ana Maria e Cida, pelo carinho e pela força.

À grande amiga Tai, pelo companheirismo, pelas confidências, pelas viagens, pelas conversas, pelas risadas, pelas infinitas e felizes bobagens, enfim, por absolutamente tudo que vivemos juntas nesses anos.

Especialmente aos meus pais, que são tudo na minha vida.

Resumo

Identificar as finalidades educativas do ensino da disciplina escolar História no primeiro Ginásio de São Paulo, seus conteúdos disciplinares e métodos pedagógicos propostos entre 1894, data de sua implantação, e 1931, ano em que ocorreu a Reforma Francisco Campos, na qual foi decretada a normalização do sistema seriado e a extinção do curso preparatório, com o objetivo de compreender o processo de consolidação da disciplina História dentro do currículo da incipiente escola secundária pública no estado de São Paulo.

Assim, foram analisados, do período do estudo, os programas de ensino da disciplina História do Ginásio da Capital; as Leis e os Decretos federais e estaduais; os Anais das Câmaras dos Deputados e Senado do Estado de São Paulo, e os Relatórios dos Secretários de estado, com o objetivo de recuperar as prescrições governamentais e embates políticos acerca do ensino de História no curso secundário. Ademais, foram consultados os documentos que compõem o acervo da própria instituição, denominada hoje de Escola Estadual São Paulo, na tentativa de identificar as práticas educativas da disciplina: atas e exames dos concursos para provimento das cadeiras de História Universal e História do Brasil, provas de promoção e finais de História, atas da Congregação, boletins escolares, ofícios diversos, cópia dos relatórios anuais enviados à Secretaria dos Negócios e do Interior.

A pesquisa segue a linha de investigação de André Chervel, que estuda a escola a partir da história das disciplinas escolares e compreende essa instituição como produtora de um saber próprio. As disciplinas escolares não são, portanto, transposições didáticas das ciências de referência, mas se constituem no interior da própria escola, destinada à instrução de crianças e adolescentes, a partir de finalidades educativas impostas pela sociedade. Para compreender a história da disciplina História na escola secundária, em São Paulo, nesse período, busco estabelecer, portanto, de que maneira os conteúdos de instrução foram colocados a serviço de determinadas finalidades.

Abstract

Identify the History discipline educational finality in the first Ginásio de São Paulo, its contents and pedagogical methods between 1894, date of its implantation, and 1931, year when occurred the Francisco Campos Reform, in which was proclaimed the serial system's normalization and the preparatory course's extinction, in order to comprehend the processes of History discipline's consolidation within incipient public secondary school curriculum in São Paulo.

Therefore, it was analyzed, in the study period, the Ginásio da Capital History's teaching plan; federal and São Paulo state's laws; São Paulo house of representatives' annals, state secretaries' reports, in order to recover the governmental prescriptions and political impingement over History teaching in secondary course. Furthermore, the historical documents in the school's archive, were consulted, as an effort to identify the History's educational practices: minutes and exams of History teacher's contest, final and promotional exams, congregation's minutes, school's bulletins, mail and school's annual reports.

The research proceeds along André Chervel's investigation, that studies school through school discipline's history and understand this institution as an own knowledge producer. The school disciplines aren't, therefore, a transposition of the reference science, but it is constituted inside the school, dedicated to instruct children and adolescents, from educational finalities imposed by society. In order to comprehend the history of the History's discipline on secondary school, in São Paulo, at that period, it's necessary to find out how the contents were used according to a specific finality.

Sumário

Introdução	10
Capítulo I: O ensino secundário na Primeira República	23
1.1. Exames parcelados X Curso seriado	23
1.2. Ginásio da Capital: a concretização de um projeto	30
1.2.1. O Ginásio da Capital e seus alunos	35
1.2.2. O Ginásio da Capital e seus professores	50
Capítulo II: O ensino secundário no estado de São Paulo	54
2.1. A Reforma da Instrução Pública no estado de São Paulo	54
2.2. O curso ginásial	58
Capítulo III: O ensino de História no Ginásio da Capital	71
3.1. A História/História Universal do Ginásio da Capital	71
3.1.1. O professor de História/História Universal do Ginásio da Capital: Cônego José Valois de Castro	72
3.1.2. Os programas de História/História Universal do Ginásio da Capital	79
3.1.3. Os exames de História/História Universal do Ginásio da Capital	88
3.2. A História do Brasil no Ginásio da Capital	92
3.2.1. O professor de História do Brasil do Ginásio da Capital	94
3.2.2. Os programas de História do Brasil do Ginásio da Capital	101
3.2.3. Os exames de História do Brasil do Ginásio da Capital	104
Considerações finais	108
Referência bibliográfica	111
Documentos consultados	115
Anexos	121

Lista de Quadros, Tabelas e Gráficos

Quadros

Quadro 2.1 – História: Nomenclatura e Cadeira de ensino

Quadro 3.1 – Exames de promoção e de Preparatório de História Universal do Ginásio da Capital (1903-1920)

Quadro 3.2 – História do Brasil: Nomenclatura e Cadeira de ensino

Quadro 3.3 – Exames de promoção e de Preparatório de História do Brasil do Ginásio da Capital (1903-1921)

Tabelas

Tabela 1.1 – Número de matrículas por ano do curso e número de alunos diplomados no Ginásio de São Paulo de 1895 a 1900

Tabela 1.2 – Número de matrículas por ano do curso e número de alunos diplomados no Ginásio de São Paulo de 1901 a 1913

Tabela 1.3 – Número de estabelecimentos que ofereciam cursos secundários e número de alunos matriculados nestes estabelecimentos de 1908 a 1917

Tabela 1.4 – Número de alunos matriculados nos cursos secundários de 1918 a 1930

Tabela 2.1 – Quantidade de aulas semanais, por matéria, ao longo dos anos do curso de acordo com os Regulamentos dos Ginásios de 1895, 1897, 1900, 1919, 1926 e com o Decreto nº 872, de 7 de fevereiro de 1901

Tabela 2.2 – Quantidade de aulas destinadas ao ensino das humanidades clássicas e humanidades científicas no currículo dos ginásios de São Paulo entre os anos de 1895 e 1926

Tabela 2.3 – Quantidade de aulas do currículo dos ginásios de São Paulo entre os anos de 1895 e 1926

Tabela 3.1 – Distribuição dos conteúdos no tempo reservado à disciplina História de acordo com o número de pontos e número de aulas previstos pelo Programa de Ensino e Regulamento dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895 e 1897

Gráficos

Gráfico 2.1 – Trajetória das humanidades no currículo dos ginásios paulista de 1895 a 1926

Gráfico 2.2 – Trajetória dos conjuntos das disciplinas dos ginásios de São Paulo entre os anos de 1895 e 1926

Gráfico 2.3 – Trajetória dos das disciplinas Geografia e Cosmografia ou Geografia Geral, História Universal e História do Brasil nos currículos dos ginásios de São Paulo entre os anos de 1895 e 1926

Introdução

Integrei o projeto Histórias das disciplinas escolares e do livro didático como bolsista de iniciação científica em 2007. Dei início a minha pesquisa sobre os exercícios escolares de História sem grande interesse e conhecimento na área de ensino de história e de história do livro didático – o único contato com o livro escolar havia sido como aluna durante a formação escolar. A escolha por estudá-los partiu da sugestão do professor Kazumi Munakata, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, que destacou o fato dos exercícios escolares serem pouco estudados nas pesquisas realizadas.

Somente no decorrer da pesquisa, por meio da análise das fontes e da leitura da bibliografia sobre história das disciplinas escolares e história do livro didático, compreendi a relevância desse tipo de estudo e me interessei por este objeto. O processo de pesquisa e seus desdobramentos apontaram outras lacunas e despertaram novas curiosidades que motivaram o ingresso no mestrado e a continuação dos estudos sobre a disciplina escolar História numa perspectiva histórica.

A iniciação científica desenvolvida, *Exercícios didáticos de História do Brasil – Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries*, na tentativa de compreender a história da História como disciplina escolar, traçou os rumos tomados pelo ensino de História desde a década de 1940 até os dias atuais, por meio da análise dos exercícios nos livros didáticos de História do Brasil, do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries, publicados nas décadas de 1940, 1970 e 2000. Esta pesquisa privilegiou a análise dos exercícios sem preocupar-se, em função do curto período do estudo, com seus usos em sala de aula. No entanto, como adverte Dominique Julia (2001, p. 29), o “manual não é nada sem o uso que dele for realmente feito, tanto pelo aluno como pelo professor” e, portanto, sua análise traduz apenas parte da história da disciplina.

Esse problema definiu o projeto inicial de estudo a ser realizado durante o mestrado: entender a relação entre os exercícios dos livros didáticos e seus usos por professores e alunos na construção do conhecimento escolar histórico. Esse objetivo inicial levou a pesquisa para dentro da escola, sendo necessário, portanto, escolher uma instituição de ensino onde pudesse ser feita a investigação.

Ademais, instigada em conhecer os processos históricos que resultaram na institucionalização do currículo escolar enquanto disciplina (GOODSON, 2001), especificamente a história da disciplina escolar História no Brasil, optei por estudar o início do período republicano, final do século XIX e início do século XX. Assim como Goodson

(2001), André Chervel (1990) também identifica esses anos como o momento de nascimento das disciplinas escolares. Segundo o pesquisador francês, a palavra disciplina, no sentido de conteúdo de ensino, tem sua origem na crise das humanidades clássicas, padrão de ensino prevalente até o final do século XIX. O termo que anteriormente significava exercício intelectual para a formação do espírito, apenas possível por meio das humanidades clássicas, passa a designar todas as matérias de ensino com a emergência das disciplinas científicas, na primeira metade do século XX.

Ao determinar o período de estudo, defini também a escola onde seria realizada a pesquisa, a Escola Estadual São Paulo, antigo *Gymnasio*¹ da Capital, fundado em 1894. Foi o primeiro ginásio criado em São Paulo e a escolha por estudá-lo se deu por ser a primeira instituição escolar pública de instrução secundária do estado de São Paulo.

Nas primeiras visitas à escola, com o objetivo de fazer um levantamento dos documentos do período da investigação, percebi que o seu acervo é grande e muito rico, mas com poucos documentos que possam evidenciar os usos de exercícios escolares nas aulas de História. Em função disso, mudei o foco da pesquisa e ao invés de analisar somente os exercícios de História e seus usos por professores e alunos, decidi estudar também os conteúdos disciplinares do ensino de História nas escolas secundárias do estado de São Paulo.

Assim, ao observar inicialmente as fontes e ler a bibliografia sobre ensino secundário e ensino de História no Império e na Primeira República, identifiquei algumas lacunas e cheguei ao tema de estudo. Esta pesquisa pretendeu, portanto, identificar as finalidades educativas do ensino da disciplina escolar História no primeiro Ginásio de São Paulo, seus conteúdos disciplinares e métodos pedagógicos propostos para a escola secundária entre 1894, data de implantação do Ginásio, e 1931, ano em que ocorreu a Reforma Francisco Campos, na qual foi decretada a normalização do sistema seriado e a extinção do curso preparatório, com o objetivo de compreender o processo de consolidação da disciplina História dentro do currículo da incipiente escola secundária pública no estado de São Paulo.

Segundo estudo realizado na França por Chervel (1992), desde o seu aparecimento, aproximadamente em 1815, o termo secundário em educação refere-se a um ensino intermediário, propedêutico aos estudos superiores, e ligado ao estudo das humanidades.

As humanidades, que têm longa história e remonta às *artes liberales* dos gregos antigos e como eixo central a *“literatura latina, isto é, os autores romanos e os exercícios de*

¹ *Gymnasio* corresponde a grafia do período em que essa instituição foi fundada, porém para o restante do trabalho usarei a grafia atual, ginásio.

composição em latim” (Chervel & Compère, 1997, p. 6) e os textos gregos caracterizaram o ensino francês durante séculos e moldaram a cultura francesa.

Do homem honesto das idades clássicas ao homem cultivado da época contemporânea, o indivíduo que essa tradição forma é aquele que, pela prática dos textos e dos autores, pelo contato com as civilizações fundadoras, pelo exercício da tradução, da imitação e da composição, adquiriu o gosto, o senso crítico, a capacidade de julgamento pessoal e a arte de se exprimir oralmente e por escrito, conforme as normas recebidas. (...) No ensino tradicional francês, as humanidades clássicas definem-se, antes e principalmente, por uma educação, uma educação estética, retórica, mas também igualmente moral e cívica (Chervel&Compère, 1997, p. 6).

O estudo das humanidades, especificamente o ensino do latim, imprimiu caráter próprio ao ensino secundário na França, que se diferenciou do primário ao oferecer um ensino letrado voltado à formação das elites (CHERVEL, 1992).

O papel da instrução pública, (...) deve ser de ‘fixar a sociedade’ para acabar com a revolução. Para conseguir esse objetivo, é imperativo distinguir dois tipos de instrução: a instrução primária, que deve ser estendida por todo o território, mas estritamente limitada em seus conteúdos (...). A outra forma de instrução deve ser reservada às classes mais ricas e constituir o que Guizot denominará mais tarde de ‘cultura de classe média’. ‘Desde que as luzes se espalharam, elas devem necessariamente acompanhar os mais dotados das classes superiores ou os mais ricos (...). Esse é o objetivo de instrução secundária (...). Esta instrução compreende tudo o que se deve saber para se tornar um homem bem educado (CHERVEL, 1992, p. 106).

Assim, o ensino secundário consolidou-se na França, a partir de 1845, como o segundo dos três graus de instrução existentes, intimamente relacionado à formação de uma cultura de elite e à preparação para os estudos superiores. Acerca do nascimento do secundário, na França, Bittencourt afirma:

Tratava-se de um curso que necessitava legitimar uma nova divisão social fundamentando-a no domínio do saber letrado, em uma sociedade que não mais podia conservar seus privilégios, apenas, pelo sangue e pelos títulos de nobreza (BITTENCOURT, 1993).

No Brasil, o ensino secundário foi introduzido pelos Jesuítas, que além da catequese, na qual ensinava-se “ler, escrever e contar” aos meninos índios e filhos de colonos, instituíram um curso intermediário, que tinha como objetivo preparar os alunos para a

admissão aos cursos superiores, nos Colégios ou Seminários, por meio do ensino da cultura clássica. Nesse sentido, o caráter humanista do ensino secundário significou a valorização de uma cultura que tinha como modelo o mundo ocidental europeu e representou a separação entre a elite e o restante da população (GASPARELLO, 2004).

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, foi inaugurado no Brasil e demais territórios que compunham o Império Ultramarino Português, o sistema de ensino das Aulas Régias, que marcou a criação da escola pública no Brasil (CARDOSO, 2002).

Os estudos denominados menores contavam com dois níveis, o primário, que compreendia as Aulas Régias de ler, escrever e contar; e o secundário, no qual ensinava-se aos alunos os conteúdos que seriam a base dos estudos posteriores, representados pelas cadeiras de Humanidades, isto é, Gramática Latina, Língua Grega, Língua Hebraica, Retórica, Poética, Filosofia Moral e Racional, Economia Política, Desenho e Figura, Língua Inglesa, Língua Francesa e Comércio. O termo escola, nesse momento, significava cadeira, ou seja, Aula Régia de determinado conteúdo e essa escola consistia numa unidade de ensino com um professor. As Aulas eram frequentadas de acordo com o interesse dos alunos, pois não estavam articuladas (CARDOSO, 2002).

Os colégios e liceus criados ao longo do século XIX corresponderam à transição do sistema de Aulas Régias, avulsas e desarticuladas, para os ginásios, instituição que se disseminou a partir da proclamação da República e que contava com cursos seriados e seqüenciais (BITTENCOURT, 1993).

Assim, o ensino secundário brasileiro no século XIX era composto de tipos de escolas muito diversas entre si: de liceus estatais; de colégios confessionais, onde o ensino era organizado em séries e “aulas” seqüenciais; de seminários “menores”, nos quais formavam-se clérigos; e de cursos esparsos, nos quais eram ministradas aulas avulsas de latim e outras disciplinas com o objetivo de preparar os alunos para os exames preparatórios.

A fundação do Imperial Colégio de Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1837, associado à monarquia e ao Imperador, promoveu uma transformação expressiva no ensino secundário brasileiro, pois exerceu grande influência na educação e sociedade brasileira em geral, durante o período imperial, ao elaborar o currículo utilizado pelas demais escolas secundárias do país, estruturar a forma escolar secundária do século XX, encabeçar a construção do projeto civilizatório do Império e difundir a identidade nacional branca, de origem européia e cristã (GASPARELLO, 2002).

Núcleo urbano em expansão, centro político e cultural do país, o Rio de Janeiro do século XIX, propiciou a ascensão de uma elite letrada. Os professores do Colégio Pedro II pertenciam a esse círculo de leitores e elite intelectual preocupados com a apropriação de uma cultura superior, aos moldes europeus, centrada na idéia de civilização. Essa cultura somente poderia ser atingida por meio do letramento. Nesse sentido, o colégio surge com o objetivo de formar, por meio do ensino das humanidades, essa elite capaz de dirigir o país e reproduzir essa herança sociocultural superior. (GASPARELLO, 2002).

Com a definição do território em sua unidade – o corpo da pátria herdado da colonização – e a forma de governo – que garantia a unidade e preservação de valores aristocráticos – faltava garantir os contornos civilizados das elites nacionais. Nesse processo, ganham terreno as humanidades e o Imperial Colégio Pedro II (GASPARELLO, 2002, p. 47).

Entretanto, além da importância assumida pelo Colégio Pedro II nos rumos tomados pelo ensino secundário ao longo do século XIX, este também foi fortemente influenciado pelos exames de preparatórios para os cursos superiores.

Desde 1808, a admissão dos alunos às escolas superiores estava condicionada à aprovação nos exames de estudos preparatórios (SANTOS, 2005).

Embora não houvesse (...), no período em foco, (...) um sistema de ensino secundário organizado uniformemente em todo o território nacional, os exames de preparatórios serviam como elemento de coesão dos estudos preliminares à educação superior, denominado de ensino secundário (SANTOS, 2005, p. 9).

Os exames correspondiam às provas elaboradas sobre disciplinas e pontos específicos que os alunos deveriam saber para ingressar nos cursos superiores. Eram regulamentados e fiscalizados pelo governo central e durante muitos anos foram apenas realizados na Corte. A fundação do Colégio de Pedro II não interrompeu o sistema de preparatórios, que somente foi extinto em 1931, na Reforma de Francisco Campos (HAIDAR, 1972).

No final do século XIX, o Colégio de Pedro II tornou-se o padrão a ser seguido pelas demais escolas secundárias do país, que podiam obter a equiparação. Um dos direitos dos equiparados era a possibilidade de instalação de Bancas de Exames de Preparatórios. Essa medida ratificou o caráter centralizador da instrução secundária durante esse período, pois embora o Ato Adicional de 1834 tivesse descentralizado a educação, ao deixar o ensino primário e secundário sob responsabilidade das províncias, o modelo de ensino ditado pelo

Colégio de Pedro II, que seguia os pontos exigidos nos exames de preparatórios, deveria ser seguido para a obtenção da equiparação (GASPARELLO, 2002).

Assim, o ensino secundário constituiu-se ao longo do século XIX e início do século XX alicerçado no estudo das humanidades, no caráter de preparatório aos cursos superiores e na formação de uma cultura de elite (GASPARELLO, 2002).

Ao longo do século XIX e início do século XX, entretanto, essa modalidade de ensino passou por várias transformações que colocaram em questão a própria finalidade da instrução secundária e contribuíram para a institucionalização da forma escolar do secundário no Brasil.

Tinham como horizonte as mudanças que se processavam no ensino europeu (...) que expressavam as necessidades e interesses de uma sociedade moderna, na qual se ampliavam as exigências de saberes científicos e técnicos para um maior número de pessoas capazes de exercer funções diversas na burocracia e serviços de toda ordem.

Na definição do modelo ensino secundário, o debate em torno da questão da cultura clássica versus cultura humanista moderna, desenvolveu-se de modo articulado às questões vistas como instrumentais e de organização, como a extinção dos exames de preparatórios e a adoção dos estudos seriados (...) (GASPARELLO, 2002, p. 67).

A implantação do primeiro Ginásio da Capital, em 1894, e dos demais ginásios no estado de São Paulo, não representou uma simples adaptação das instituições de instrução secundárias já existentes no Brasil, ao contrário, seu projeto refletiu estas novas propostas para o ensino secundário e, portanto, defendeu a instituição do modelo de curso ginásial em oposição à realização de aulas avulsas e desarticuladas. Esse novo modelo era considerado, pelos paulistas, mais eficiente na formação de uma elite que pudesse dirigir o país, por meio da mudança de seus hábitos e costumes (CABRAL, 2008). Nesse sentido,

(...) o curso significava muito mais do que a aprendizagem de certos conteúdos inerentes às matérias exigidas para o ingresso no ensino superior. Tratava-se, de fato, da definição e articulação de todo o processo de escolarização, que era iniciado por meio da explicação das finalidades educativas e consolidado a partir da construção das formas de avaliação e do gerenciamento de todo o processo educativo. Nessa nova proposta de educação, a experiência escolar se tornava uma necessidade para a concretização dos fins e dos objetivos propostos, por isso, a simples realização de matérias foi duramente criticada sob argumentação de sua incapacidade de contribuir para a construção de novos comportamentos e valores sociais (CABRAL, 2008, p. 57).

Segundo esta proposta paulista para o ensino secundário, o curso seqüencial era mais capaz de habilitar os alunos que desejassem ingressar nos cursos superiores do que os exames de preparatórios.

De acordo com esses preceitos, o curso do Gymnasio foi organizado de forma seqüencial e legitimou a realização da divisão dos conteúdos por meio de matérias de ensino sob forma de cadeiras. Nesse período, o termo cadeira de ensino era designado para a definição do cargo do professor e a matéria referia-se aos conteúdos de ensino, ou seja, as disciplinas escolares (CABRAL, 2008, p. 59).

Embora, durante as primeiras décadas do período republicano, os três primeiros ginásios do estado, São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto, tenham sido instalados, e inúmeras tenham sido as discussões acerca da extinção dos cursos de preparatórios e exames parcelados, essa medida só foi tomada em 1931, na Reforma Francisco Campos.

Este levantamento realizado sobre o ensino secundário e o ensino de História demonstra que já existem algumas pesquisas que tratam destes temas, porém também indica que ainda há muito a ser estudado na tentativa de identificar as rupturas e continuidades do processo de constituição da forma escolar do secundário no Brasil e da disciplina escolar História. Pode-se observar que a atenção maior das pesquisas está centrada no período imperial e poucas delas têm como foco central o início do período republicano. Se Gasparello (2002) e Cabral (2008) apontam para uma mudança nas finalidades educacionais do secundário a partir do século XX, que resulta na extinção dos exames de preparatórios e na instituição do curso regular e seriado, a pesquisa em questão buscou compreender, a partir da disciplina escolar História, como se deu essa transformação.

Da mesma forma, a maioria das pesquisas já realizadas analisa o ensino secundário no âmbito nacional e, portanto, os estudos privilegiam os debates e as instituições da cidade do Rio de Janeiro, sede do Governo Federal nesse período. O estudo de Cabral (2008) nos mostra, no entanto, que novas propostas para essa modalidade de ensino estão sendo realizadas e colocadas em prática no estado de São Paulo. Lacuna esta que também pretendeu ser preenchida a partir desta pesquisa de mestrado.

Foram identificadas algumas pesquisas que estudam o ensino de História nesse período: a tese de doutorado de Circe Maria Fernandes Bittencourt, *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar* e a obra de Arlette Medeiros Gasparello, *Construtores de Identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. Ambas as pesquisas partem da análise dos livros didáticos de História

para identificar as finalidades educativas do ensino desta disciplina. Bittencourt (1993) desloca seu olhar para aquilo que acontece dentro da escola, em relação à produção e aos usos do livro didático. Gasparello (2002) analisa a formação da identidade nacional e sua relação com a elaboração e usos dos livros didáticos nas salas de aula. Em sua pesquisa, os livros de História do Brasil foram analisados em relação à materialidade do objeto livro e também ao discurso nacional, por ele transmitido.

As duas investigações evidenciam as finalidades do ensino da História nos primeiros anos da República, no entanto, centram suas análises nos livros didáticos. Nesse sentido, as pesquisas abordam a relação entre os currículos prescritos da História e os exames de preparatórios, porém não aprofundam esta questão. Esta pesquisa teve também como objetivo estabelecer essa relação.

Gasparello (2002) centra sua pesquisa sobre o ensino de História no Imperial Colégio de Pedro II e identifica que essa instituição tornou-se modelo para as demais instituições secundárias do Brasil a partir do final do século XIX. A pesquisa de Cabral (2008), no entanto, assinala que estão acontecendo discussões educacionais e políticas no âmbito estadual, em São Paulo. Essa pesquisa também questiona o caráter modelar do ensino de História do Colégio de Pedro II no início do período republicano e pretende identificar as especificidades das finalidades educativas, dos conteúdos disciplinares e das práticas pedagógicas desta disciplina no estado de São Paulo nesse período.

Também abordam o tema ensino de História na primeira metade do século XX as obras *Pátria, Civilização e Trabalho*, também de Circe Maria Fernandes Bitterncourt; *Um quarto de século de programas e compêndios de história para o ensino secundário brasileiro: 1931/1956*, Guy de Hollanda; *O ensino de história como um fator de coesão nacional, os programas de 1931*, de Kátia Maria Abud; *A pedagogia histórica de Jonathas Serrano. Uma teoria do ensino de história para a escola secundária brasileira (1913-1935)*, de Itamar Freitas; e, desse mesmo autor, *Histórias do ensino de história no Brasil*.

Com exceção do trabalho de Bittencourt (1990), todos os outros estudam o ensino de História a partir da década de 1930. A pesquisa de mestrado de Bittencourt analisa o ensino de História no estado de São Paulo no início do período republicano, nas escolas primária e secundária, com o objetivo de identificar os sujeitos envolvidos na construção do saber histórico. Em relação ao ensino secundário, a autora avalia de que forma foram construídos os currículos de História e constata que não houve grandes mudanças na distribuição do tempo e método de ensino entre os anos de 1917 e 1939. Foi o único trabalho encontrado que

privilegia o estudo sobre o ensino de História no estado de São Paulo, no entanto, a pesquisa enfoca as décadas de 1920 e 1930.

Esta pesquisa de mestrado é, portanto, inovadora, pois, ao inserir-se na área de estudos da história da disciplina escolar História, lança olhar sobre aquilo que ainda não foi estudado, as finalidades educativas da disciplina História, seus conteúdos disciplinares e métodos pedagógicos, no primeiro ginásio do estado de São Paulo, nas primeiras décadas do período republicano, a fim de conhecer a história da disciplina História nestes anos.

Esta pesquisa tem, portanto, como tema a história da disciplina escolar História no Ginásio da Capital, nas décadas iniciais do período republicano.

Para tanto, me proponho a responder as seguintes questões: 1) Qual era o ensino de História proposto pelo estado de São Paulo para o secundário neste período?; 2) Qual a relevância do ensino da História no conjunto do currículo proposto para a escola secundária neste período?; 3) Qual a relação entre a seleção e organização dos conteúdos de História do ensino secundário e os exames de preparatórios para o ingresso nos cursos superiores neste período?; 4) Quais as semelhanças e diferenças entre os programas de ensino do Imperial Colégio de Pedro II e do Primeiro Gymnasio da Capital neste período?; 5) Quais os conteúdos disciplinares privilegiados no ensino de História no Primeiro Gymnasio da Capital neste período?; 6) Quais os métodos pedagógicos privilegiados no ensino de História no Primeiro Gymnasio da Capital neste período?

Uma vez que a pesquisa teve como objetivo compreender os processos de consolidação da disciplina História dentro do currículo da incipiente escola secundária pública no estado de São Paulo, uso como Referencia Teórico os pesquisadores André Chervel e Ivor Goodson.

Para Chervel, a escola é um lugar com características particulares, onde atuam variados agentes, internos e externos, e, desse modo, é produtora de um saber próprio. Assim, as disciplinas escolares não são transposições didáticas das ciências de referência, mas se formam no interior da própria escola a partir de finalidades específicas (CHERVEL, 1990).

A função real da escola na sociedade é então dupla. A instrução das crianças, que foi sempre considerada como seu objetivo único, não é mais do que um dos aspectos de sua atividade. O outro, é a criação das disciplinas escolares, vasto conjunto cultural amplamente original que ela secretou ao longo de decênios ou séculos e que funciona como uma mediação posta a serviço da juventude escolar em sua lenta progressão em direção a uma sociedade global. No seu esforço secular de aculturação das jovens gerações, a sociedade entrega-lhes uma linguagem de acesso cuja funcionalidade é, em seu princípio, puramente transitória. Mas essa linguagem adquire imediatamente sua autonomia, tornando-se um

objeto cultural em si e, apesar de um certo descrédito que se deve ao fato de sua origem escolar, ela consegue contudo se infiltrar subrepticiamente na cultura da sociedade global (CHERVEL, 1990, p. 200).

O estudo das disciplinas escolares evidencia o caráter eminentemente duplo da escola de formar os indivíduos e também criar uma cultura própria capaz de penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global. Segundo Bittencourt:

Conteúdos e métodos (...) não podem ser entendidos separadamente e, ainda, os conteúdos escolares não são vulgarizações ou meras adaptações de um conhecimento produzido em um 'outro lugar', mesmo que possuam relações com esses outros saberes ou ciência de referência. A seleção dos conteúdos escolares depende intrinsecamente de finalidades específicas e, assim como os métodos, não são decorrentes dos objetivos das ciências de referência. A análise da história da disciplina escolar proposta por Chervel deve ser, então, problematizada relacionando três aspectos: a gênese da disciplina, seus objetivos e seu funcionamento (BITTENCOURT, 2003).

Os conteúdos e métodos compõem as disciplinas escolares e seus estudos devem, portanto, remeter às finalidades do ensino. Estas finalidades provêm da sociedade e conduzem os principais objetivos da instrução e da educação. Segundo Chervel:

A história dos conteúdos é evidentemente seu [da disciplina escolar] componente central, o pivô ao redor do qual ela se constitui. Mas seu papel é mais amplo. Ela se impõe colocar esses ensinamentos em relação com as finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem. Trata-se então para ela de fazer aparecer a estrutura interna da disciplina, a configuração original à qual as finalidades deram origem, cada disciplina dispondo, sobre esse plano, de uma autonomia completa, mesmo se analogias possam se manifestar de uma para outra (CHERVEL, 1990, p. 187).

Estas finalidades estão implícitas em cada um dos componentes das disciplinas escolares: ensino de exposição, exercícios, práticas de incitação e de motivação e aparelho docimológico (CHERVEL, 1990); e o estudo destes componentes esboça parte da história da disciplina escolar.

Já para Goodson, o estudo da disciplina escolar está intimamente ligado ao estudo do currículo. A escola moderna não é uma evolução de antigas formas de educação, ao contrário, é um produto da própria modernidade e de suas finalidades específicas. É a soma de elementos diversos e desconectados que culminaram na conformação do espaço escolar,

instituição diferente das demais, com características e objetivos próprios, em que a educação foi sistematizada e formalizada (HAMILTON, 1992). A história do currículo, portanto, renova e amplia a compreensão de como se deu o processo de escolarização moderno, ao propor uma nova forma de analisar as relações complexas entre a escola e a sociedade, análise esta que “(...) mostra que as instituições educativas tanto refletem como refratam as definições sociais do conhecimento culturalmente válido, desafiando os modelos simplistas da teoria da reprodução” (Goodson, 2001, p.98).

Segundo Goodson (1990, 1995, 2001), o estudo do currículo está intimamente ligado ao estudo das disciplinas escolares, pois que, na era moderna, lidamos com um currículo enquanto disciplina. Como principal veículo do conhecimento educacional, as disciplinas escolares devem ser estudadas, para o autor, com o objetivo elucidar a forma como a sociedade seleciona, classifica, distribui e transmite esse conhecimento e de que forma isto se relaciona com questões de poder e controle social ao longo do tempo. Estudar as disciplinas escolares é, portanto, centrar as análises nos “terrenos altos”, onde é reinventado e reafirmado o status de elemento dado do conhecimento escolar. Nessa perspectiva, Goodson questiona a visão de que as matérias escolares derivam das disciplinas intelectuais e propõem uma pesquisa histórica que coloca as matérias e suas origens como objetos centrais de investigação.

Era tempo de conhecermos os fatos históricos, relativamente ao início do ensino das disciplinas modernas na Inglaterra, e de os conhecer em conexão com a história das forças sociais, que as trouxeram para o currículo educacional (GOODSON, 2001, p.88).

A pesquisa em questão justifica-se, pois lança olhar sobre as finalidades educativas da disciplina escolar História, seus conteúdos disciplinares e métodos pedagógicos nas escolas secundárias do estado de São Paulo, nas primeiras décadas do período republicano, e assim, pretende compreender as contradições que resultaram na construção de seu currículo, e consequentemente, traçar parte da história dessa disciplina escolar.

Nessa perspectiva, a pesquisa pretendeu compreender o processo de consolidação da disciplina História dentro do currículo da incipiente escola secundária pública no estado de São Paulo, ao identificar as finalidades educativas do ensino da História, seus conteúdos disciplinares e métodos pedagógicos propostos para o Ginásio da Capital entre 1894, data de sua implantação, e 1931, ano em que ocorreu a Reforma Francisco Campos, na qual foi decretada a normalização do sistema seriado e a extinção do curso preparatório.

Para a realização desta pesquisa, foram, inicialmente, localizados os programas de ensino da disciplina História do Ginásio da Capital; as Leis e os Decretos federais e estaduais; os Relatórios dos Secretários de Negócios do Interior do Estado de São Paulo; e os Anuários do Ensino no Estado de São Paulo, com o objetivo de recuperar as prescrições governamentais e embates políticos acerca do ensino de História no curso secundário no estado de São Paulo, nas primeiras décadas do período republicano.

Posteriormente, na tentativa de identificar conteúdos disciplinares e os métodos pedagógicos da disciplina História no Ginásio da Capital, foram consultados os documentos que compõem o acervo da própria instituição, denominada hoje de Escola Estadual São Paulo: livros da secretaria, ofícios diversos, provas de promoção e finais de História, atas da Congregação, boletins escolares, requerimentos de alunos e pais, cópia dos relatórios anuais enviados à Secretaria dos Negócios e do Interior, lista dos livros da biblioteca.

Após a localização, foi feita a primeira seleção e organização das fontes acima citadas, seguida da análise de alguns dos documentos, na tentativa de encontrar as respostas para os problemas que motivaram a investigação e para a apresentação desta qualificação.

Essa análise parte da concepção de que a história é um método de investigação que lida com a realidade e que, por buscar a verdade dos acontecimentos, tem somente nas provas documentais sua legitimidade. O historiador deve, portanto, lançar mão de indícios ao realizar sua pesquisa histórica para chegar à realidade dos acontecimentos (Munakata, 2005). É o que Ginzburg (1989) chama de paradigma indiciário:

Ora, é claro que o grupo de disciplinas que chamamos de indiciárias (incluída a medicina) não entra absolutamente nos critérios de cientificidade deduzíveis do paradigma galileano. Trata-se, de fato, de disciplinas eminentemente qualitativas, que têm por objeto casos, situações e documentos individuais, enquanto individuais, e justamente por isso alcançam resultados que têm uma margem ineliminável de causalidade (...). A ciência galileana tinha uma natureza totalmente diversa, que poderia adotar o lema escolástico *individuum est ineffabile*, do que é individual não pode falar. O emprego da matemática e o método experimental, de fato, implicavam respectivamente a quantificação e a repetibilidade dos fenômenos, enquanto a perspectiva individualizante excluía por definição a segunda., e admitia a primeira apenas em funções auxiliares. Tudo isso explica por que a história nunca conseguiu se tornar uma ciência galileana (GINZBURG, 1989, p. 156).

O historiador que trata suas fontes como indícios, situa-se no campo das possibilidades e não das certezas, embora também se depare com provas. “Cabe ao historiador ampliar ao

máximo o campo das provas, reduzindo o das possibilidades e resistindo à tentação de preencher as lacunas provocadas pela falta de evidências” (MUNAKATA, 2005, p. 7).

Nesse sentido, as análises das fontes para esta pesquisa seguirão esta perspectiva metodológica e serão tratadas como indícios, com o objetivo de compreendê-los nas entrelinhas e de dar vozes aos sujeitos, muitas vezes silenciadas, que estão aprisionados. Desse modo, a investigação tentou identificar o que realmente aconteceu no processo de construção da disciplina escolar História no estado de São Paulo, no início final do século XIX e início do século XX, no que se refere a construção do currículo prescrito e do currículo real.

Capítulo I: O ensino secundário na Primeira República

1.1. Exames parcelados X Curso seriado

A proclamação da República, em 1889, significou a possibilidade de concretização de um novo projeto político que tinha como emblema central o progresso, a civilização e a modernização. Preocupados, principalmente, com a construção da identidade do povo brasileiro, com o desenvolvimento econômico e social do Brasil e com a construção de um regime liberal e democrático, coube aos republicanos promoverem transformações sociais com o objetivo de alcançar tais ideais. Nesse contexto, a escola transformou-se num espaço privilegiado para a efetivação desse projeto. O discurso proferido na Sessão de Inauguração do Primeiro Gymnasio da Capital², pelo Diretor Dr. Bento Bueno, evidencia a importância que assume a instrução pública na superação de um “passado de trevas, obscurantismo e opressão” (CARVALHO, 1989, p. 23) e na construção de uma civilização capaz de promover o seu próprio progresso.

Agora pode São Paulo, antevendo as vantagens dessa grande obra [criação do Gymnasio da Capital], esperar para si esse estadió feliz e cobiçado, em que os povos, á Sombra da Justiça e da Verdade, sem abalos ou imprevistos, elaboram a propria civilisação e perpetuam na humanidade a sua imperecível existencia. Só ahí é que os bons espiritos terão lazeres e energia para enfrentar com segurança esses múltiplos e agros problemas que já veem de apartadas eras, opprimindo as velhas nações e cuja solução está naturalmente reservada ás sociedades como a nossa, florentes e liberaes³.

Em decorrência da proclamação da República, a instrução pública sofreu grandes transformações, a primeira reforma nacional pela qual passou a educação no período republicano foi promovida por Benjamin Constant⁴ em 1890 e, por isso, levou o seu nome. Ela assentou as bases da instrução pública no Brasil e serviu de referência para as demais reformas, que a seguiram. Por meio dela, o ensino secundário foi organizado segundo o modelo ginásial, baseado no Colégio Pedro II, restrito a ele e a mais alguns estabelecimentos

² Na documentação oficial encontram-se, indistintamente, o uso dos termos “Gymnasio da Capital”, “Gymnasio de São Paulo” e “Gymnasio Paulista” para designar essa instituição estadual.

³ Discurso proferido pelo Diretor Bento Bueno na Sessão de Instalação do Gymnasio de São Paulo em 16 de setembro de 1894. Sessão de Instalação do Gymnasio de São Paulo em 16 de setembro de 1894, São Paulo: J. B. Endrizza e Comp., 1896, p. 16).

⁴ As reformas referentes ao ensino secundário correspondem aos Decretos nº 981, de 8/11/1890 e nº 1.075 de 22/11/1890.

que obedeciam aos mesmos padrões. No entanto, os cursos preparatórios e exames parcelados⁵, forma prevalente de ingresso ao ensino superior no período imperial, não foram extintos com o advento do novo regime e permaneceram como o meio mais difundido de acesso às academias até meados da década de 1920. Assim, durante as primeiras décadas da República, coexistiram o modelo ginasial de ensino secundário e o sistema de exames parcelados.

Durante o período imperial, predominaram, no ensino secundário, instituições privadas que ofereciam cursos de preparatórios ao ensino superior. De acordo com Maria de Lourdes Mariotto Haidar,

os preparatórios fixados (...) como condição de matrícula nos cursos superiores constituíram, de fato, o padrão ao qual procuraram ajustar-se os estabelecimentos provinciais e particulares de ensino secundário, cujo currículo acabou por restringir-se (...) as disciplinas preparatórias. Por outro lado, o sistema parcelado⁶ adotado nos exames destinados a aferir os conhecimentos dos candidatos às Academias, e as irregularidades de toda a ordem que se registraram em tais exames no decorrer do Império, não apenas levaram à consagração definitiva dos estudos avulsos, como contribuíram decisivamente para a desmoralização completa dos estudos secundários (HAIDAR, 1972, p. 15).

O próprio Imperial Colégio de Pedro II, criado como modelo de ensino secundário do Império, foi atingido pelos reflexos do sistema de exames parcelados e, em função disso, introduziu por um período⁷, as matrículas parceladas e o regime de livre frequência (HAIDAR, 1972). Assim, nas últimas décadas do período imperial, o ensino secundário estava completamente desmoralizado e reduzido aos cursos de preparatórios e exames parcelados (ANTUNHA, 1980).

O Império legou à República e aos republicanos o sistema de exames parcelados e um ensino secundário caracterizado pelos cursos de preparatórios ao ensino superior, que incentivava estudos irregulares e desordenados. Por isso, o estabelecimento e consolidação de um sistema de ensino regular e seriado somente seria possível com o fim do sistema de

⁵ O termo preparatório é usado tanto para designar um regime de estudos quanto um sistema de exames. Por isso, é importante distinguir entre cursos ou estudos de preparatórios e exames parcelados de preparatórios, também denominados de exames parcelados, exames avulsos e exames de preparatórios (HAIDAR, 1972).

⁶ O sistema parcelado de exames foi instituído juntamente com a lei de 11 de agosto de 1827 que criou as Academias de Direito de São Paulo e Olinda. A função dos exames era julgar a habilitação em determinadas disciplinas considerados necessárias ao ingresso nos cursos superiores. Para maiores informações sobre os exames parcelados ver HAIDAR, 1972.

⁷ Antes mesmo do fim do Império, algumas medidas foram tomadas com o objetivo de recuperar o ensino modelar do Colégio Pedro II. O decreto nº 9.894, de 9 de março de 1888, extinguiu as matrículas avulsas, os exames vagos e a frequência livre.

exames herdados do Império. Nesse sentido, a já citada Reforma promovida por Benjamin Constant, em 1890, buscou resolver essa questão. Como observa Haidar,

a novembro de 1890, o decreto 981, assinado pelo Ministro da Instrução Pública, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, reformava o Colégio de Pedro II, que passava a denominar-se Ginásio Nacional e o convertia, efetivamente, em estabelecimento padrão de estudos secundários. A extinção dos exames parcelados de preparatórios, prevista pelo decreto, conferia exclusivamente aos exames de madureza⁸ realizados no Ginásio Nacional e nos estabelecimentos provinciais que a ele se equiparassem, a tarefa de julgar das habilitações dos candidatos aos cursos superiores. Adiamentos e concessões fizeram, entretanto, com que os resultados práticos das medidas decretadas não correspondessem às generosas intenções do reformador Benjamin Constant, e os estudos secundários continuaram, por muito tempo na República, a padecer dos mesmos males que o afligiram durante todo o Império (HAIDAR, 1972, p. 137).

Embora os estudos de preparatórios e exames parcelados fossem duramente criticados e, diversas fossem as tentativas de extingui-los, continuaram existindo até a Reforma Francisco Campos, de 1931. Segundo Antunha (1980), durante o início do período republicano, o curso de preparatórios era visto como um curso marginal, paralelo ao ensino ginásial. No entanto, o autor adverte que

(...) ao invés de prosseguir considerando-o simplesmente como um sistema paralelo ao ginásial, é preciso encará-lo como um regime normal, tão legalmente estabelecido quanto o próprio ginásio e que, ao dividir com este a responsabilidade de preparação dos jovens para o ingresso nos cursos superiores, encarregava-se, de fato, da imensa maioria dos estudantes. O regime de preparatórios, apesar de suas deficiências, prestava um importante serviço, numa época em que não existiam ainda, no país, condições para se acelerar a expansão do modelo ginásial (ANTUNHA, 1980, p. 20).

De acordo com o autor, os exames parcelados aprovaram inúmeros alunos aos cursos superiores durante toda a República Velha e não deixaram de existir, certamente, pois havia uma demanda que exigia sua permanência, já que os ginásios criados pelas reformas promovidas no Brasil e nos estados não conseguiram atender a todos aqueles que pretendiam ingressar nas academias. Esses exames parcelados, embora criticados, especialmente pelos

⁸ O exame de madureza era prestado no final do curso ginásial e visava aferir a cultura intelectual do aluno.

reformadores, também influenciaram decisivamente a construção do currículo do ginásio e suas mudanças ao longo dos anos.

Apesar da concorrência com os estudos preparatórios e os exames parcelados, o modelo Ginásial figurou-se como fundamental para a consolidação do projeto republicano e, por isso, tornou-se o centro dos principais debates sobre esse grau de ensino durante os primeiros anos do novo regime (ANTUNHA, 1980).

A despeito de inúmeros debates educacionais, discussões parlamentares e reformas, ainda não havia, nos primórdios da República, um sistema seriado e regular de ensino. O ginásio não era considerado um grau de ensino, pois não era uma etapa imprescindível entre o ensino primário e o ensino superior; e, como já foi dito, concorria com os cursos preparatórios e exames parcelados. Por isso, não se pode afirmar que houve, durante as primeiras quatro décadas da república, um sistema de ensino, mas sim uma tentativa de organizá-lo.

Os relatórios enviados ao Presidente do estado de São Paulo pelo Secretário dos Negócios do Interior, Cesario Motta Junior, nos anos de 1893⁹ e 1894¹⁰, demonstram uma preocupação em organizar um sistema de ensino em São Paulo, que pudesse instruir o povo a desempenhar os seus deveres sociais e não apenas a prepará-los para ingressar nas academias. Para isso, era importante organizar um ensino chamado pelo secretário de “integral”¹¹, pois compreendia os diversos graus de ensino: a instrução primária preliminar e complementar e a instrução secundária. Os graus de ensino tinham como principal objetivo orientar a criança psicologicamente no seu desenvolvimento, respeitando as leis biológicas, até que ela pudesse, sem o auxílio de estranhos, adquirir por si os conhecimentos do mundo e, por fim, escolher com discernimento uma profissão que atendesse aos interesses da coletividade. Dentro desse projeto de instrução, é competência do ensino secundário o preparo moral e intelectual para o ingresso nos cursos superiores e para a vida em sociedade.

É quasi nulla, por imperfeita, a instrução secundaria entre nós. Alguns poucos collegios bons, e alguns professores distinctos no Curso Annexo á Faculdade de Direito não supprem a deficiencia de methodo, de seriação dos estudos e de dedicação real ao ensino. Os

⁹ MOTTA JUNIOR, Cesario. Relatório apresentado ao Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo pelo Cesario Motta Junior Secretario dos Negocios do Interior a 7 de abril de 1893. São Paulo: Typographia a vapor de Vanorden & Cia. 1893. (Biblioteca da ALESP – 01474).

¹⁰ MOTTA JUNIOR, Cesario. Relatório apresentado ao Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo pelo Cesario Motta Junior Secretario dos Negocios do Interior a 28 de março de 1894. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1894. (Biblioteca ALESP – 01476).

¹¹ O termo “ensino integral” para especificar um sistema escolar que abrangia os três graus de ensino, instrução primária, secundária e superior, é usado também nos relatórios de outros secretários, como Alfredo Pujol, e Antonio Dino da Costa Bueno.

professores em geral não se applicam a este mister com aquella elevação de intuitos que faz do ensino verdadeiro sacerdocio, tratam de preferencia preparar alumnos para exames; os alumnos por seu lado querem passar por essas provas sem o menor esforço, querem simplesmente passar, como se diz na gyria escolar, ignorando talvez que neste esforço intellectual está o preço real do saber. O nosso meio social tambem para isso tem influído desastrosamente. A pressão da familia, ou dos paes na aceleração dos exames, na obtenção das approvações graciosas, em que mettem toda a sorte de empenho, com o mais lamentavel desconhecimento do interesse seu e dos seus filhos, colloca o ensino em mui precarias condições, dando logar a abusos, de difficil extirpação. O maior empenho de quantos aqui se dedicam ao ensino é, pois, apresentar o maior numero de alumnos para exame o obter o maior numero de approvações, seja isso embora com sacrificio da verdadeira instrucção.

(...) Em tais circumstancias cumpre intervir.

Carecemos de estabelecimentos adequados ao legitimo preparo da infancia, carecemos de institutos, onde se desenvolvam os conhecimentos que de modo rudimentar se adquire na escola primaria, onde a cultura intellectual, moral e physica se amplie e se multiplique, onde se preparem devidamente aquelles que se destinam a estudos mais elevados, os que desejam cursar as nossas Faculdades, ou Escolas superiores, os que enveredam para os cargos públicos ou para as profissões liberaes.

Não possuímos ainda uma instituição deste genero, forçoso é dizel-o e dahi o nosso empenho em crear o Gymnasio do Estado, para o que já estamos devidamente auctorizados¹².

O relatório de Motta Junior evidencia que o ensino secundário herdado do Império centrava-se, principalmente, no preparo para os exames parcelados. Nesse sentido, a criação do ginásio como modelo de ensino secundário a ser seguido, não deixou de ter caráter propedêutico, mas também demonstrou a preocupação com a formação de um novo homem. A finalidade do ensino secundário a partir da Proclamação da República era, portanto, preparar os jovens para o ensino superior e também promover a formação moral e intelectual das novas gerações. Como observa, em 1896, o Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Instrução Pública de São Paulo, Alfredo Pujol¹³:

Quando se considera que o ensino secundario é o apoio basico do ensino superior, d'onde, em regra, sahem os homens dirigentes, e que, ao mesmo tempo, é o padrão por onde aferir o valor intellectual da classe media, ser-me-á revelada a ousadia de alludir a um dos

¹² MOTTA JUNIOR, Cesario. Relatório apresentado ao Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo pelo Cesario Motta Junior Secretario dos Negocios do Interior a 28 de março de 1894. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1894, p. XC e XCI.

¹³ PUJOL, Alfredo. Relatório apresentado ao Excelentissimo Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Instrucção Publica Alfredo Pujol. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1896.(Biblioteca ALESP – 17362 ou 15304).

males de nosso ensino publico e cooperar, em nome de nossos creditos e de nosso futuro, para uma reacção salutar, que é e que há de ser, no terreno moral e intellectual, a funcção sociológica deste Gymnasio.

Consignando aqui essas observações, creio de urgente necessidade reagir, em toda linha official, contra a soffreguidão dos pais em violentar desastrosamente para o seus filhos e para o Estado, as leis pedagógicas invioláveis de um ensino gradual, paulatino e sólido¹⁴.

Nas palavras de Alfredo Pujol, a formação moral e intelectual do homem o capacitaria para ocupar os postos dirigentes na sociedade e esse objetivo somente seria alcançado por meio de um ensino secundário seriado, “gradual, paulatino e sólido”. Os ginásios criados no período republicano visavam, deste modo, preparar as elites para conduzir a sociedade a partir de “uma proposta de ensino integrada, na qual as matérias e a própria organização das escolas ginasiais estavam relacionadas à finalidade estabelecida para o ensino secundário” (CABRAL, 2008). O Artigo 1º do Regulamento do Ginásio Nacional¹⁵, aprovado em 1890, expressa o objetivo dessa modalidade de ensino.

O Ginásio Nacional tem por fim proporcionar à mocidade brasileira a instrução secundária e fundamental necessária e suficiente, assim para a matrícula nos cursos superiores da República, como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social.

Assim, instituído com o objetivo de alcançar os anseios do novo projeto político, o ginásio tornou-se o modelo ideal de ensino secundário¹⁶ no estado de São Paulo a partir da proclamação da República.

O novo regime político trouxe como uma de suas principais mudanças a instituição do federalismo, de forma que as antigas províncias passaram a constituir os Estados Unidos do Brasil e adquiriram autonomia. A partir de então, cada estado deveria decretar a sua própria constituição.

Em função disso, a competência pela organização da instrução pública ficou dividida entre os planos federal e estadual. Ao Congresso Federal foi designada a legislação e criação

¹⁴ PUJOL, Alfredo. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Instrução Publica Alfredo Pujol. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1896, p. 60.(Biblioteca ALESP – 17362 ou 15304).

¹⁵ O decreto nº 1.075, de 22/11/1890, que aprovou o Regulamento do Ginásio Nacional, faz parte da Reforma promovida por Benjamin Constant, em 1890, juntamente com a promulgação dos decretos nº 981, de 8/11/1890, que aprovou o Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Distrito Federal; e nº 1.232-H, de 2/1/1891, que aprovou o Regulamento das Instituições de Ensino Jurídico do País.

¹⁶ De acordo com os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo e Relatórios enviados pelos Secretários dos Negócios e do Interior do Estado de São Paulo, faziam parte do ensino secundário os ginásios e as escolas normais. Nesse trabalho as atenções estão voltadas somente para o ginásio.

de instituições de ensino secundário e superior nos estados e a administração da instrução no Distrito Federal. Já os estados ficaram responsáveis pela organização do ensino primário e ao mesmo tempo lhes foi permitido criarem outras instituições de ensino que não somente de nível primário (NADAI, 1975).

No que concerne ao ensino primário, os estados o administraram sem a interferência da União por muitos anos. Já, em relação ao ensino secundário, a ambigüidade da regulamentação, que não estabelecia os limites de ação dos estados e da União, fez com que o Governo Federal somente provesse, durante a Primeira República, a instrução secundária no Distrito Federal, não tendo sequer criado novos estabelecimentos secundários nos estados como previa a Constituição Federal, proclamada em 1891, em seu artigo 35:

Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:

3º) criar institutos de ensino secundário e superior nos Estados;

4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal.

(Constituição da república dos estados Unidos do Brasil , de 24 de fevereiro de 1891)

Assim, não foi criado um sistema nacional de educação como pretenderam aqueles que redigiram a primeira Constituição Federal e, a expansão do ensino secundário na república foi delegada a iniciativa estadual e privada (ANTUNHA, 1980). De acordo com Elza Nadai, “somente aqueles estados mais ricos da federação e simultaneamente com maiores orçamentos puderam assumir tal tarefa, planejando, organizando e estruturando seu sistema de ensino, abrangendo desde o fundamental até o superior. São Paulo (...) foi um deles” (NADAI, 1975, p. 24).

1.2. Ginásio da Capital: a concretização de um projeto

Logo nos primeiros anos do período republicano foram observados esforços no sentido de organizar a educação no estado de São Paulo. Em 14 de julho de 1891 foi promulgada a Constituição do Estado de São Paulo, que definiu a competência dos poderes executivo e legislativo em relação à educação. Em 8 de setembro de 1892 foi aprovada a lei nº 88 e em 7 de agosto de 1893, a lei nº 169, ambas reformando a instrução pública no estado de São Paulo no que dizia respeito aos ensinos primário e secundário.

A Lei nº 88, de 1892, previu a criação de três ginásios para alunos externos, sendo um deles situado na capital do estado. No entanto, a instalação definitiva do Ginásio de São Paulo aconteceu somente dois anos depois, em 16 de Setembro de 1894.

Com o objetivo de fundar esse estabelecimento, Bernardino de Campos, então Presidente do estado, solicitou à Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados a elaboração de um projeto de Lei que autorizasse a conversão do Curso Anexo à Faculdade de Direito em Ginásio da Capital. O projeto foi aprovado pelo Congresso do Estado e transformou-se na Lei nº 181, de 18 de agosto de 1893. Por meio dessa lei foi determinado que competiria à União ceder algumas salas da Academia de Direito, enquanto que o estado se responsabilizaria pelo pagamento dos profissionais que trabalhassem na instituição.

O então Secretário dos Negócios do Interior, Cesário Motta Junior, opôs-se a essa Lei e posicionou-se a favor da criação de uma instituição secundária nova, organizada e fiscalizada pelo próprio estado de São Paulo, pois, caso contrário,

“ficaria assim com um pessoal oneroso, e até agora regido por um regulamento federal, e, portanto, sem a necessária fiscalização de sua parte; com um prédio insuficiente e exigindo gastos de adaptação, com todas as novas despesas e ainda responsável por serviços passados que lhe não foram prestados”¹⁷.

A atuação de Cesário Motta Júnior foi decisiva para a implantação do Ginásio de São Paulo. Os primeiros esforços no sentido de organizar tal instituição consistiram nas nomeações do Diretor interino, Antonio Francisco de Paula Souza¹⁸ e do Secretario em Comissão, Thomaz Paulo do Bomsucesso Galhardo, a 15 de novembro de 1893, incumbidos

¹⁷ MOTTA JUNIOR, Cesario. Relatório apresentado ao Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo pelo Cesario Motta Junior Secretario dos Negocios do Interior a 28 de março de 1894. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1894, p. XC, XCI e XCII. (Biblioteca ALESP – 01476).

¹⁸ Diretor da Escola Politécnica.

de tomar as primeiras medidas para a concretização do projeto. Em seguida foi estabelecida uma congregação provisória encarregada de organizar e presidir os concursos para o provimento das cadeiras do Ginásio.

Os cursos públicos destinados a seleção dos professores foram realizados entre os dias 23 de abril e 6 de junho de 1894, sob direção da Congregação Interina. Essa comissão indicou os professores que fizeram parte das bancas examinadoras e deliberou sobre os resultados finais. Cada banca correspondia a uma cadeira de ensino e era composta por três professores.

A comissão interina nomeou 10 professores, que, sob a coordenação Bento Pereira Bueno, Diretor da instituição a partir de 14 de agosto de 1894, foram responsáveis pela organização dos concursos de seleção dos lentes das cadeiras ainda vazias do Ginásio. No final de 1894, foram contratados mais 3 professores. A partir de então, estava formado o quadro de profissionais responsáveis pela organização burocrática e pedagógica do primeiro Ginásio da Capital.

A inauguração foi realizada em 16 de setembro e consistiu num evento solene que contou com a presença de autoridades governamentais, pais, alunos, representantes da imprensa e convidados ilustres. Ainda nessa data, o Ginásio de São Paulo não possuía edifício próprio¹⁹, por isso, sua instalação provisória foi feita na Rua da Boa Morte, no antigo prédio da escola Normal. Na realidade, o Ginásio não teve prédio próprio até 1920 e, portanto, funcionou de forma precária por muitos anos, fato este que provocou descontentamentos e muitas críticas por parte de pais, alunos e educadores. No relatório, enviado ao Secretário de Negócios do Interior, Cesário Motta Júnior, referente ao ano de 1894, o Diretor Bento Bueno relata as condições do edifício onde inicialmente foi instalado o Ginásio:

Contentámo-nos então, com algumas mãos de cal ás paredes e um ou outro remendo mais urgente aos assoalhos da casa. Muitos dos aposentos, por escuros e deshygienicos não puderam ser utilizados; e assim é que ficamos apenas com tres salas grandes de aulas, quatro outras menores, das quaes duas ocupadas com a Secretaria e a Directoria e uma destinada a sala de espera.

(...) Attentas as más condições do predio e considerando que um edificio moderno exige mobiliamento e montagem propria, conforme com as proporções e estylos da construcção, adaptei ao nosso uso a mobília deixada pela Escola Normal, a qual (...) compõe-se de peças truncadas, que em nada destoam do aspecto geral da casa. Essa mobília foi

¹⁹ O Ginásio da Capital foi transferido para o Palacete da Travessa da Glória em 1898 e, posteriormente, em 1901, para Liceu de Artes e officios, onde funcionou de forma improvisada até 1920.

augmentada com algumas peças novas encomendadas, anteriormente á minha directoria (...) ²⁰.

Anos mais tarde, em 1904, José Cardoso de Almeida, secretario dos Negócios do Interior e da Justiça, ainda advertia, em relatório enviado ao Presidente do estado, da “necessidade urgente de dotar o Gymnasio da Capital de edificio próprio e de provel-o de moveis que condigam com a importancia do estabelecimento” ²¹. As críticas fundamentavam-se na necessidade de construção de um edifício que conviesse com a importância conferida pelos republicanos aos estabelecimentos de ensino secundário e digno do próspero estado de São Paulo. Nas palavras do Diretor Eduardo Carlos Pereira ²², em 1895,

Realmente, si hoje luctamos com o acanhado do espaço, com a falata de condições especiaes pedagogicas para uma boa educação physica, moral e intellectual, si as idéas de ordem e de limpeza, de alcance fundamental e fecundíssima influencia no desenvolvimento do caráter plastico da juventude, recebe fatal e constante desmentido no aspecto do velho predio; si hoje luctamos com todas essas inconveniencias, que annullam em parte nosso esforços, que acontecerá daqui a alguns mezes, quando tivermos de receber novos alumnos e organizarmos annos superiores? Urge, pois, que vosso louvabilissimo zelo proporcione breve, em mais um monumento de vosso patriotismo nesta crescente capital, o necessário espaço, os meios indispensaveis para que este Gymnasio possa realizar plenamente o seu glorioso ideal nas largas aspirações sociaes e politicas deste fecundo torrão paulista ²³.

Nesse sentido, as finalidades do Ginásio estavam intimamente relacionadas às expectativas da sociedade paulista de desenvolvimento político e social e de construção de um estado democrático e liberal. Para tanto, ao Ginásio coube preparar as elites para o ensino superior, mas também oferecer uma educação moral que visasse à formação do caráter

²⁰ BUENO, Bento. Relatório apresentado ao Senhor Doutor Secretario do Interior pelo Doutor Bento Bueno Director do Gymansio do Estado, 1894, p. 5. In: MOTTA JUNIOR, Cesario. Relatório apresentado ao Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo pelo Doutor Cesario Motta Junior Secretario D'estado dos Negocios do Interior em 31 de março de 1895. Annexos VI a VXI. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1895.

²¹ ALMEIDA, José Cardoso de. Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretario da Justiça José Cardoso de Almeida em 31 de dezembro de 1904. Typographia do Diario Official, 1905, p. 104. (Arquivo do Estado).

²² Eduardo Carlos Pereira foi nomeado Diretor do Ginásio da Capital em 2 de março de 1895.

²³ PEREIRA, Eduardo Carlos. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alfredo Pujol Secretario do Estado dos Negocios do Interior pelo Director do Gymnasio de São Paulo Eduardo Carlos Pereira em 16 de setembro de 1895, 1896, p. 6. In: PUJOL, Alfredo. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretario de Estado dos negócios do Interior e Instrução Publica Alfredo Pujol. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1896.

daqueles que seriam os dirigentes dessa sociedade. A respeito do Gymnasio da Capital, observa Antonio Pujol:

Um estabelecimento, como este, que mira não somente a instrução real nas matérias do curso, mas também a educação moral, a formação do caracter daqueles que devem ser, no futuro, os espíritos dirigentes de nossa sociedade necessitada de dispor de um pessoal na altura de um elevado objetivo. Seria frustrar seus nobres intuitos, obrigar-o a lançar mão do primeiro desempregado que não encontre melhor collocação. Para que o Gymnasio não sucumba pressão do meio e desça a deploravel mystificação do ensino secundario, para que não se contamine com uma certa venalidade sympathica que tanto afrouxa as fibras de nosso caracter nacional, importa que desde o servente haja uma parcella de boa influencia moral (...) ²⁴.

Assim, o objetivo desta instituição consistia em formar intelectual e moralmente os futuros dirigentes da sociedade. O Secretário Cesário Motta Júnior, durante o discurso proferido na sessão de instalação do primeiro Ginásio de São Paulo, também discorre sobre a importância da criação dessa instituição para a consolidação do regime republicano e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico e social do estado de São Paulo e da Pátria.

Em vez de esperar que a architectura opulente com mais um monumento a capital paulista, quer que a educação pública conte desde logo com mais um elemento de progresso real, de elevação mental, de grandeza scientifica e civica. Eis porque busca esse predio, crysalida donde se evolou já formada a Escola Normal da Praça da República; casulo donde também romperá, irisada pelas cores da nova aurora, a instituição que se destina ao cultivo intellectual da mocidade, a educar a geração que se prepara para defender, sustentar e desenvolver a instituição republicana, esse paladio de nossos direitos, sabia inspiradora de nossos deveres, garantia da grandeza de nossa Patria e do seu desenvolvimento nas sciencias, nas artes, nas letras, nas finanças e, sobre tudo, no civismo que só o regimen francamente democrático pode inspirar, manter, cultivar ²⁵.

A criação do Ginásio de São Paulo representou os primeiros esforços no sentido de organizar um novo modelo de ensino secundário no estado, contudo, ao analisar seus

²⁴ PUJOL, Alfredo. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretario de Estado dos negócios do Interior e Instrução Publica Alfredo Pujol. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1896.

²⁵ Discurso proferido pelo Secretário dos Negócios do Interior, Cesario Motta Junior, na Sessão de Instalação do Gymnasio de São Paulo em 16 de setembro de 1894. Sessão de Instalação do Gymnasio de São Paulo em 16 de setembro de 1894, São Paulo: J. B. Endrizza e Comp., 1896, p. 4 e 5).

primeiros anos de funcionamento, percebe-se a contradição entre o ideal, almejado por seus idealizadores, e a situação real do novo estabelecimento. Como afirma Elza Nadai, “quando passamos do ideal – traduzido pelas aspirações, diretrizes e fins –, para o real, concreto, já sentimos diferenças de tratamento, as contradições entre o querer e o ser; entre o real e o imaginário” (NADAI, 1975, p. 111).

Em oposição à suntuosa festa realizada no encerramento do primeiro ano letivo para celebrar o aniversário de um ano do ginásio, na qual foram apresentados à sociedade paulistana os resultados do primeiro ano de trabalho, escancaravam-se as dificuldades pelas quais direção, professores e alunos enfrentavam na consolidação do novo projeto. Além da já citada ausência de prédio próprio até 1920 e de mobiliário apropriado, somam-se a concorrência com os exames parcelados, que resultaram no reduzido número de alunos que se matriculavam no Ginásio e na desistência de muitos deles nos primeiros anos do curso; e a difícil adaptação dos alunos e familiares à nova forma escolar que estava se configurando com o ensino ginásial.

Esse novo modelo de ensino secundário, assegurado pela legislação do período, se contrapôs ao modelo difundido durante o Império, baseado em matérias isoladas, ministradas nos preparatórios, e assumiu um caráter de curso, seqüencial e contínuo. Nessa perspectiva, os alunos deveriam freqüentar a instituição escolar diariamente, cumprir todas as atividades propostas pelos professores e ser submetidos a exames que os avaliassem. Para organizar os estudos, os conteúdos foram divididos em matérias de ensino, sob a forma de cadeiras²⁶, organizadas ao longo dos anos por meio de um encadeamento lógico. Segundo Maria Aparecida Cabral (2008),

a partir dos posicionamentos dos reformadores da instrução pública, é possível inferir que o curso significava muito mais do que a aprendizagem de certos conteúdos inerentes às matérias exigidas para o ingresso no ensino superior. Tratava-se, de fato, da definição e articulação de todo o processo de escolarização, que era iniciado por meio da explicitação das finalidades educativas e consolidado a partir da construção das formas de avaliação e do gerenciamento de todo o processo educativo. Nessa nova proposta de educação, a experiência escolar se tornava uma necessidade para a concretização dos fins e dos objetivos propostos, por isso, a simples realização de matérias foi duramente criticada sob a argumentação de sua incapacidade de contribuir para a construção de novos comportamentos e valores sociais (CABRAL, 2008, p. 57).

²⁶ O termo cadeira de ensino correspondia ao cargo do professor e matéria referia-se aos conteúdos de ensino, ou seja, as disciplinas escolares.

O novo curso seriado, que visava fornecer uma “educação verdadeira” à mocidade paulista, conviveu com os cursos de preparatórios e exames parcelados durante as primeiras décadas do período republicano. Inúmeras foram as tentativas de acabar com esses exames, visto que desde a reforma realizada por Benjamin Constant, promulgada em 1891, era prevista sua extinção. Da mesma forma, todas as reformas²⁷ que a sucederam buscaram superar o caráter exclusivamente preparatório do ensino secundário, por meio da criação de mecanismos para organizar o curso secundário seriado e de novas formas de avaliar a cultura intelectual do aluno secundarista.

No entanto, ainda que muitos criticassem o modelo de ensino herdado do período imperial, ele permaneceu até 1931, fato este que por vezes dificultou a consolidação dos cursos seriados. O diretor do Ginásio de São Paulo em 1896, Miguel Alves Feitosa, em relatório enviado ao Secretário de Negócios do Interior, denuncia que

(...) no breve percurso de um ano tem voluntariamente perdido a matrícula trinta e um alunos. De noventa e três matriculados, são freqüentes sessenta e dois. Tão numerosas baixas, em tão curto prazo, em uma instituição nova de ensino secundário, prestigiada tanto pela capacidade profissional dos lentes, pública e recentemente comprovada nos concursos, como pela capacidade moral atestada pela assiduidade no cumprimento de seus deveres; tão numerosas baixas denunciam, parece-me, não só a disposição mórbida de nosso meio social, porém, a presença de um elemento perturbador da marcha do ensino secundário paulista²⁸.

Os exames parcelados eram, nas palavras de Miguel Alves Feitosa, “um elemento perturbador da marcha do ensino secundário paulista”, um empecilho à melhoria da educação secundária e à formação moral e cívica dos paulistas.

1.2.1. O Ginásio da Capital e seus alunos

Ao analisar o levantamento das matrículas no Ginásio de São Paulo, entre os anos de 1894 e 1913, observa-se que a maior parte dos alunos não concluiu o curso.

²⁷ Reforma Epitácio Pessoa, de 1901; a reforma Rivadávia Corrêa, Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental na República, de 5 de abril de 1911; a reforma Maximilano, de 1915; a reforma João Luis Alves-Rocha Vaz, de 1925; e a reforma Francisco Campos, de 1931.

²⁸ PUJOL, Alfredo. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretario de Estado dos negócios do Interior e Instrução Publica Alfredo Pujol. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1896.

Tabela 1.1

Número de matrículas por ano do curso e número de alunos diplomados no Ginásio de São Paulo de 1895 a 1900

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	6º	TOTAL	DIPLMADOS
1895	51	11	1	0	0	0	63	-
1896	66	16	14	0	0	0	96	-
1897	50	20	35	10	0	0	113	-
1898	44	20	35	10	5	0	111	-
1899	50	20	16	26	5	1	118	3
1900	45	61	31	18	18	7	180	6

Fonte: Relatórios dos diretores do Ginásio da Capital ao Secretário dos Negócios do Interior e Relatórios dos Secretários dos Negócios do Interior ao Presidente do Estado de São Paulo (desde 1894 até 1900).

A tabela 1.1 revela ainda que houve um equilíbrio no número de alunos que se matricularam no 1º ano entre 1895 e 1900. É possível constatar, entretanto, uma diminuição significativa no número de matrículas nos anos subsequentes. Pode-se inferir a partir desses dados, que os alunos matriculados no primeiro ano desistiram do curso, foram reprovados por frequência ou por aproveitamento ou foram transferidos para outras instituições, situações estas recorrentes nesse período.

No relatório de 1896²⁹, referente ao ano de 1895, dos 51 alunos matriculados no 1º ano, 15 foram promovidos, 20 perderam o ano e não há informação acerca dos 16 restantes. É provável que tenham sido reprovados ou que abandonaram o curso. Já dos 11 alunos matriculados no 2º ano, 12 foram promovidos e 5 perderam o ano por faltas. Por mais que esses dados pareçam contraditórios, eles revelam a realidade da época, ou seja, a grande mobilidade dos alunos, que entram e saem durante o andamento do curso.

No relatório enviado ao Secretário dos Negócios do Interior, em 1897³⁰, referente à segunda turma, de 1896, o Diretor Miguel Alves Feitosa relata que dos 66 alunos matriculados no 1º ano, 5 perderam o ano, 25 não foram promovidos e 36 foram promovidos para o ano seguinte; dos 16 alunos matriculados no 2º ano, 5 perderam o ano e 11 foram promovidos; e dos 14 matriculados no 3º ano, 5 também perderam o ano, 6 foram promovidos e não há referência aos outros 3 alunos. Isso significa que dos 96 alunos matriculados em 1896, 53 foram promovidos, 25 não foram aprovados e 15 perderam o ano.

²⁹ PUJOL, Alfredo. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretário de Estado dos negócios do Interior e Instrução Pública Alfredo Pujol. São Paulo: Typographia do Diário Oficial. 1896.

³⁰ FEITOSA, M. A. Relatório apresentado ao ilustre cidadão Secretário de Estado dos Negócios do Interior Dr. João Baptista de Mello Peixoto, pelo Direto do Gymnasio da Capital Miguel Alves Feitosa. Agosto 1897-Maio 1898. Relatório manuscrito – Arquivo do Estado de São Paulo – Caixa 06970.

Perder o ano significava reprovação por número excessivo de faltas. Provavelmente os três alunos do 3º, sobre os quais não há menção no relatório, abandonaram o curso.

Ao observar a Tabela 1.1, também verifica-se que o número de alunos diplomados é muito pequeno se comparado ao número de alunos matriculados no Ginásio. A primeira turma de bacharéis em Ciências e Letras do Ginásio da Capital terminou o curso no final de 1899 e contou apenas com 3 alunos habilitados. A segunda contou com 6. Mais uma vez percebe-se que a maioria dos alunos matriculados deixava o Ginásio antes de concluir o curso.

Assim, como podemos observar na Tabela 1.1, muitos dos alunos que se matricularam no Ginásio no final dessa década, desistiram do curso no decorrer dos anos de estudo. Por que os educandos abandonavam o curso secundário no Ginásio da Capital? Para Alfredo Pujol,

o que existia antes dessas leis, acerca do ensino secundário, era degradante para uma civilização culta: a caça aos exames preparatórios, como título de admissão aos cursos superiores, manifestava-se de modo desolador; os paes queriam apenas que os filhos fossem por qualquer meio aprovados nos seus exames; os mestres transigiam, convertendo os collegios em estabelecimentos indutriaes que disputavam a palmas na habilidade com que, em poucos mezes, entregava á matricula das faculdades superiores gerações de uma mocidade inteiramente ignorante, profundamente abatida na intelligencia e no character, inhabil para tudo que não fosse o prosseguimento de um estudo rápido e estéril, sem fundamento racional, em cursos superiores, de onde, ao cabo de alguns annos, poucos eram aquelles que saham aparelhados para se nobilitarem com a posse do titulo conquistado³¹.

De acordo com o Secretário do Estado dos Negócios do Interior, o ensino secundário herdado do período imperial caracterizava-se pelo estudo rápido e estéril e pela caça aos exames preparatórios, principal porta de entrada aos cursos superiores. Vale ressaltar, entretanto, que nos primeiros anos de funcionamento do Ginásio da Capital, embora houvesse a iniciativa de mudança no caráter exclusivamente preparatório do secundário, o Ginásio ainda era preterido em relação aos cursos de preparatórios e exames parcelados. Desse modo, por meio da análise da Tabela 1.1 e dos relatórios elaborados pelos diretores do Ginásio, pode-se deduzir que o curso ginásial era abandonado por seus alunos que saíam para prestar os exames parcelados ou que eram aprovados nesses exames, por aqueles que preferiam fazer os cursos preparatórios e as matérias isoladas oferecidas principalmente pelas escolas particulares ou mesmo por educandos que não se adaptavam ao novo modelo ginásial.

³¹ PUJOL, Alfredo. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Instrução Publica Alfredo Pujol. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1896, p. 60 e 61.

Os idealizadores do Ginásio afirmavam que a nova instituição não fora criada para ministrar matérias de forma isolada, mas para garantir a formação de uma boa educação intelectual e moral. Para tanto, o Regulamento dos Gymnasios Estaduais de São Paulo³², elaborado logo nos primeiros meses de funcionamento da escola, estabeleceu o curso seriado, com encadeamento lógico entre as matérias, a frequência obrigatória e, sobretudo, organizou um rigoroso sistema de exames, aos quais os alunos deveriam ser submetidos. Além disso, o bom percurso escolar somente era garantido por meio da obediência aos professores e funcionários, dentro e fora da instituição. Por tudo isso, era exigido dos alunos matriculados e de seus familiares a criação de novos hábitos escolares, o que muitas vezes não aconteceu.

O Regimento Interno de 1895 previa que alunos matriculados no Ginásio perderiam o ano em que estivessem matriculados caso dessem 20 faltas justificadas ou 10 não justificadas. Como já foi possível constatar, os alunos “perdiam o ano” com certa frequência. Preocupado com o alto índice de retenção por faltas, o diretor Miguel Alves Feitosa encaminhou um ofício³³ ao Secretário dos Negócios do Interior, consultando o governo sobre como deveria proceder no caso de alunos que perderiam o ano, mas que eram considerados pelos lentes “aplicados” e “disciplinados”. Alegava também o diretor que o regimento era muito rigoroso e aventava a possibilidade de ampliação no número de faltas permitidas, alegando desvantagem em relação à Escola Normal³⁴, na qual eram permitidas 40 faltas justificadas ou 10 não justificadas.

O governo não cedeu e em resposta³⁵ ao diretor, reiterou que pretendia, com a fundação dos ginásios, estabelecer no estado de São Paulo cursos seriados e obrigatórios e não mais cursos que visassem simplesmente o preparo da mocidade para a realização dos exames parcelados. Nesse mesmo ofício, o Secretário de Negócios do Interior apresentou uma justificativa a respeito das diferenças, em relação às faltas, entre o Ginásio, a Escola Normal e o Curso Anexo à Faculdade de Direito. No que dizia respeito às poucas faltas concedidas aos alunos do Ginásio,

(...) era, porém a principal intenção da comissão [de instrução pública] promover a maior frequência possível dos alunos, que tinha por fim acabar com os velhos moldes do ensino

³² Congregação do Ginásio da Capital, composta do Diretor da instituição e de seus lentes, elaborou a versão inicial do Regulamento dos Gymnasios do Estado, que foi aprovado na 6ª Sessão Ordinária de 5 de novembro de 1894. Este Regulamento foi colocado em execução com a promulgação do Decreto nº 293, de 22 de maio de 1895.

³³ Ofício de 19 de maio de 1896 (manuscrito). Arquivo do Estado de São Paulo – Caixa 06965.

³⁴ Regulamento da Instrução Pública de 1893, art. 378.

³⁵ Ofício de 23 de maio de 1896 (manuscrito). Arquivo do Estado de São Paulo – Caixa 06965.

secundário entre nós, se seguisse a prática adotada em estabelecimentos congêneres de facilitar-se a infrequência pelo excessivo número de faltas. Restringiu-se, pois a 20, isto é, a metade do número permitido de faltas no Curso Anexo à Faculdade de Direito e aos cursos das Escolas Normais.

Assim, o Ginásio não deveria resgatar os antigos moldes do ensino secundário, mas estabelecer novos, mesmo que inicialmente os alunos e familiares não conseguissem compreender a importância de um ensino seriado e obrigatório. Os primeiros seis anos de funcionamento do Ginásio caracterizaram-se, portanto, por difíceis condições de instalação, um alto índice de alunos que perderam o ano e um grande número de abandonos, em função da concorrência com os exames parcelados e cursos preparatórios e também da difícil adaptação ao novo modelo ginasial.

Esse quadro não se alterou muito nos anos seguintes. De 1901 a 1906 não houve aumento significativo no número de alunos matriculados no Ginásio da Capital em relação aos anos anteriores, conforme observa-se na tabela a seguir.

Tabela 1.2

Número de matrículas por ano do curso e número de alunos diplomados no Ginásio de São Paulo de 1901 a 1913

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	6º	TOTAL	DIPLOMADOS
1901	36	33	28	12	15	14	138	15
1902	76	23	23	14	10	6	152	6
1903	50	36	19	19	9	12	145	16
1904	48	31	27	14	10	6	136	1
1905	50	43	32	12	16	9	162	7
1906	69	36	40	19	12	11	187	2
1907	111	49	49	15	13	7	244	?
1908	50	68	53	14	15	15	215	5
1909	81	52	51	35	13	15	247	?
1910	95	58	41	33	25	13	265	13
1911	100	88	55	35	27	29	334	?
1912	115	56	56	26	29	2	284	?
1913	116	83	57	31	23	19	329	19

Fonte: Relatórios dos diretores do Ginásio da Capital ao Secretário dos Negócios do Interior, Relatórios dos Secretários dos Negócios do Interior ao Presidente do Estado de São Paulo (desde 1901 até 1913) e Anuários de educação do Estado de São Paulo (1907/1908, 1908/1909, 1910/1911, 1911/1912, 1913).

É possível perceber por meio da análise da Tabela 1.2, que as matrículas continuaram diminuindo a cada ano do curso. Isso significa que ainda era, nesses anos, alto o índice de

alunos que perdiam o ano, reprovavam ou que abandonavam o Ginásio. Houve, no entanto, um aumento, em relação ao período anteriormente analisado, no que se refere ao número de alunos matriculados nos dois últimos anos do curso. Pode-se deduzir que esse aumento ocorreu por diversos fatores: a consolidação do Ginásio da Capital como uma instituição de ensino secundário séria entre a sociedade paulista; a chegada de alguns dos alunos das primeiras turmas nos últimos anos do curso; a equiparação ao Ginásio Nacional³⁶, que concedia as mesmas vantagens do Ginásio Nacional ao Ginásio de São Paulo; e também a possibilidade de ingresso nas diversas séries do curso ginásial, regulamentada com a Reforma Epiácio Pessoa³⁷, em 1901.

Mais uma vez percebe-se uma distancia muito grande entre o numero de matriculados e o numero de alunos diplomados. Desse modo, o Ginásio ainda perdia alunos devido a reprovações por falta e também por abandono.

Nos sete anos seguintes, de 1907 a 1913, observa-se um aumento significativo no número de alunos matriculados no Ginásio, em especial no 1º ano, em relação aos anos anteriores. Esse dado evidencia que pode ter havido crescente procura pela realização do ensino secundário, o que não representou necessariamente um aumento no número de alunos que adquiriram o título de bacharel em Ciências e Letras. Embora tivesse aumentado o número de matrículas, o número de alunos ainda diminuiu ao longo dos anos do curso. Como um dos fatores principais para o abandono no Ginásio ainda está a concorrência com os exames parcelados. De acordo com o relato feito pelo Secretario dos Negócios do Interior, José Cardoso de Almeida, em 1904,

(...) apesar de funcționarem regularmente, além de Gymnasios da Caital e de Campinas, mantidos pelo Estado, mais seis estabelecimentos particulares, e não obstante serem uns como outros equiparados ao Gymnasio Nacional, com grande damno para todas essas instituições e para a causa da instrucção, teem continuado os exames parcelados, e ainda agora acaba o Congresso Federal de autorizar-os por mais quatro annos. Consigno este facto, com sincero pesar, porque, no período indicado, teremos o mal da diminuição da frequência, nos institutos que melhor servem ao sólido preparo intellectual dos candidatos á matricula nos cursos superiores, seduzidos pela facilidade de se garantirem com a approvação, nos exames a que alludo, e em que não há nem póde haver a devida justiça no julgamento das provas de habilitação³⁸.

³⁶O Ginásio de São Paulo foi equiparado ao Ginásio Nacional por meio do Decreto n. 2.251 de 6 de abril de 1896. Concede ao Gymnasio de São Paulo as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

³⁷Código dos Institutos Officiais do Ensino Secundário e Superior. Decreto nº 3890 de 1º de janeiro de 1901.

³⁸ALMEIDA, José Cardoso de. Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretario da Justiça José Cardoso de Almeida em 31 de dezembro de 1904. Typographia do Diario Official. 1905, p. 103.

Assim, mesmo depois de dez anos de existência, o Ginásio da Capital ainda engatinhava e resistia às pressões exercidas pelo modelo de ensino secundário baseado nos cursos de preparatórios e exames parcelados, que ofereciam acesso mais rápido aos cursos superiores.

A reforma federal de Epitácio Pessoa, em 1901, no intuito de por fim ao regime de exames parcelados e investir nos cursos seriados, estendeu à equiparação ao Ginásio Nacional aos estabelecimentos particulares, desde que estes adotassem a organização dos programas de ensino e as disposições do regulamento do Ginásio Nacional, relativas ao número e seriação das disciplinas, à sua distribuição pelos anos do curso e o número de horas semanais consagradas ao estudo de cada matéria (SILVA, G. B. 1969).

Essa medida, ao contrário de impulsionar os estudos seriados como pretendia, reforçou ainda mais o sistema de exames parcelados, já que os estabelecimentos particulares estavam mais preocupados em obter o direito de conceder certificados equivalentes aos da instituição federal, que aderir à idéia de ensino seriado e contínuo. O sistema de equiparações criou obstáculos à consolidação do ensino ginásial seriado, o que foi agravado pela medida, também adotada por essa reforma, de autorizar a matrícula em qualquer dos anos do curso ginásial. Isso fez com que muitos alunos cursassem apenas um ou dois anos do curso e logo prestassem os exames parcelados, garantindo o acesso rápido aos cursos superiores. A respeito da situação do ensino secundário, dizia Rivadávia Corrêa em 1910,

Nem mesmo a permanência nos colégios de ensino secundário durante os anos regulamentares para o estudo seriado das matérias que constituem o curso era uma realidade, e não era porque o aluno, podendo fazer o exame de admissão a qualquer ano, não estando obrigado a começar pelo primeiro afim de seguir a seriação natural do ensino, apresentava-se ao instituto do qual pretendia um título para penetrar nas escolas superiores, requerendo a admissão a um ano qualquer, muitas vezes ao último, e, após um exame de formalidades, em que marchavam de harmonia os desejos dos examinandos e os interesses dos examinadores, tinha ingresso no colégio e daí a um ano ou dois estava habilitado a empreender a conquista da carta de bacharel ou doutor (SILVA, 1975, p. 267).

O ensino secundário ainda tinha nas primeiras décadas do período republicano, para os alunos e seus familiares, caráter exclusivamente propedêutico. Por isso, para muitos, era preferível matricular-se nos cursos particulares preparatórios, que frequentar por seis anos o curso ginásial e ser submetidos a um rígido sistema de exames e a freqüência obrigatória. Apesar dos esforços no sentido de substituir o antigo modelo imperial pelo novo ginásial, nos

primeiros anos da república, o ensino secundário continuou nas mãos das escolas particulares, que, mais preocupadas com lucratividade proporcionada pelos exames parcelados, “se não ensinavam bem, ao menos adestrava mais rapidamente para os exames, sendo por tal razão preferidos pelos candidatos às Academias” (HAIDAR, 1972, P. 62). Permanecia a mentalidade de que o conteúdo ensinado no curso secundário servia apenas como mecanismo para ingressar nos cursos superiores.

Os estudantes de preparatórios não procuram adquirir um conhecimento completo das matérias do seu estudo, tanto em línguas quanto em ciências; contentam-se em decorar materialmente, e quanto possível, as exposições dos pontos, que por aí correm, confeccionadas na mesma ordem do programma dos exames; e assim, sem compreensão nem síntese, sem mesmo idéia da matéria em que vão ser examinados, apresentam-se às bancas examinadoras trazendo-lhes apenas essas espécies de sumários e traduções decoradas³⁹.

O número de escolas secundárias particulares e de alunos matriculados no ensino secundário privado foi, durante todo o período republicano, maior que o número de ginásios oficiais e de alunos matriculados nos cursos secundários oficiais. A Tabela 1.3 compara o número de estabelecimentos particulares e oficiais que ofereciam o ensino secundário entre os anos de 1908 e 1917 e também o número de alunos matriculados em estabelecimentos particulares e oficiais nesse mesmo período.

Vale salientar que o ensino secundário era ensinado tanto em estabelecimentos particulares de ensino primário e secundário quanto em estabelecimentos particulares somente de ensino secundário, de modo que não foi possível saber por meio dos dados encontrados nos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, o número total de alunos secundaristas em instituições privadas até 1917. Nos Anuários consta o número total de alunos matriculados nas escolas que ministram as duas modalidades de ensino e não há especificação de quantos cursavam o ensino primário e quantos, o secundário.

Ainda assim, é evidente que a maior porcentagem dos alunos secundaristas freqüentava os institutos particulares, visto que havia somente 3 ginásios oficiais, o Ginásio da Capital, inaugurado em 1894; o Ginásio de Campinas, fundado em 1895; e o Ginásio de Ribeirão Preto, implantado em 1906.

³⁹Memória Histórico-Acadêmica da Faculdade de Direito de São Paulo dos anos 1878, 1879, 1880 apresentada pelo Dr. José Rubino de Oliveira, in Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios do Império, Manoel Pinto Dantas, Typographia Nacional, 1882, Anexo, p. 33. Apud Haidar, 1972, p. 61).

Tabela 1.3

Número de estabelecimentos que ofereciam cursos secundários e número de alunos matriculados nestes estabelecimentos de 1908 a 1917⁴⁰

Ano	Tipo de estabelecimento	Ginásios oficiais	Estabelecimentos Particulares de ensino primário e secundário	Estabelecimentos Particulares de ensino secundário
1908	E ⁴¹	3	?	?
	A ⁴²	471	?	?
1910	E	3	82	26
	A	559	?	?
1911	E	3	62	53
	A	690	7.669	3.446
1912	E	3	51	66
	A	580	7.246	5.397
1917	E	3	74	75
	A	893	4.469	2.410

Fonte: Anuários do Ensino do Estado de São Paulo de 1908/1909, 1910/1911, 1911/1912 e 1917.

No ano de 1911 havia pelo menos 3.446 alunos matriculados nas escolas secundárias particulares, enquanto que nos ginásios oficiais apenas 690. No ano seguinte, essa diferença aumentou ainda mais, já que os ginásios do estado contavam com apenas 580 educandos, enquanto que as escolas privadas eram responsáveis pela educação secundária de pelo menos 5.397 alunos. Essa diferença diminuiu no ano de 1917, para aumentar novamente a partir do ano de 1918, conforme observa-se na Tabela 1.4. Percebe-se também que o número de escolas particulares de ensino secundário era muito superior à quantidade de ginásios oficiais no estado de São Paulo.

Diante da constante preocupação dos governos paulistas acerca do ensino secundário, é pertinente indagar o porquê da criação de apenas 3 ginásios oficiais, nos quais, conforme observa-se na Tabela 1.3, estavam matriculados poucos alunos, se comparado com o número de matrículas nos estabelecimentos particulares, ao passo que a cada ano surgiam novas escolas particulares. Pode-se inferir que o estado não pretendia concorrer com a iniciativa privada, mas fazer de seus ginásios modelos pedagógicos para as escolas particulares, pois estavam mais preocupados com a qualidade da educação secundária do que com a sua disseminação, entregue à iniciativa privada.

⁴⁰E significa nº de estabelecimentos e A significa nº de alunos.

⁴¹E corresponde a número de estabelecimentos.

⁴²A corresponde a número de alunos.

As escolas particulares detinham, portanto, o maior número dos alunos secundários devido a vários fatores: desde o fim do Império, o ensino secundário estava tradicionalmente nas mãos da iniciativa privada; estabelecimento do regime de equiparação, facilitado a partir da Reforma de Epiácio Pessoa, que concedeu aos institutos particulares as mesmas vantagens concedidas ao Ginásio Nacional, medida esta que contribuiu para o aumento da corrupção no sistema de exames parcelados; mais interesse por parte de muitas escolas particulares nos lucros obtidos com os exames parcelados do que na organização de um ensino aos moldes propostos a partir da reforma Benjamin Constant, razão pela qual ofereciam cursos preparatórios, nos quais eram ensinados os conteúdos dos pontos exigidos nos exames parcelados, tornando o ingresso nas academias mais rápido e fácil; pequena quantidade de ginásios oficiais ou particulares que tivessem adotado o regime seriado e contínuo de estudos; dificuldade de adaptação à nova cultura escolar que estava sendo construída a partir das relações estabelecidas nos cursos seriados oferecidos principalmente pelos ginásios oficiais; e, ainda, em função da liberdade de ensino, também anunciada desde a reforma Benjamin Constant e posta em prática com a reforma de Rivadávia Corrêa, em 1911, que pretendia acabar com a influência do governo federal sobre o ensino secundário, alegando ser este o único responsável pelo seu fracasso.

As análises das Tabelas 1.3 e 1.4, também evidenciam que o número de matrículas nos cursos secundários aumentou com o passar dos anos, tanto nas instituições particulares como oficiais.

Tabela 1.4

Número de alunos matriculados nos cursos secundários de 1918 a 1930

	Ginásios oficiais	Estabelecimentos particulares⁴³	TOTAL
1918	843	7.023	7.866
1919	901	7.627	8.528
1925	1.084	10.115	11.199
1930	1.443	?	?

Fonte: Anuários do Ensino do Estado de São Paulo de 1918, 1919, 1925 e 1930.

⁴³A tabela IV difere da Tabela III, na qual a relação do número de alunos matriculados está vinculada à instituição de ensino. Nesta tabela, consta somente o número de alunos matriculados no ensino secundário. A divisão das tabelas foi feita seguindo a forma como os dados foram expostos nos Anuários de Ensino do Estado de São Paulo.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁴⁴ -, havia no estado de São Paulo 1.384.753 pessoas em 1890; 2.282.279 pessoas em 1900; e 4.592.188, em 1920. Percebe-se, portanto, que assim como houve aumento no número de alunos matriculados no ensino secundário, cresceu também a população do estado, o que por si só justifica o aumento de secundaristas. Além disso, esse aumento é insignificante se for analisada a quantidade de alunos matriculados nos cursos secundários em comparação com o tamanho da população considerada jovem, de ambos os sexos e de 12 a 20 anos, nesses anos. No estado de São Paulo, no ano de 1920, existiam cerca de 920.000 jovens, sendo que somente cerca de 10.000 estavam matriculados em cursos secundários. Conclui-se que o ensino secundário, tanto privado como oficial, atingia uma pequena parcela da população paulista.

Sendo assim, o ensino secundário brasileiro, nas três primeiras décadas republicanas, assumiu um caráter preparatório e também seletivo, pois se dirigia a uma minoria da população. Ao levar em consideração que as escolas secundárias paulistas eram pouco numerosas e, portanto, restringiam a possibilidade de acesso ao curso ginásial à maioria da população; que eram instituições pagas e, sobretudo, caras, diferentemente do ensino primário que era gratuito; e que o curso secundário não era obrigatório, ou seja, uma etapa posterior a ser cumprida após a conclusão do ensino primário, pode-se concluir que o ensino secundário destinava-se prioritariamente aos jovens pertencentes às elites, interessados pelos estudos acadêmicos e pelas ocupações de prestígio a que dão acesso.

Não se definindo, portanto, como prolongamento do primário, nem sendo proposto para os adolescentes, quaisquer que sejam suas origens sociais, suas condições econômicas e seus interesses profissionais, o ensino secundário brasileiro, constituindo uma estrutura à parte, não se destina aos que se encaminham para as ocupações que não supõe estudos superiores e não usufruem de prestígio social. É essencialmente uma instituição preparatória para as escolas superiores e para as mais altas posições sociais (PERES, 1973, p. 35).

Embora as estatísticas e relatos evidenciem que o ensino secundário esteve prioritariamente nas mãos da iniciativa privada, é importante compreender as razões pelas quais determinadas famílias escolhiam matricular seus filhos nos ginásios oficiais ao invés de optar pelas escolas particulares. Ainda que o número de alunos matriculados nos ginásios do estado fosse pequeno, como já foi demonstrado, essas instituições perduraram durante as

⁴⁴ IBGE, Diretoria Geral de Estatística, [187?]/1930, Recenseamento do Brazil 1872/1920.

primeiras décadas da República e tornaram-se, como ansiavam seus idealizadores, o padrão de ensino secundário, que perdura até os dias de hoje. É pertinente, portanto, investigar quem eram os alunos que freqüentavam o Ginásio da Capital, os lentes que ministravam as disciplinas e de que forma essa instituição se estruturou ao longo dos anos a partir das novas regulamentações e relações que se construíram na dinâmica escolar.

Nas últimas décadas do século XIX, o Brasil e o estado de São Paulo passaram por grandes transformações que resultaram na conformação de uma nova organização social, política e econômica. As mudanças foram impulsionadas pela construção de estradas de ferro, o que provocou uma revolução nos sistemas de transportes e de produção; pelo aperfeiçoamento na produção cafeeira, especialmente nas fazendas do Oeste Paulista, e o conseqüente aumento da produção do café; pelo aumento no número de indústrias, saltando de 175, em 1874, para 600, em 1900, e 13.000, em 1920; pela crise do sistema escravista, a substituição do escravo pelo trabalhador livre e o uso de mão-de-obra imigrante nas áreas cafeeiras; pelo aumento populacional; pelo fenômeno da urbanização em certas regiões, principalmente São Paulo; pela formação de um mercado interno; e pela aplicação de capitais em outros setores além do agrícola, como na construção de vias férreas, organizações de instituições de crédito e estabelecimentos industriais (COSTA, 2010).

Essas transformações sociais e econômicas provocaram o surgimento de novos grupos sociais que, fortes economicamente, passaram a defender seus interesses e a exigir maior participação política. Em oposição aos fazendeiros tradicionalistas do Vale do Paraíba destacaram-se os agricultores progressistas do Oeste Paulista, contrários à escravidão e entusiastas da imigração e da construção de ferrovias. E, além do novo grupo de fazendeiros, apareceram os grandes industriais e também uma pequena e média burguesia, composta de elementos ligados às atividades mercantis, as profissões liberais, à administração pública, aos meios de transportes e bancos, que concentravam-se principalmente nos grandes centros urbanos (COSTA, 2010).

Com o advento da República, os anseios particulares de cada um desses novos grupos sociais dissolveram os laços que antes os uniam em prol do ideal republicano, de modo que “os representantes do setor progressista da lavoura, fazendeiros de café das áreas mais dinâmicas e produtivas, elementos ligados à incipiente indústria, representantes das profissões liberais e militares, nem sempre tinham as mesmas aspirações e interesses (COSTA, 2010, p. 398).

Assim, no início do século XX, já era claro que determinados setores foram beneficiados e outros sacrificados em decorrência da proclamação da República. Configurou-se o domínio das oligarquias e a preponderância paulista no cenário nacional, em função do acúmulo de capital adquirido por meio da produção cafeeira do Oeste Paulista.

O Ginásio da Capital foi criado nesse momento em que a cidade de São Paulo transformou-se em centro financeiro e comercial e que reunia, num mesmo espaço, representantes dos diversos grupos sociais. Desse modo, os alunos matriculados no Ginásio refletem essa multiplicidade. De acordo com levantamento realizado por Elza Nadai acerca da origem⁴⁵ dos alunos matriculados no Ginásio, no seu primeiro ano de funcionamento, do total de 51 educandos que freqüentaram o 1º ano do curso, havia 48 brasileiros, 1 português e 2 italianos. Dos 48 brasileiros, 35 eram do estado de São Paulo, 1 do Rio Grande do Norte, 1 do Maranhão, 2 do Espírito Santo, 4 do Rio Grande do Sul, 1 de Minas Gerais e 4 do Rio de Janeiro. Quando analisada a procedência dos alunos matriculados no 2º anos, a pesquisadora evidenciou que havia 1 aluno de Campinas, 2 de São Paulo, 2 de Ubatuba, 4 do Rio de Janeiro e 2 de Santos. Sendo assim, dos 11 alunos desses anos do curso, 7 vinham do estado de São Paulo e 4 do Rio de Janeiro. O único aluno matriculado no 3º ano era procedente de São Paulo do Muriaé (Anexo 1).

Com relação à procedência da segunda turma⁴⁶, matriculada no ano seguinte, do total de 66 alunos inscritos nos diversos anos do curso, 10 eram da cidade de São Paulo, 39 do estado de São Paulo, 8 da cidade do Rio de Janeiro, 2 do Rio Grande do Sul, 1 de Minas Gerais, 1 da Bahia, 1 de Alagoas, 1 da Itália, 1 da Espanha, 1 da Inglaterra e 1 da Suíça (Anexo 2).

Esses dados demonstram a repercussão da fundação do Ginásio por todo o país, já que o estabelecimento recebeu alunos de diferentes regiões do estado de São Paulo e mesmo de estados distantes, como Rio Grande do Norte, Maranhão, Alagoas e Rio Grande do Sul.

Com relação aos alunos oriundos do estado de São Paulo, havia presença significativa de educandos procedentes de cidades situadas no Oeste Paulista, como Campinas, Amparo, Casa Branca, Rio Claro, Itú e Jaú; e também de municípios do Vale do Paraíba, como Valença, Ubatuba, Bananal, Taubaté, Guaratinguetá, Lorena e Pindamonhangaba. Segundo Nadai (1975), esses dados evidenciam que

⁴⁵ Relação dos alunos matriculados no primeiro, primeiro, segundo e terceiro ano do curso do Ginásio do Estado em 1894, na qual consta filiação, nome, idade, procedência e série cursada. NADAI, 1975, p.177.

⁴⁶ NADAI, 1975, p. 179.

(...) por volta da primeira década republicana, o café tendo se expandido para as regiões do Oeste Paulista transformando a cidade de Campinas em grande centro comercial e cultural e enriquecendo as suas imediações já apresentava em sua população maiores exigências quanto à formação de seus filhos. Ao mesmo tempo, que o Vale do Paraíba vivendo seus derradeiros dias de glória, no século XIX, produzidos também pelo café, mas em menor proporção, demandava o ensino sistematizado, como aspiração para seus filhos (NADAI, 1975, p. 180).

Observa-se, portanto, que tanto fazendeiros de café do setor progressista quanto do tradicional preocuparam-se em matricular seus filhos no Ginásio de São Paulo. Ao analisar a origem familiar das primeiras turmas de matriculados, Nadai (1975) acredita que um número significativo “era procedente de famílias de fazendeiros, ou então originário de famílias que gozavam de prestígio pelas suas vinculações com o poder, municipal ou estadual” (NADAI, 1975, p. 181). Dos 66 alunos que freqüentaram a primeira turma do Ginásio, 20% eram filhos de coronéis, generais, majores, tenentes e doutores. Entre eles está Sylvio de Campos, filho do então Presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos. As famílias mais características são: Paes de Barros, Bernardino de Campos, Rodrigues de Carvalho, Castro Bandeira, Pacheco & Silva, Garcia Redondo, Cerqueira Lima, Souza Queiróz, Pereira de Magalhães, Pestana, Campos Sales, Pereira de Carvalho, Macedo Soares e Rubião Júnior.

Havia também um significativo número de filhos de estrangeiros – 3 italianos, 1 português, 1 espanhol, 1 Inglês e 1 suíço –, além dos filhos de imigrantes já nascidos no Brasil, como as famílias Fomm, Schutel, Duffles, Maggi, Cotti, Garonne e Nacarato. Assim, esses dados comprovam que dentro do Ginásio da Capital conviviam filhos de famílias tradicionais, jovens estrangeiros e filhos de imigrantes já nascidos no país.

O ensino secundário não era gratuito e as despesas com as taxas de matrícula e anuais, com os selos de documentos e com os livros exigidos, faziam dessa modalidade de ensino dispendiosa. No entanto, apesar da seletividade de ordem econômico-social caracterizar o ensino secundário brasileiro nas primeiras décadas da República, havia certas aberturas para “os menos afortunados” que aspirassem ascender socialmente. De acordo com o Regimento Interno dos ginásios do estado⁴⁷ de 1895, os candidatos à matrícula que desejarem um lugar gratuito, ao invés de pagar a taxa de 50\$000, deveriam provar as “condições de intelligencia, pobreza e applicação”⁴⁸. Com essa medida, o estado de São Paulo oferecia à jovens “pobres,

⁴⁷Regulamento dos ginásios do estado de São Paulo, de 1895 (Decreto n. 293 de 22 de maio de 1895. Approva o Regulamento dos Gymnasios do Estado).

⁴⁸ Regulamento dos ginásios do estado de São Paulo, de 1895, art. 77, §1. (Decreto n. 293 de 22 de maio de 1895. Approva o Regulamento dos Gymnasios do Estado).

⁴⁸ Regulamento dos ginásios do estado de São Paulo, de 1895

inteligentes e laboriosos” (CABRAL, 2001, p.60) a possibilidade de cursar o ensino secundário.

Em 23 de setembro de 1899, Julio do Amaral Carvalho entrou com um pedido de inscrição para matricular-se no Ginásio. Anexado ao requerimento enviou vários atestados com o objetivo de solicitar a isenção da matrícula. Entre eles há um atestado de pobreza emitido em 22 de março de 1889, pelo Vigário da Parochial Igreja de Santa Cecília, o qual dizia que “Julio do Amaral Carvalho, de 16 anos de idade, filho de Marcolina do Amaral Carvalho, é considerado pobre por não ter outros recursos além dos que lhe são ministrados por sua mãe, empregada em serviços domésticos⁴⁹”; e outro, emitido pelo então Secretário dos Negócios do Interior, Cesário Motta Júnior., afirmando que “Julio do Amaral Carvalho é um moço de comportamento exemplar, é muito aplicado, sendo notável o amor que tem aos estudos (...) foi meu discípulo”. O aluno reuniu uma série de documentos que comprovavam sua pobreza, mas também seu interesse pelos estudos. O candidato era filho da escrava de Manoel Antônio do Amaral Carvalho, mas não era um pobre qualquer, era afilhado de Cesário Motta Júnior, um dos principais reformadores da educação no estado de São Paulo e idealizadores do Ginásio da Capital.

Essa determinação do regimento interno permitiu que entre os alunos oriundos das elites, circulassem também jovens vindos das camadas mais pobres da população. É possível que esses jovens desfavorecidos tivessem mais chances de ingressar no Ginásio, caso fossem apadrinhados por um membro da elite, como é o caso de Julio do Amaral Carvalho. A respeito da gratuidade no âmbito federal, Peres (1973) pondera que,

(...) a gratuidade não isenta os beneficiados – convém frisar – de todas as despesas. Trata-se de uma abertura (...) proposta para os que sejam considerados pobres. Entretanto, é preciso reconhecer que os candidatos, dentro dessa categoria, são ainda elementos privilegiados, pois que, de qualquer forma, são apadrinhados para conseguirem os lugares gratuitos e, sobretudo, assistidos por recursos financeiros particulares que lhes garantem o custeio das despesas que (...) vão além da gratuidade de matrícula e freqüência (PERES, 1973, p. 41).

Assim, por ser público, o Ginásio da Capital agregava alunos provenientes dos mais diversos grupos sociais, desde os filhos da elite tradicional e da nova elite industriaria, como filhos de profissionais liberais, de imigrantes e de famílias das camadas mais pobres. O Ginásio da Capital é prioritariamente destinado à formação intelectual e moral das elites, mas,

⁴⁹ Atestado de 22/3/1899. Arquivo Morto da Escola São Paulo. Prontuário do aluno – Caixa 01-10-1899/01-11-1900/01-12-1900.

por seu caráter público, também propiciou a ascensão social de jovens oriundos das pequena e media burguesias e das camadas menos abastadas.

1.2.2. O Ginásio da Capital e seus professores

Os primeiros cursos públicos destinados a seleção dos professores do Ginásio da Capital foram realizados entre os dias 23 de abril e 6 de junho de 1894, sob direção da Congregação Interina. Essa comissão indicou os professores que fizeram parte das bancas examinadoras e deliberou sobre os resultados finais. Cada banca correspondia a uma cadeira de ensino e era composta por três professores. A comissão interina nomeou 10 professores, que sob a coordenação Bento Pereira Bueno, nomeado Diretor da instituição em 14 de agosto de 1894, organizaram os concursos para as demais cadeiras do Ginásio. Ainda durante o ano de 1894 foram contratados 3 lentes. A partir de então, estava formado o quadro de profissionais responsáveis pela organização burocrática e pedagógica do primeiro Ginásio de São Paulo.

Por meio da aprovação nesse primeiro concurso, foram nomeados, entre agosto e outubro de 1894, os seguintes professores: Silvio Tibiriça de Almeida, para reger a 2ª cadeira de Português; José de Freitas Valle, para a de Francês; João Benthley, para a de Inglês; Oscar Nobiling, para a de Alemão; Luiz Antonio dos Santos, para a de Latim e Noções de Grego; Augusto Baillot, para a de Aritmética e Álgebra; Eugenio Guillhem, para a de Mecânica e Astronomia; José Vicente de Azevedo, para a de Geografia e Cosmografia; Padre José Valois de Castro, para a de Historia Universal; e Alonso Guayanaz da Fonseca, para a cadeira de Antropologia, Psicologia e Lógica. Os concursos para provimento das cadeiras de História do Brasil e Geometria foram anulados⁵⁰.

Ainda durante o ano de 1894, foram nomeados os professores Eduardo Carlos Pereira, para a 1ª cadeira de Português; Edmundo Xavier, para a de Física e Química; e Alfredo Caiafá, para a de Italiano. Esses concursos foram organizados pelos recém contratados professores do Ginásio. Sob a coordenação de Bento Pereira Bueno, nomeado Diretor da instituição em 14 de agosto de 1894, estava formado o quadro de profissionais responsáveis pela organização burocrática e pedagógica do primeiro Ginásio da Capital.

⁵⁰ A anulação do concurso para provimento da cadeira de História do Brasil será detalhado na parte desse trabalho que aborda os concursos para a seleção dos professores dessa cadeira e de História Universal.

Somente no início ano de 1896 foi realizado o concurso para provimento da cadeira de História do Brasil, ainda vaga desde a fundação da instituição. Foi nomeado Jacob Thomaz Itapura de Miranda para lente do Ginásio de São Paulo.

Ao analisar brevemente a biografia de cada um dos professores que compuseram o corpo docente do Ginásio da Capital nos primeiros anos de funcionamento, percebe-se que o grupo de professores é bastante heterogêneo, naturais de diferentes lugares, com distintas formações e profissões e até seguidores de religiões diferentes.

Bacharel sem exercício, Silvio Tibiriça de Almeida, lente da 2ª cadeira de Português, era filólogo, pedagogo e foi um dos fundadores da Academia Paulista de Letras (MARTINS, 2008). Não foi encontrada mais nenhuma informação sobre a vida desse professor.

Oscar Nobiling, lente da cadeira de Alemão, também era filólogo. Nasceu em Hamburgo, na Alemanha, e depois de fazer cursos em Friburgo, Berlim, Bonn e Paris mudou-se para o Brasil no ano de 1889. Naturalizou-se brasileiro e fixou-se na cidade de São Paulo, onde foi professor de vários colégios, entre eles o Ginásio da Capital. Além de ensinar, publicou livros didáticos de inglês, alemão e albanês; escreveu ensaios e artigos, nos quais fazia críticas literárias, para diversas revistas. Como filologista, editou as cantigas de um dos mais fecundos trovadores da lírica medieval galego-portuguêsa do século XIII, Don João Garcia e de Guilhade (SILVA, 2008).

O lente da 1ª cadeira de Português, Eduardo Carlos Pereira, destacou-se como pastor da igreja Presbiteriana e educador. Foi professor de colégios renomados, como o Culto à Ciência, e gramático, autor de importantes obras sobre gramática. Fez o curso secundário e iniciou curso de ciências jurídicas de São Paulo, desistindo logo em seguida para ingressar nos estudos teológicos. Foi o pastor da primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo (GUTIERRES & ARNAUT DE TOLEDO, 2010).

José de Freitas Valle, lente da cadeira de Francês, era advogado, professor, político e escritor. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, lecionou durante 40 anos e exerceu mandados como deputado estadual e senador estadual por cerca de 30 anos, representando o Partido Republicano Paulista. Como político, teve como principal foco a legislação sobre o ensino. Casou-se com Antonieta Egydio Sousa Arantes, herdeira dos maiores produtores de café da região de Campinas. Junto com a esposa comprou uma residência na Vila Mariana, na

cidade de São Paulo, onde reunia políticos, intelectuais, e toda uma geração de artistas. Foi membro da Academia Paulista de Letras e figura importante na vida cultural paulistana⁵¹.

O professor de Antropologia, Psicologia e Lógica, Alonso Guayanaz da Fonseca, era advogado, professor e ensaísta. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e um dos redatores do manifesto parlamentarista publicado pelo jornal O Estado de São Paulo. Além disso, escreveu um ensaio de Filosofia do Direito (PIAUI, 1973).

José Vicente de Azevedo, lente de Geografia e Cosmografia, era advogado, formado pela Academia de Direito de São Paulo, político e filantropo. Como político foi eleito deputado provençal por 3 mandatos consecutivos entre 1884 e 1889, quando apresentou e teve aprovação de projetos que autorizaram a construção do Viaduto do Chá e da nova Sé Catedral Metropolitana de São Paulo. Depois de 1898, voltou para a política e foi eleito deputado estadual seis vezes seguidas. No entanto, destacou-se no cenário paulista por suas ações beneficentes, as quais lhe renderam um título de conde romano⁵².

O professor de Mecânica e Astronomia, Eugenio Guilhem era engenheiro e Vice-Diretor de Obras Municipais na cidade de São Paulo. Juntamente com Vitor Freire, elaboraram o Plano Freire-Guilhem, o qual propunha uma reforma do centro da cidade de São Paulo. Além disso, o engenheiro publicou diversos estudos sobre limpeza pública (CAVALCANTI & DELION, 2004).

Edmundo Xavier, lente de Física e Química, era químico. Além de ser professor do Ginásio da Capital também foi catedrático da Escola Livre de Farmácia e Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (TEIXEIRA, 2007).

Os professores de História Universal, José Valois de Castro, e História do Brasil, Jacob Thomaz de Itapura Miranda, eram doutores pela Academia de Direito de São Paulo. O primeiro deles era cônego e defendeu como deputado e senador estadual os interesses da Igreja Católica dentro do regime republicano. Esses professores serão melhor analisados no terceiro capítulo, sobre o ensino de História.

Não foram encontradas informações sobre os professores João Bentley, Luiz Antonio dos Santos, Augusto Baillot, Alfrdo Caifá.

Após conhecer uma breve história da vida dos primeiros professores do Ginásio da Capital, deduz-se que o magistério correspondia a apenas uma dentre as atividades por eles desenvolvidas. Além de professores eram políticos, escritores, advogados e até engenheiros.

⁵¹ Informações adquiridas no acervo digital do Instituto de Estudos Brasileiros da USP – IEB. Fundos Pessoais. Freitas Valle. In: www.ieb.usp.br.

⁵² As informações sobre a vida de José Vicente Azevedo foram adquiridas no Museu da Família Azevedo. O acervo contém documentos, fotos, móveis e outros objetos que pertenceram ao conde e sua família.

Certo é que independente das atividades escolhidas, esses homens ocupavam posições influentes dentro da sociedade paulista. Apesar disso, o corpo docente era heterogêneo, composto por homens provindos de diferentes lugares do país e também do exterior, com escolhas profissionais distintas. Havia também um membro fervoroso da Igreja Católica e um pastor influente da Igreja presbiteriana. Todavia, os lentes eram em maioria republicanos, sendo que alguns eram inclusive membros do Partido Republicano Paulista. Esses homens pertenciam a uma elite letrada preocupada com a transmissão de uma cultura superior às novas gerações.

Capítulo II: O ensino secundário no estado de São Paulo

2.1. A Reforma da Instrução Pública no estado de São Paulo

A educação no estado de São Paulo foi organizada logo após a proclamação da República. Assim, em 8 de setembro de 1892 foi aprovada a lei nº 88 e em 7 de agosto de 1893, a lei nº 169, ambas reformando a instrução pública no estado de São Paulo no que dizia respeito aos ensinos primário e secundário.

Estas leis representaram a consolidação de aspirações tanto dos nascentes grupos urbanos, quanto dos representantes da aristocracia rural. No entanto, antes da aprovação de tal projeto, os debates produzidos na Câmara e no Senado do Estado, no curso de suas elaborações, colocaram em oposição diferentes concepções educacionais que evidenciavam as contradições da própria sociedade paulista. Conforme afirma Elza Nadai,

a instrução pública tornou-se um dos assuntos mais importantes para os legisladores do novo estado, juntamente com a sua reorganização burocrática. Pela quantidade de projetos colocados em discussão na Câmara e no Senado, e pela urgência com que foram tratados, verifica-se de certa maneira, a importância que os congressistas lhes atribuíam evidenciando uma preocupação com a formação do “novo” homem paulista (NADAI, 1975, p. 26).

Até a promulgação da Lei nº 88, de 1892, que tratava da reformulação da educação no estado de São Paulo, circularam pela Câmara e pelo Senado do Estado dois projetos diferentes de reforma da Instrução Pública. O primeiro deles, projeto nº 41, foi elaborado pela Comissão de Instrução Pública da Câmara, composta pelos deputados Albuquerque Lins, Julio de Mesquita e Arthur Breves, e, apresentada por este último na Sessão Ordinária de 22 de setembro de 1891.

Este primeiro projeto não fazia referência ao ensino secundário e organizava a instrução pública em três graus de ensino, sendo que o primeiro compreendia os estudos preliminares; o segundo, os estudos do mundo; e os estudos do homem e da sociedade eram ministrados no terceiro grau. O ensino era leigo, gratuito e obrigatório; e as escolas providas por um professor e um adjunto. A aprovação nos três graus de ensino habilitava o aluno a ser nomeado para cargos da administração pública. Deste modo, esse projeto visava oferecer um ensino popular e tinha como objetivo principal formar os homens que comporiam os quadros administrativos do novo estado (NADAI, 1975).

No que diz respeito aos estudos históricos, a escola de 3º grau compreendia em seu currículo o ensino sobre a pátria, que deveria abordar a “biografia dos brasileiros celebres, notícias históricas do Brasil colonial e do Brasil sobre Pedro I e Pedro II; e historia da proclamação da Republica”⁵³. Juntamente com os estudos de educação cívica e moral, o ensino sobre a pátria tinha por fim formar o novo homem paulista, consciente de seu papel social no novo regime político recém instituído. A disciplina de História da Civilização ficou fora do programa de ensino público.

Esse projeto de lei não foi aprovado, pois em sua terceira discussão, na 67ª Sessão Ordinária, de 27 de outubro de 1891, Albuquerque Lins apresentou à Câmara, em nome da Comissão de Instrução Pública, um substitutivo que procurou satisfazer às exigências do ensino moderno.

O substitutivo ao projeto nº 41, passou a classificar o ensino primário em primeiro e segundo graus. Esse ensino era leigo, gratuito e obrigatório para ambos os sexos. Já o ensino secundário seria ministrado nos ginásios, de frequência facultativa. Foi o primeiro projeto que propôs a criação de ginásios, para o sexo masculino.

Depois de ter sido aprovado pela Câmara dos Deputados em novembro de 1891, o projeto foi encaminhado ao Senado do Estado. Na 5ª Sessão Ordinária, de 13 de abril de 1892, Paulo Egydio⁵⁴, como senador do estado e membro da comissão de instrução pública do Senado do Estado, juntamente com Bernardo A. R. da Silva, apresentou um parecer (nº 5) desfavorável à Reforma da Instrução Pública elaborada pela comissão de instrução pública da Câmara dos Deputados e aprovada pela mesma, por considerá-lo “insuficiente em vários sentidos, sobretudo quanto á classificação das matérias do ensino, relativas ás edades e profissões”⁵⁵. Ainda de acordo com o Paulo Egydio, “(...) é de parecer que seja o projeto rejeitado, afim de ser promovido o estudo e apresentação de outro que melhor satisfaça a organização da instrucção publica”.

Rejeitado o projeto pelo Senado do Estado,

as Comissões de Instrução Pública do Senado e da Câmara reunidas elaboraram o novo projeto, que seria o embrião de toda a legislação para o ensino secundário que, deste momento em diante, deixava a fase dos anteprojetos e substitutivos, para decididamente encaminhar-se para a assunção da força de lei (NADAI, 1975, p. 39).

⁵³ Annaes da Camara dos Deputados do Estado de São Paulo. Sessões preparatórias de 15 a 31 de julho de 1891; de 1º de agosto a 28 de novembro de 1891. São Paulo: Typographia do Diário Official, 1891, p. 109. ALESP.

⁵⁴ Deputado estadual até 1891.

⁵⁵ Annaes do Senado de São Paulo de 1892. 1ª sessão da 2ª legislatura. Organizado pelo Tachygrapho Joaquim Theodoro de Araujo. São Paulo: Typographia do Diário Official, 1892, p. 31. ALESP.

O projeto de nº 21 foi apresentado na 46ª sessão ordinária, de 20 de junho de 1892, e suas discussões duraram cerca de dois meses. Na 83ª sessão ordinária, de 12 de agosto de 1892, o projeto foi aprovado e tornou-se a primeira lei, a de nº 88 de 1892, que reformou a Instrução Pública no Estado de São Paulo. Contudo, o projeto aprovado diferia significativamente daquele proposto inicialmente.

O projeto inicial, defendido especialmente pelo Senador Paulo Egydio, não previa a criação de ginásios e classificava a instrução em preliminar e complementar. Diferente dos ginásios, os Institutos Complementares tinham um caráter profissionalizante e procuravam atender às demandas da nascente sociedade urbana e industrial. Nessa perspectiva, o ensino complementar deveria oferecer subsídios tanto para o ingresso nos cursos superiores quanto para a especialização nos principais campos de trabalho: agrícola, industrial e comercial. Ao aluno caberia escolher qual dos dois caminhos seguir. Dessa forma, a instrução pública, organizada em preliminar e complementar, proporcionaria por um lado um ensino de formação geral, com o objetivo de constituir o cidadão; e por outro, um ensino específico, necessário à escolha de uma profissão.

Todavia, o projeto aprovado pelo Senado, modificado principalmente a partir das emendas propostas pelo Senador Bueno de Andrade, desprezou a proposição de escola complementar de caráter profissionalizante e privilegiou a instituição do ginásio como modelo de ensino secundário. Assim, o ensino público foi dividido em primário, secundário e superior e estabeleceu-se, então, a estrutura dos ginásios estaduais paulistas.

O curso ginásial, inspirado nos liceus franceses ou colégios alemães, privilegiou as humanidades, literárias ou científicas. De acordo com Elza Nadai, Bueno de Andrade considerava que o ensino ginásial

preconizava a conciliação da ciência moderna – representada pelo estudo das ciências físicas, matemática e biologia etc... -, com a formação humanística calcada no estudo das Humanidades e Línguas, principalmente a Latina e a Grega. Para ele, era fundamental que os jovens se preparassem muito bem para freqüentarem os estudos superiores, e como São Paulo, nessa época contava com a tradicional Faculdade de Direito e já se preparava a instalação da Escola Politécnica em 1893, sugeriu a bifurcação dos estudos, após um curso comum e básico a todos. De um lado, buscava o aprimoramento de estudos de caráter mais humanístico, ressaltando a História, a Geografia, Línguas e suas correspondentes Literaturas; de outro, estudos com maior ênfase nas Ciências, principalmente na Matemática subdividida em diferentes campos como a Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria; ainda Mecânica, Astronomia, Física, Química e História Natural (NADAI, 1975, p.73).

De acordo com a proposta desse senador, o ensino ginásial teria um curso básico, comum a todos os alunos, ministrado nos quatro primeiros anos; e nos dois últimos anos se dividiria em um curso científico e outro literário, entre os quais os alunos elegeriam apenas uma opção.

Desse modo, os ensinamentos preliminar e complementar garantiram a educação popular, enquanto que aos ginásios, destinado a apenas uma pequena parcela da população, competiu a formação moral e intelectual dos futuros dirigentes da pátria e também o preparo para os cursos superiores.

No ano seguinte, a segunda lei estadual que organizou a instrução pública, de nº 169, de 7 de agosto, aditou diversas disposições da Lei nº 88, de 1892. Entre as mudanças estava a extinção da divisão nos dois últimos anos do curso ginásial. Modificação esta que conferiu, definitivamente, ao ensino secundário da primeira república um caráter de curso eclético, “com predominância de línguas (clássicas e modernas) e ciências” (NADAI, 1975, p. 73).

As duas primeiras leis que reformaram a instrução pública no estado de São Paulo foram regulamentadas e colocadas em prática com a promulgação do Decreto nº 218, de 27 de novembro de 1893. Estava, então, organizado o sistema de ensino paulista, a partir de um aparato burocrático que contava com a criação de órgãos de direção e inspeção da instrução pública, como a Secretaria de Negócios e Interior, a Diretoria da Instrução Pública, a Inspeção Distrital, o Conselho Superior de Ensino e as Câmaras Municipais. Da mesma forma, os regulamentos estabeleceram novas práticas de ensino e aprendizagem para todos os graus de ensino, por meio da elaboração de novas propostas curriculares e do investimento na Reforma da Escola Normal. Nesse contexto, também foi prevista a criação de três ginásios em São Paulo, sendo um deles na capital.

2.2. O curso Ginásial

O ensino secundário foi organizado pelos legisladores paulistas na forma de curso seqüencial, de modo que os conteúdos de ensino tivessem um encadeamento lógico ao longo dos anos, capaz de disciplinar intelectual e moralmente os alunos e melhor prepará-los para o ingresso nos cursos superiores e para ocupar os postos dirigentes do país.

A formação intelectual e moral dos alunos, almejada pelos reformadores da instrução pública, somente seria possível por meio do estudo das humanidades clássicas aliadas às científicas, o que garantiria a transmissão da cultura geral às novas gerações, mas também atenderia aos interesses da nascente sociedade urbana e industrial.

Se durante o período imperial prevaleceu o currículo humanista com a preponderância das línguas clássicas (Latim e Grego), das línguas vivas (Português Francês, Inglês, Italiano e Alemão) e de outras disciplinas das Humanidades, como Filosofia, História e Geografia; a emergência da República ficou marcada pela introdução e ampliação dos estudos científicos, de modo a adequar o currículo secundário às necessidades da sociedade moderna.

Nos ginásios do estado de São Paulo, os conteúdos de ensino foram organizados em matérias de ensino, distribuídas sob a forma de cadeiras. A ordem em que as matérias foram dispostas pelas cadeiras de ensino apresenta um primeiro indício da primazia das humanidades clássicas no currículo do curso secundário, apesar dos esforços para sua remodelação.

De acordo com os primeiros regulamentos dos ginásios do estado de São Paulo, de maio de 1895⁵⁶ e dezembro de 1897⁵⁷, as matérias do curso foram distribuídas pelas seguintes cadeiras: 1ª e 2ª de Português, 3ª de Francês, 4ª de Inglês, 5ª de Italiano, 6ª de Alemão, 7ª de Latim e noções de Grego, 8ª de Aritmética e Álgebra, 9ª de Geometria e Trigonometria, 10ª de Mecânica e Astronomia elementares, 11ª de Física e Química, 12ª de História Natural, 13ª de Geografia e Cosmografia, 14ª de História, 15ª de História do Brasil, 16ª de noções de Antropologia, Psicologia e Lógica, 1ª aula de Desenho e 2ª aula de Ginástica e Exercícios Militares.

⁵⁶ Approva o Regulamento dos Gymnasios do Estado. Decreto n. 293 de 22 de maio de 1895. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo.

⁵⁷ Approva o Regulamento dos Gymnasios do Estado. Decreto n. 503 de 18 de dezembro de 1897. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo.

No regulamento de 1900⁵⁸, houve uma reestruturação nas matérias, que foram distribuídas pelas cadeiras da seguinte forma: 1ª de Português, 2ª de Literatura, 3ª de Francês, 4ª de Inglês, 5ª de Italiano, 6ª de Alemão, 7ª de Latim, 8ª de Grego, 9ª de Aritmética e Álgebra, 10ª de Geometria e Trigonometria, 11ª de elementos de Mecânica e Astronomia, 12ª de elementos de Física e Química, 13ª de elementos de História Natural, compreendendo noções de Antropologia, 14ª de Geografia e Cosmografia, 15ª de História do Brasil, 16ª de História Universal, 16ª de Psicologia e Lógica, 1ª aula de Desenho e 2ª aula de Ginástica e Exercícios Militares.

Os regulamentos de 1919⁵⁹ e 1926⁶⁰ não especificam quais eram as matérias e suas respectivas cadeiras de ensino. No entanto, um olhar atento à ordem em que as matérias são dispostas pelas cadeiras nos três primeiros regulamentos, identifica-se um primeiro indício de que as humanidades clássicas, em especial as línguas vivas e clássicas, têm maior destaque no currículo do curso secundário. A ordenação das cadeiras segue o modelo: 1. línguas vivas; 2. línguas clássicas; 3. matemáticas; 4. ciências físicas e naturais; 5. Geografia e História; 6. Psicologia e Lógica; 7. Ginástica e exercícios militares. Essa ordem ainda indica que dentre as disciplinas científicas, as matemáticas aparecem em primeiro lugar e, entre as humanidades clássicas, as disciplinas Geografia e História aparecem no final da lista, somente antecedendo Psicologia e Lógica.

Não é somente a ordem que oferece indícios da primazia das humanidades clássicas. A continuidade das disciplinas nas grades curriculares durante as quatro primeiras décadas do período republicanos também (ANEXOS 3 a 8). A Tabela 2.1 mostra o total de aulas semanais, por matéria, distribuídas ao longo dos anos do curso, de acordo com os Regulamentos de 1895, 1897, 1900, 1919, 1926 e com o Decreto nº 872, de 7 de fevereiro de 1901⁶¹. Numa primeira análise, pode-se identificar as transformações mais evidentes do currículo, como a quantidade no total de aulas prevista por cada regulamento, a mudança nas nomenclaturas, a inserção ou remoção de disciplinas e a junção ou separação de cadeiras de ensino.

Tabela 2.1

⁵⁸ Approva o Regulamento dos Gymnasios do Estado. Decreto n. 858 de 14 de dezembro de 1900. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo.

⁵⁹ Manda cumprir o Regimento Interno para os Gymnasios do Estado. Decreto n. 3.033 de 26 de fevereiro de 1919.

⁶⁰ Manda por em execução nos Gymnasios do Estado, o Regimento interno que a este o acompanha. Decreto n. 4.166 de 31 de dezembro de 1926.

⁶¹ O Decreto nº 872, de 7 de fevereiro de 1901, altera o Decreto nº 858, de 14 de dezembro de 1900, que aprovou o regulamento dos Ginásios do Estado. Por meio dele foi mudada a distribuição semanal das matérias ao longo dos anos.

Quantidade de aulas semanais, por matéria, ao longo dos anos do curso de acordo com os Regulamentos dos Ginásios de 1895, 1897, 1900, 1919, 1926 e com o Decreto nº 872, de 7 de fevereiro de 1901⁶²

	1895	1897	1900	1901	1919	1926
Português	16	12	10	10	10	14
Literatura	-	-	4	4	4*	-
Francês	13	8	11	11	10	13
Inglês	11***	12***	9***	10***	9***	3/6***
Alemão	11***	12***	8***	10***	8***	6***
Italiano	6*	6*	6*	6*	6*	6*
Latim e noções de Grego	14	8	-	-	-	-
Latim	-	-	10	10	9	14
Grego	-	-	8*	8*	9*	8*
Aritmética	12	8	16	16	15	9
Álgebra						4
Geometria e Trigonometria	9	8				
Mecânica e Astronomia	6	6	3*	3*	3*	3*
Física e Química	10	8	7	5	7	-
Física	-	-	-	-	-	6
Química	-	-	-	-	-	9
História Natural	9	8	-	-	-	9
História Natural e Antropologia	-	-	7	6	7	-
Antropologia, Psicologia e Lógica	7	7	-	-	-	-
Psicologia e Lógica	-	-	6	6	6	-
Geografia e Cosmografia	12	8	9	8	8	-
Geografia Geral	-	-	-	-	-	3
História	9	6	-	-	-	-
História Universal	-	-	6	6	6	6
Corografia e História do Brasil	8	6	-	-	-	-
História do Brasil	-	-	3	6	3	3
Corografia do Brasil	-	-	-	-	-	3
Filosofia	-	-	-	-	-	3
Instrução Moral e Cívica	-	-	-	-	-	3
História da Filosofia	-	-	-	-	-	3*
Literatura Brasileira	-	-	-	-	-	3*
Literatura das Línguas Latinas	-	-	-	-	-	3*
Sociologia	-	-	-	-	-	3*
Desenho	7	6	10	12	9	15
Ginástica	10	6	6	6	6	5
Total de aulas	159	123	139	143	135	128**

Fonte: Regulamentos dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895, 1897, 1900, 1919, 1926 e Decreto nº 872, de 7 de fevereiro de 1901, que altera o Regulamento de 1900 com relação à divisão do curso.

* Disciplinas facultativas - Total- 35 / ** Total das disciplinas obrigatórias / *** Escolher entre Inglês e Alemão.

⁶² O Decreto nº 872, de 7 de fevereiro de 1901, altera o Decreto nº 858, de 14 de dezembro de 1900, que aprovou o regulamento dos Ginásios do Estado. Por meio dele foi mudada a distribuição semanal das matérias ao longo dos anos.

A Tabela 2.1 evidencia inicialmente que o total do número de aulas semanais ao longo dos anos do curso caiu significativamente do Regulamento de 1895 para o de 1897, de 159 para 123 aulas. Depois disso, quantidade de aulas aumentou em 1900 e 1901, contando com um total de 139 e 143 aulas respectivamente. Esse total diminuiu novamente para 135 em 1919 e 128 em 1926. Esses dados sugerem que o currículo dos ginásios do estado de São Paulo não era estável durante as primeiras décadas da República, mas que passou por diversas transformações ao longo desses anos. Essas mudanças na seleção e organização do currículo refletem os contraditórios interesses dos diversos grupos sociais presentes na sociedade paulista no final do século XIX e início do século XX.

Assim, entre 1895 e 1931, muitas foram as alterações no currículo secundário. O Regulamento de 1895 determinava que o curso de Italiano fosse facultativo, assim como permitia a escolha entre os cursos de Inglês e Alemão. Ao ser aprovado nos exames terminais de todas as matérias obrigatórias, ao aluno era conferido o título de bacharel em Ciências e Letras, o que conferia o direito à matrícula em qualquer dos estabelecimentos de ensino superior do estado de São Paulo, independente da realização dos exames de preparatórios. Entretanto, no Regulamento seguinte, promulgado em 1897, os cursos de Italiano, Inglês e Alemão passaram a ser obrigatórios aos alunos que quisessem adquirir o título de bacharel em Ciências e Letras.

Ao comparar as disciplinas oferecidas nos ginásios nos três primeiros regulamentos, percebe-se que houve alterações significativas a partir de 1900. A 2ª cadeira de Português foi transformada em Literatura e a 7ª cadeira que compreendia Latim e Grego separou-se em 7ª de Latim e 8ª de Grego. O conteúdo de antropologia, que anteriormente era ministrado juntamente com Psicologia e Lógica, começou a ser ensinado no curso de História Natural, que passou a chamar-se História Natural compreendendo noções de Antropologia. Ainda de acordo com esse regulamento, eram facultativos os estudos de Literatura, Grego, Mecânica e Astronomia e os alunos podiam optar entre cursar Inglês ou Alemão. No entanto, diferentemente do Regulamento de 1897, para conquistar o título de bacharel não era necessário cursá-las, pois este era adquirido por meio da aprovação nos exames de maturidade de oito das disciplinas do curso. Pode-se inferir que têm início, nesses anos, os questionamentos quanto à importância dos estudos das línguas, especialmente as mortas, já que o Grego torna-se uma disciplina facultativa. Da mesma forma, a não obrigatoriedade do ensino de Literatura indica que esse conteúdo não era indispensável à formação intelectual do secundarista.

A partir de 1919, as disciplinas Literatura, Grego, Mecânica e Astronomia permanecem facultativas, assim como a escolha entre Inglês e Alemão. Entretanto, de acordo com esse novo regulamento, o título de bacharel em Ciências e Letras somente era conferido aos alunos que cursassem e fossem aprovados em todas as disciplinas, inclusive as não obrigatórias.

O currículo secundário no estado de São Paulo sofreu grandes transformações a partir do Regulamento de 1926. O curso permaneceu com seis anos de duração, assim como nos regulamentos anteriores. Porém, como o currículo era constituído de matérias obrigatórias e matérias facultativas, as primeiras eram cumpridas nos primeiros cinco anos do curso e o sexto ano era composto apenas por matérias facultativas, sendo a maioria delas inovações no currículo ginásial. Desse modo, o sexto ano compreendia o ensino de História da Filosofia, Literatura Brasileira, Literatura das Línguas Latinas, Sociologia, além de Grego e Mecânica e Astronomia, que já estavam presentes no currículo secundário desde a Reforma da Instrução Pública em 1892.

Nesse novo currículo foram introduzidas como obrigatórias as disciplinas Filosofia e Instrução Moral e Cívica; foram removidas as matérias Psicologia e Lógica e Cosmografia, sendo que a cadeira de Geografia e Cosmografia transformou-se apenas em Geografia Geral; houve o retorno da matéria Corografia do Brasil; e procedeu-se a separação entre as matérias Física e Química, antes reunidas sob uma única cadeira de ensino e a partir de então separadas em duas.

Houve muitos debates acerca do ensino secundário, principalmente durante a década de 1920, como foi o caso do Congresso Brasileiro de Instrução Superior e Secundária, realizado em 1922. Entre as recomendações para o secundário estavam o desdobramento das cadeiras de Física e Químicas, a restrição dos programas eliminando matérias como a geometria descritiva, a geometria analítica e a mecânica, a manutenção do ensino obrigatório do Latim, a introdução da disciplina Filosofia e para que a educação Moral e Cívica fosse dada em todas as oportunidades do curso. Observa-se que parte das mudanças no currículo de 1926 seguiu as orientações provenientes desse congresso.

Assim como a ordem e a continuidade das disciplinas, a quantidade de aulas também oferece indícios para compreender as permanências e rupturas no currículo secundário dos ginásios paulistas durante as primeiras décadas da República. A análise dos regulamentos dos ginásios do estado possibilitou a identificação do espaço que as humanidades ocupavam dentro do currículo da escola secundária.

A Tabela 2.2 compara o número de aulas dedicadas ao ensino das humanidades clássicas e das humanidades científicas no currículo dos ginásios do estado de São Paulo entre os anos de 1895 e 1926. Sua análise comprova a primazia das humanidades clássicas no currículo dos ginásios de São Paulo, que corresponde, durante todo o período estudado, à cerca do dobro de aulas destinadas ao ensino das humanidades científicas.

Tabela 2.2

Quantidade de aulas destinadas ao ensino das humanidades clássicas e humanidades científicas no currículo dos ginásios de São Paulo entre os anos de 1895 e 1926

	1895		1897		1900		1901		1919		1926	
	Nº	%										
Humanidades Clássicas⁶³	96	60,4	73	59,3	90	64,7	95	66,4	88	65,2	103	63,2
Humanidades Científicas⁶⁴	53	33,3	44	35,8	43	30,9	42	29,4	41	30,4	55	33,7
Ginástica e exercícios militares	10	6,3	6	4,9	6	4,3	6	4,2	6	4,4	5	3,1

Fonte: Regulamentos dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895, 1897, 1900, 1919, 1926 e Decreto nº 872, de 7 de fevereiro de 1901, que altera o Regulamento de 1900 com relação à divisão do curso.

* Nº representa número de aulas.

Durante os anos de 1895 e 1897, as aulas de humanidades clássicas correspondiam a cerca de 60% das aulas ministradas nos ginásios, enquanto que as matérias científicas representavam apenas 35%. Nos regulamentos seguintes, de 1900, 1901 e 1919, aumentou ainda mais a diferença entre a quantidade de aulas dedicadas às humanidades clássicas e científicas. As disciplinas clássicas ocupavam cerca de 65% do currículo, enquanto que as científicas apenas 30%. No regulamento de 1926, o número de aulas destinadas ao ensino das matérias clássicas foi reduzido para 63,2%, ao passo que a quantidade de aulas dedicadas às disciplinas científicas aumentou para 33,7%. Com relação às aulas dedicadas ao ensino de Ginástica e exercícios militares, há um equilíbrio em todos os anos, com exceção de 1926, quando essa porcentagem cai para 3,1%.

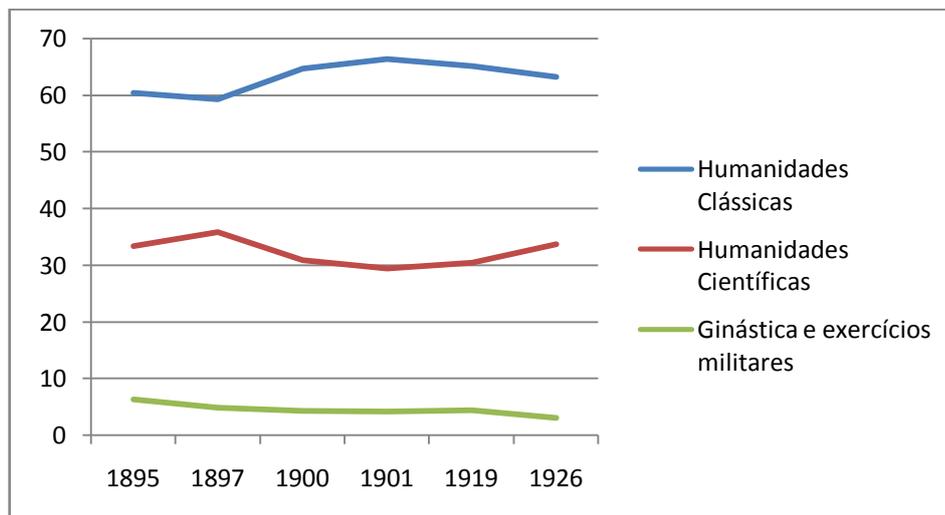
⁶³ As humanidades clássicas compreendem as seguintes matérias: línguas vivas, línguas mortas, História Universal, História do Brasil, Corografia do Brasil, Cosmografia e Geografia, Antropologia, Psicologia e Lógica, Filosofia, Instrução Moral e Cívica, História da Filosofia, Literatura, Literatura Brasileira, Literatura das Línguas Latinas e Sociologia.

⁶⁴ As humanidades científicas compreendem as seguintes matérias: Matemáticas, Mecânica e Astronomia, Física e Química, História Natural.

O Gráfico 2.1 traça a trajetória das humanidades no currículo dos ginásios paulistas de 1895 a 1926. Por meio de sua análise, percebe-se claramente que prevaleceu o ensino das humanidades clássicas em detrimento das humanidades científicas. Houve também um equilíbrio na quantidade de aulas destinadas as matérias clássicas, científicas e Ginástica e exercícios militares. Entretanto, o gráfico evidencia que houve um aumento e posterior queda nas aulas de humanidades clássicas e um movimento contrário nas humanidades científicas, as quais tiveram uma queda na última década do século XIX, para começar a aumentar a partir do início do século XX.

Gráfico 2.1

Trajectoria das humanidades no currículo dos ginásios paulista de 1895 a 1926



Fonte: Regulamentos dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895, 1897, 1900, 1919, 1926 e Decreto nº 872, de 7 de fevereiro de 1901, que altera o Regulamento de 1900 com relação à divisão do curso.

É importante advertir, porém, que, conforme já foi dito, havia no ano de 1926 um grande número de disciplinas facultativas, sendo a maioria delas clássicas. É, portanto, em função dessas disciplinas não obrigatórias que o número de aulas dedicadas ao ensino das humanidades clássicas nesse currículo não diminuiu significativamente. A análise do curso propedêutico, que corresponde aos cinco primeiros anos do curso, e que garante à inscrição no exame vestibular⁶⁵, evidencia que há uma aproximação entre a quantidade de aulas dedicadas às humanidades clássicas, 55%, e científicas, 41%. Desse modo, percebe-se que o bacharelado

⁶⁵ O exame de vestibular foi instituído em 1911, na Reforma Rivadávia Corrêa.

requeria maior dedicação do tempo de estudo às disciplinas clássicas, enquanto que o curso propedêutico exige tanto as matérias clássicas, quanto as científicas.

Sabe-se, portanto, que houve no curso bacharelado dos ginásios um predomínio das humanidades clássicas no período estudado. Contudo, um olhar mais atento ao espaço ocupado pelo conjunto das disciplinas, permite identificar as minúcias das rupturas e continuidades do ensino secundário paulista ao longo dos anos. As humanidades clássicas foram divididas em Línguas Vivas, que reúne Português, Francês, Inglês, Italiano e Alemão; Línguas Clássicas, que compreende o Latim e o Grego; História ou História Universal, Geografia e Cosmografia e Corografia do Brasil; e Outras, que abrange as disciplinas Psicologia e Lógica, Literatura, Literatura Brasileira, Literatura das Línguas Latinas, Filosofia, História da Filosofia, Sociologia e Instrução Moral e Cívica. Já as Humanidades científicas foram divididas em Matemáticas; Ciências Físicas e Naturais, que compreende Mecânica e Astronomia, Física, Química e História Natural⁶⁶; e Desenho.

Tabela 2.3

Quantidade de aulas do currículo dos ginásios de São Paulo entre os anos de 1895 e 1926

	1895		1897		1900		1901		1919		1926	
	Nº*	%	Nº	%								
Línguas Vivas	46	28,9	38	30,9	44	31,7	51	35,7	47	34,8	48	29,4
Línguas Clássicas	14	8,8	8	6,5	18	12,9	18	12,6	18	13,3	22	13,5
História/História do Brasil/ Geografia e Cosmografia/Corografia do Brasil	29	18,2	20	16,3	18	12,9	20	14	17	12,6	15	9,2
Outras	7	4,4	7	5,7	10	7,2	6	4,2	6	4,4	18	11
Matemáticas	21	13,2	16	13	16	11,5	16	11,2	15	11,1	13	8
Ciências Físicas e Naturais	25	15,7	22	17,8	17	12,2	14	9,8	17	12,6	27	16,6
Desenho	7	4,4	6	4,9	10	7,3	12	8,3	9	6,8	15	9,2
Ginástica e exercícios militares	10	6,4	6	4,9	6	4,3	6	4,2	6	4,4	5	3,1

Fonte: Regulamentos dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895, 1897, 1900, 1919, 1926 e Decreto nº 872, de 7 de fevereiro de 1901, que altera o Regulamento de 1900 com relação à divisão do curso.

* Nº representa número de aulas.

Observa-se que houve em todo o período do estudo, o predomínio das línguas vivas no currículo secundário paulistas, que abrangia cerca de 30% do total das aulas dos ginásios. No

⁶⁶ A partir de 1900, Antropologia deixou de fazer parte de Psicologia e Lógica e foi agregada à História Natural.

ano de 1901, o ensino das línguas vivas chegou a compreender 35,7% das aulas ministradas, porém, a quantidade de aulas diminuiu para 29,4% em 1926.

As disciplinas de História, História do Brasil, Geografia e Cosmografia e Corografia do Brasil⁶⁷ ficaram com a segunda maior quantidade de aulas no ano de 1895, com 18,2% do total das aulas ensinadas, seguida pelas Ciências Físicas e Naturais, que ocupava 15,7%. No entanto, já no ano de 1897, esses dois grupos inverteram as posições, sendo que as matérias de Ciências Físicas e Naturais ocuparam a segunda posição, com 17,8% do total das aulas dos ginásios, enquanto que o conjunto de Geografia e História contava com 16,3%. O último grupo voltou a ocupar a segunda posição nos anos de 1900 e 1901, contando com 12,9% e 14% do total das aulas ensinadas, ao mesmo tempo em que houve uma queda brusca na quantidade de aulas de Ciências Físicas e Naturais nesses anos, chegando a 9,8% do total. No ano de 1919, esses dois agrupamentos de disciplinas obtiveram a mesma quantidade de aulas, o que representou 12,6% do total. Isso significou uma queda para o conjunto de Geografia e História e um aumento para o outro grupo. Essa tendência no aumento das Ciências Físicas e Naturais e declínio de Geografia e História foi aprofundada com o Regulamento de 1926, a partir do qual estavam previstas apenas 9,2% de aulas destinadas ao estudo de Geografia e História, enquanto que 16,6% de aulas de Ciências Físicas e Naturais. Percebe-se, portanto, que o Grupo de Geografia e História perdeu uma quantidade significativa de aulas ao longo dos anos de estudo, enquanto que Ciências Físicas e Naturais têm um aumento expressivo no número de aulas a partir da década de 1920.

A análise da tabela também evidencia que houve um acréscimo na quantidade de aulas de línguas clássicas entre 1895 e 1926, principalmente a partir de 1900, quando a 7ª cadeira de Latim e noções de Grego é separada em duas distintas, uma de Latim e outra de Grego. Nas primeiras décadas do século XX, educadores e políticos discutiam acerca da importância das línguas mortas para a formação intelectual e moral. Muitos defendiam a sua permanência no currículo, já que representavam a essência da formação intelectual e a base da cultura geral a ser transmitida aos jovens estudantes secundaristas. Ainda assim, a língua latina continuou obrigatória, enquanto que a grega tornou-se facultativa. Com essa divisão, os alunos do curso propedêutico cursavam apenas Latim e dedicavam menos tempo às línguas mortas. Todavia, o mesmo não aconteceu aos alunos do bacharelado, que ao assistir as aulas de Latim e Grego, dedicavam muitas horas à aprendizagem das línguas mortas. O tempo dedicado ao ensino de línguas mortas correspondeu a cerca de 13% do total das aulas dos ginásios a partir de 1900.

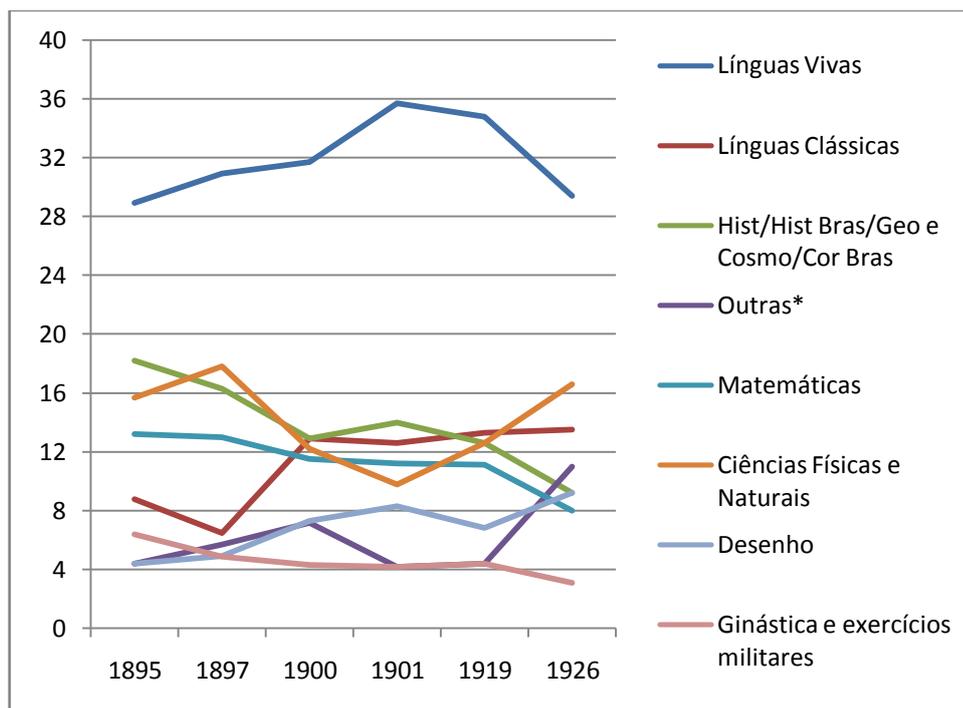
⁶⁷ Nomearei, arbitrariamente, esse grupo de disciplinas de Geografia e História para facilitar a compreensão do texto.

A tabela 2.3 evidencia também um aumento na quantidade de aulas de Desenho no período estudado, já que em 1895 correspondia à apenas 4,4% do total das aulas do curso secundário paulista, ao passo que essa porcentagem aumentou para 9,2%, em 1926. Ao contrário de Desenho, o ensino das matemáticas diminuiu progressivamente ao longo dos anos, de 13,2%, em 1895 para 8%, em 1926.

O Gráfico 2.3 permite uma análise mais clara da trajetória dos conjuntos de disciplinas entre os anos de 1895 e 1926. Há uma preponderância inquestionável no ensino das línguas vivas, que conta, durante todo o período de estudo, com o maior número de aulas. Todavia, houve uma queda significativa no ano de 1926.

Gráfico 2.2

Trajetória dos conjuntos das disciplinas dos ginásios de São Paulo entre os anos de 1895 e 1926



Fonte: Regulamentos dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895, 1897, 1900, 1919, 1926 e Decreto nº 872, de 7 de fevereiro de 1901, que altera o Regulamento de 1900 com relação à divisão do curso.

Com relação às línguas clássicas, houve um aumento considerável a partir de 1900, que se manteve estável até 1926. Já o número de aulas dedicadas aos estudos de História ou História Universal, História do Brasil, Geografia ou Cosmografia e Corografia do Brasil diminuiu de maneira drástica a partir de 1901. Observa-se ainda um aumento abundante nas

outras Humanidades clássicas, principalmente em 1926, que foi consequência, como já foi explicitado, da introdução de novas disciplinas no currículo nesse ano.

Conforme já foi identificado na Tabela 2.2, houve um predomínio no ensino das Humanidades clássicas e um equilíbrio na quantidade de aulas durante os anos de estudos. Essa estabilidade, no entanto, não se estendeu aos conjuntos das disciplinas que compõem as Humanidades clássicas, já que houve ganhos e perdas de aulas ao longo dos anos de estudo. Se o grupo de Geografia e História teve o número de aulas reduzido, as línguas mortas e outras disciplinas clássicas compensaram essa perda, garantindo assim a primazia das Humanidades clássicas no currículo secundário.

Com relação às disciplinas científicas, observa-se por meio da análise do Gráfico 2.2 que as matemáticas tiveram uma perda progressiva na quantidade de aulas. Já o número de aulas de Ciências Naturais e Físicas no currículo secundário paulista apresentou uma grande queda em 1901, aumentando extraordinariamente nos anos seguintes. O espaço dedicado ao ensino de Desenho também aumentou entre os anos estudados. Assim, o número de aulas de matemática diminuiu, ao passo que aumentou a quantidade de aulas de desenho. Além disso, pode-se inferir que o aumento do espaço das humanidades científicas no currículo estava relacionado à ampliação das aulas de Ciências Físicas e Naturais. Provável reflexo das instalações da Escola Politécnica, em 1893, e da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em 1913.

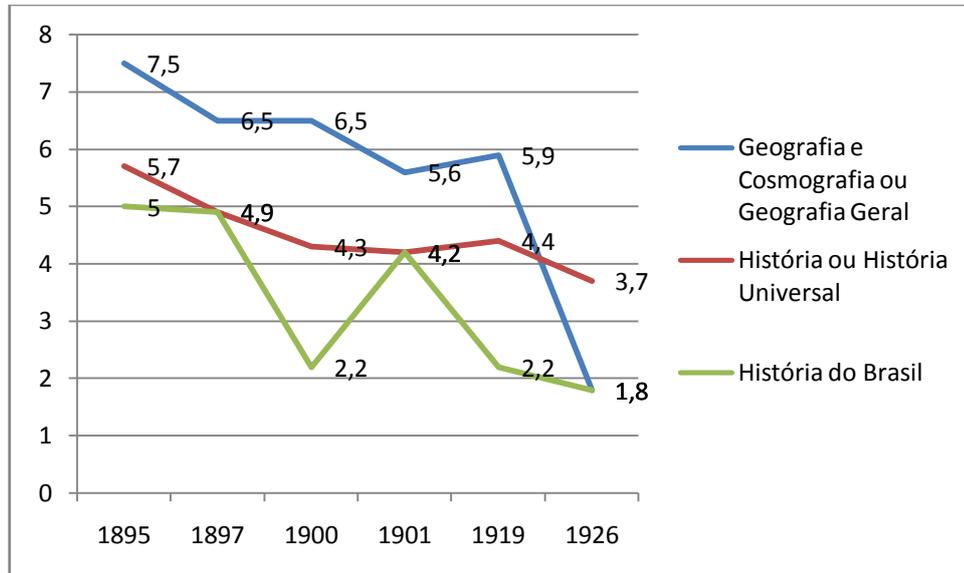
Essa análise nos permite concluir que o currículo secundário entre os anos de 1895 e 1926 possuía caráter eclético, porém, privilegiava o ensino das humanidades clássicas, em especial das línguas vivas. Todavia, ao longo dos anos, incorporou novas disciplinas clássicas, como Filosofia, Sociologia e Literatura; como também abriu mais espaço para disciplinas científicas, principalmente ligadas às Ciências Físicas e Naturais.

Esses dados ratificam o caráter humanista e propedêutico do currículo secundário paulista, que tinha por finalidade transmitir a cultura geral, intelectualista e enciclopédica, e simultaneamente preparar seus alunos para os cursos superiores, cada vez mais especializados a partir do final do século XIX, em função da nascente sociedade urbana e industrial.

É importante analisarmos, por fim, a trajetória de Geografia e Cosmografia ou Geografia Geral, História Universal e História do Brasil isoladamente de seu grupo, para entender qual o lugar dessas disciplinas no contexto do currículo secundário paulista.

Gráfico 2.3

Trajetória dos das disciplinas Geografia e Cosmografia ou Geografia Geral, História Universal e História do Brasil nos currículos dos ginásios de São Paulo entre os anos de 1895 e 1926



Fonte: Regulamentos dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895, 1897, 1900, 1919, 1926 e Decreto nº 872, de 7 de fevereiro de 1901, que altera o Regulamento de 1900 com relação à divisão do curso.

Ao analisar o Gráfico 2.3, percebe-se que mesmo dentro de um currículo que privilegia o estudo das Humanidades clássicas, Geografia e Cosmografia ou Geografia Geral, História ou História Universal e História do Brasil, ocupam uma pequena porcentagem do total das aulas dos ginásios e também do total das matérias clássicas. As três disciplinas apresentam uma queda brusca no número de aulas entre 1895 e 1926. Geografia e Cosmografia ou Geografia Geral contavam com 7,5% do total das aulas do currículo de 1895, enquanto que em 1926 essa disciplina ocupa apenas 1,8%.

Houve também uma queda acentuada na quantidade de aulas dedicadas ao ensino de História ou História Universal, de 5,7%, em 1895 para 3,7%, em 1926. O espaço ocupado pela História do Brasil também diminuiu ao longo desses anos, passando de 5%, em 1895 para 1,8%, em 1926.

Desse modo, conclui-se que História ou História Universal e História do Brasil ocupavam um espaço muito pequeno dentro do currículo da escola secundária paulista, mais interessado nos estudos das línguas vivas e clássicas e também das Ciências Físicas e

Naturais. Todavia, ainda vale indagar qual a finalidade do ensino dessas disciplinas dentro desse currículo.

Capítulo III: O ensino de História no Gymnasio da Capital

3.1 A História/História Universal no Ginásio da Capital

A História/História Universal compõe as matérias ensinadas no Ginásio da Capital desde a fundação do estabelecimento. No artigo 3º, dos dois primeiros Regulamentos dos Ginásios do estado, de 1895⁶⁸ e 1897⁶⁹, no qual são apresentadas as matérias que compõem o currículo dessa instituição de ensino, esse conteúdo de ensino aparece sob o nome de “História e Geographia”. Embora na distribuição das matérias “História e Geographia” apareçam juntas, cada uma delas correspondia a uma cadeira de ensino no Ginásio de São Paulo, a 14ª e a 13ª, respectivamente, conforme pode-se observar no Quadro 2.1.

Quadro 2.1

História: Nomenclatura e Cadeira de ensino

	Nome da Matéria	Cadeiras correspondentes
Regulamento de 1895	História e Geographia	13ª cadeira – Geographia 14ª cadeira - História
Regulamento de 1897	História e Geographia	13ª cadeira – Geographia 14ª cadeira - História
Regulamento de 1900	História Universal	16ª cadeira – História Universal
Regulamento de 1919	História Universal	16ª cadeira – História Universal
Regulamento de 1926	História Universal	16ª cadeira – História Universal
Regulamento de 1931	História Universal	16ª cadeira – História Universal

Fonte: Regulamentos dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895, 1897, 1900, 1919, 1926 e 1931.

A disciplina escolar de História no ensino secundário começou a ser construída no Colégio de Pedro II, a partir de sua fundação, em 1837, conforme já foi dito na Introdução. De acordo com os planos de estudo deste Colégio, os conteúdos de Geografia e História estavam reunidos numa mesma cadeira de ensino até as últimas décadas do século XIX. Assim, “a História, como disciplina escolar, foi construindo também sua identidade em oposição à

⁶⁸ Decreto nº 293, de 22 de maio de 1895.

⁶⁹ Decreto nº 503, de 18 de dezembro de 1897.

Geografia, que pertencia à cadeira, mas em situação subalterna. Durante muito tempo seu estudo se dava apenas com o apoio de mapas (...)” (GASPARELLO, 2004, p. 67). No Pedro II, é somente a partir de 1877, que Geografia e História se separam. É possível que o nome da matéria, “História e Geographia”, no Ginásio da Capital, conforme aparece nos Regulamentos de 1895 e 1897, remetesse à forma como esse conteúdo foi disposto durante muitos anos nos Ginásio considerado modelo nacional de ensino secundário.

No artigo 3º do Regulamento dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1900, que trata das matérias que compõem o curso ginasial, “História” e “Geographia” não aparecem mais juntas e estão separadas em: “História Universal” e “Geographia e Cosmographia”, exatamente do modo em que estão divididas as cadeiras do ensino.

Ademais, a partir de 1900, a cadeira de ensino deixa de ser de “História”, como acontecia nos regulamentos anteriores, e passa a ser de “História Universal”. A mudança na nomenclatura deve ser efeito da equiparação ao Ginásio Nacional, no qual a disciplina chamava-se História Universal.

3.1.1 O professor de História/História Universal: Cônego José Valois de Castro

De acordo com os artigos 247 e 259 do Regulamento da Instrução Pública de 1893⁷⁰ combinadas com as disposições do título IV, Capítulo III, Sessão I, do mesmo regulamento, foram abertas as inscrições dos concursos para provimento do todas as cadeiras do Ginásio da Capital, entre elas para lentes da 14ª cadeira, de História, e 15ª cadeira, de História do Brasil.

Não havia ainda nessa data um regulamento para os ginásios do estado, por isso, no final de 1893, o governo do estado nomeou uma Congregação Interina, responsável pela realização dos concursos para provimentos das cadeiras do Ginásio de São Paulo. Seguindo as disposições dos concursos para provimento das cadeiras das escolas normais, previsto no Regulamento da Instrução Pública de 1893, os membros dessa comissão propuseram a nomeação dos membros das mesas examinadoras; organizaram os pontos para as provas escritas, orais e preleções; julgaram e deliberaram sobre os resultados do concurso.

Este regulamento definia que os exames do concurso seriam feitos perante uma comissão de quatro membros, composta pelo Diretor da Escola Normal, como presidente, de um delegado do Governo do estado e de três examinadores dentre os professores do curso

⁷⁰ Decreto nº 218, de 27 de novembro de 1893.

superior. Os trabalhos constariam de uma prova escrita, uma prova oral, uma prova gráfica, e uma prova prática.

Para atender às especificidades do concurso que visava contratar professores para o curso ginásial e não para as escolas normais, a Congregação interina fez pequenas modificações nas disposições do regulamento e elaborou um documento que continha as *Instruções* para este concurso. Estas *Instruções* foram publicadas no Diário Oficial do estado de São Paulo no dia 13 de Abril de 1893.

De acordo com as *Instruções*, os concursos para ocupar a cadeira de História e de História do Brasil contariam com três exames: escrito, oral e uma preleção. A prova escrita, uma redação sobre um dos pontos do programa de exames. O ponto era definido por meio de sorteio e era comum a todos os candidatos. No segundo dia de exame, a prova escrita era lida em voz alta para a banca examinadora e para os opositores⁷¹ e em seguida era realizada a prova oral. Esse exame consistia na arguição recíproca dos candidatos sobre todas as matérias do curso, circunscrita aos pontos designados pela sorte. No terceiro dia do concurso era sorteado o ponto para a preleção, que era realizada no quarto dia de prova, tendo, portanto, os candidatos, 24 horas para prepará-la. A preleção não era pública, mas realizada uma por vez. Finalizadas as provas, a banca examinadora julgava cada exame e elaborava um termo com os resultados finais para ser encaminhado à Congregação interina, responsável pela decisão final e pela indicação à nomeação do candidato considerado mais habilitado.

Por meio desta primeira leva de concursos realizados pela Congregação interina do Ginásio da Capital, somente foi nomeado o lente de História, pois o concurso para provimento da cadeira de História do Brasil foi anulado. Portanto, um segundo concurso foi realizado em 1896, resultando na contratação do professor de História do Brasil do Ginásio da Capital.

As inscrições foram abertas em 15 de dezembro de 1893 e encerradas em 15 de março de 1894. Nesse período, somente José de Valois Castro se inscreveu no concurso para provimento da 14^a cadeira, de História.

Os trabalhos do concurso foram realizados numa sala do edifício da Escola Politécnica, do dia 1^o ao dia 5 de junho de 1894⁷². Compôs a comissão examinadora o Diretor interino Antonio Francisco de Paula e Sousa; Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, como presidente; José Luiz de Almeida Nogueira e José Estacio Corrêa de Sá e

⁷¹ De acordo com o Dicionário da Língua Brasileira de PINTO, L.M da S. (1966 [1832]), o verbete “opositor” significa “O que se opõe. O que pretende cadeira de Lente, ou benefício”.

⁷² Não encontrei as provas dos candidatos nos arquivos da Escola São Paulo.

Benevides⁷³, como examinadores; e Cesário Motta Junior, Secretário dos Negócios do Interior, como fiscal do Governo.

Em 1º de junho, o candidato inscrito escreveu sobre o ponto então sorteado, que foi o de nº 4 do programa de exames⁷⁴, estipulados nas inscrições para este concurso. No segundo dia de prova, depois de ter lido a prova escrita, foi arguido sobre os pontos nº 1, 2 e 3. No terceiro dia, tirou da urna o ponto nº 5. Foi, então, concedido ao candidato 24 horas para prepará-la. No ultimo dia do exame, foi executada a preleção.

Logo após a última prova, no dia 5 de junho, a comissão examinadora julgou⁷⁵ as provas feitas por Valois de Castro e concluiu:

“A comissão examinadora, tendo em vista as provas produzidas pelo candidato, as qualificou do seguinte modo: prova escrita – muito boa; prova oral – boa; preleção – muito boa; revelando o candidato grande conhecimento da matéria, embora incompleta por falta de tempo. Em consequencia da qualificação supra das notas, julgou a comissão o candidato habilitado (...)”⁷⁶.

Aprovado no concurso, a comissão examinadora indicou a nomeação de Jose Valois de Castro para lente da 14º cadeira, de História, que foi publicada em 11 de setembro de 1894. Três dias depois, em 14 de setembro, o professor assumiu seu cargo.

⁷³ Para saber mais sobre quem foi José Estacio Corrêa de Sá e Benevides ver FREITAS, 2006.

⁷⁴ Não encontrei os pontos do concurso, portanto não foi possível saber a que conteúdo se referem os pontos sorteados.

⁷⁵ A apreciação das provas seguiu o seguinte critério, presente nas *Instruções* para o concurso para o provimento das cadeiras do Gymnasio da Capital, de 13 de abril de 1894:

Nulla	0
Má	1
Menos que sofrível	2
Sofrível	3
Mais que sofrível	4
Menos que regular	5
Regular	6
Mais que regular	7
Menos que boa	8
Boa	9
Mais que boa	10
Menos que optima	11
Optima	12

⁷⁶ Livro de termos dos concursos para provimento das cadeiras do Gymnasio da Capital. Concurso para provimento da Cadeira de História.

Nascido em São Luís do Paraitinga, em 1856⁷⁷, José Valois de Castro ordenou-se no Seminário Episcopal de São Paulo em 15 de dezembro de 1878 e tornou-se cônego pela arquidiocese do Rio de Janeiro em 1888 (CUNHA, 2010). Titulou-se pela Academia de São Paulo, pertencendo à turma de 1878-1882, sendo que nesse período dirigiu, com José Vicente de Azevedo, a folha acadêmica *A Reação*, publicação do órgão do Circulo dos Estudantes Católicos.

Antes de se tornar professor do Ginásio da Capital, foi professor de Aritmética e Álgebra no Seminário Episcopal, em 1879; membro do Conselho Superior do Ensino, em 1884; e lente de História do Curso Anexo à Faculdade de Direito a partir de 1886 (FREITAS, 2006). Ademais, na fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em dezembro de 1894, José Valois de Castro, juntamente com Aureliano de Souza, Oliveira Coutinho e o então professor de História da Escola Normal, José Estacio Corrêa de Sá e Benevides, foram constituídos pelo presidente do grêmio como membros da Comissão Permanente de História do Brasil⁷⁸.

Assim que assumiu o cargo de professor do Ginásio paulista, José Valois de Castro automaticamente passou a fazer parte da Congregação e, ao lado do Diretor e de outros professores, também aprovados em concursos recém-realizados, tomaram todas as medidas burocráticas e pedagógicas necessárias à instalação da primeira instituição estadual de ensino secundário da República. O Cônego participou da elaboração do primeiro Regulamento dos Ginásios do Estado, da discussão acerca da distribuição das matérias pelos anos do curso, da organização do horário escolar para os primeiros anos letivos e foi o responsável pela elaboração do primeiro programa de ensino para a disciplina de História⁷⁹.

De acordo com este primeiro regulamento, de 1895, era função dos lentes formular o programa de ensino da cadeira a seu cargo. Depois de elaborado, o programa deveria ser aprovado pela Congregação e aceito pelo Diretor. Assim, o programa de História foi aprovado pela Congregação em dezembro, antes do início do ano letivo, que aconteceu no dia 19 de dezembro de 1894.

⁷⁷ Há imprecisão na data, pois encontrei outro documento em que o nascimento de José Valois de Castro é em 1855. Ainda é necessário verificar esse dado.

⁷⁸ Ata de 30 de dezembro de 1894, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* – IHGSP, 1913, v. 1, p. 220)

⁷⁹ No Relatório apresentado ao Secretário de Estados dos Negócios do Interior, Dino da Costa Bueno, pelo Diretor do Ginásio de São Paulo, Miguel Alves Feitosa, referente ao ano de 1896 (FEITOSA, 1897), constam nos anexos os programas de ensino de História e História do Brasil usados durante esse ano letivo. Ambos assinados por José Valois de Castro. É provável que correspondam, talvez com algumas modificações, aos primeiros programas elaborados para o ensino dessas matérias no Ginásio da Capital.

José Valois de Castro também elaborou o primeiro programa de ensino de História do Brasil, pois foi professor interino dessa cadeira no primeiro ano de funcionamento do Ginásio, antes de o lente da cadeira de História do Brasil, Jacob Thomaz Itapura de Miranda, assumir o cargo em 10 de maio de 1896. Por sinal, o Programa da 15ª Cadeira, de História do Brasil, presente nos anexos do Relatório apresentado ao Secretário de Estados dos Negócios do Interior, Dino da Costa Bueno, pelo Diretor do Ginásio de São Paulo, Miguel Alves Feitosa, referente ao ano de 1896 (FEITOSA, 1897), está assinado por Valois de Castro⁸⁰, como lente interino.

O Cônego foi titular da 14ª cadeira, de História, até se aposentar em 22 de setembro de 1934. No entanto, esteve no exercício de seu cargo apenas até o início de 1899, quando iniciou sua trajetória como político. Em 1898, Valois de Castro foi eleito Deputado Estadual e seu mandato durou até o final de 1899. Durante esses dois anos, o deputado tirou algumas licenças no Ginásio com o objetivo de dedicar-se ao novo encargo. No ano seguinte, elegeu-se Deputado Federal, por isso, em 18 de abril, deixou o exercício de professor para tomar assento na Câmara Legislativa. Depois disso, foi reeleito seis vezes consecutivas. De 1918 a 1921 compôs novamente o Congresso Estadual e de 1922 a 1930 retornou à Câmara dos Deputados Federais.

Segundo Cunha (2010), as intervenções de José Valois de Castro na Câmara dos Deputados Federais não estiveram relacionadas, na maioria das vezes, às temáticas educacionais, mas às questões atinentes à relação entre a Igreja Católica e o governo republicano. O Cônego, membro do Partido Republicano Paulista (PRP), defendia a aliança entre a Igreja Católica e a República, sendo que a primeira, longe de representar um perigo para o regime republicano, “recommenda como um dever a obediência a autoridade legítima e considera a revolta como um crime”, pois que “a Santa Sé sempre respeitou os poderes constituídos, quer sejam monárquicos, quer sejam republicanos”⁸¹. Valois de Castro garantia assim a aliança da Igreja Católica com os poderes constituídos.

As intervenções de Valois de Castro resultaram na formação de alianças entre Igreja e Estado no conjunto da Federação para preservar minimamente as prerrogativas que a Igreja dispunha antes da supressão do regime de Padroado, no intuito de contribuir para a romanização da Igreja sem grandes perdas materiais e de influência ideológica. Concluiu-se que desta relação mediada pelo cônego, se desenvolveu uma complexa interdependência de compromissos entre

⁸⁰ Há, no entanto, uma observação explicando que o professor Jacob Thomaz Itapura de Miranda fez adaptações ao programa elaborado por José Valois de Castro quando assumiu a cadeira de História do Brasil.

⁸¹ Anais da Câmara Federal, 26/jun./1907, p. 702. Apud CUNHA, 2010, p. 309.

a hierarquia católica e representantes do Estado para além das fronteiras propriamente partidárias, com o objetivo de sustentar o domínio oligárquico e de possibilitar à Igreja sua presença entre as classes dominantes” (CUNHA, 2010, p.301).

Assim, Valois de Castro permaneceu titular da cadeira de História do Ginásio da Capital durante todos esses anos, porém lecionou apenas nos primeiros anos, antes de seguir carreira política. Foi Jacob Thomaz Itapura de Miranda quem assumiu e ministrou as aulas de História no Ginásio da Capital, como lente interino, por quase quatro décadas. O cônego reassumia seu cargo somente no final do ano letivo para presidir as bancas de exames finais ou de preparatórios.

É possível que Valois de Castro estivesse mais ligado às questões educacionais até o final do século XIX, quando iniciou sua carreira política e direcionou seus esforços no sentido de defender os interesses da Igreja Católica dentro do novo regime liberal. No entanto, foi o primeiro professor de História do Ginásio de São Paulo e, portanto, ao organizar o programa de História usado nos primeiros anos de funcionamento da instituição, imprimiu características particulares próprias ao ensino dessa disciplina no secundário paulista.

No prefácio escrito por José Valois de Castro à obra de Tancredo Amaral, *História de São Paulo ensinada pela biografia dos seus vultos mais notáveis*, encontram-se indícios do que o Cônego acreditava ser a finalidade do ensino da História às novas gerações. Para o professor de História do Ginásio da Capital, o progresso foi uma conquista da civilização humana, capaz, ao longo dos séculos, de domar a natureza por meio dos “desenvolvimentos materiais”. Esse progresso, no entanto, não é fruto somente do desenvolvimento científico, mas também moral. Assim,

(...) a sciencia que eleva o espirito humano à alturas serenas da verdade intellectual e do bello esthetic; a virtude que funde no cadinho da vida social o coração da prática da justiça, na nobreza do sentimento e nos estímulos do patriotismo” (CASTRO, 1895, p. 8).

Segundo Valois de Castro, essa virtude é um produto da disseminação da moral cristã ao longo da história do homem, pois “o ensino da moral cristã é necessária para a formação do coração na prática do bem” (CASTRO, 1895, p. 11). As histórias da pátria e da humanidade registram em seus fatos a ação civilizadora da Igreja Católica, “verdadeira força moral, da qual toda a sociedade tem recebido um caráter de sublime elevação” (CASTRO, 1895, p. 11).

A difusão dos valores cristãos no mundo, aliada ao desenvolvimento científico, garantiram o caminho da humanidade rumo ao progresso conquistado em meados do século XIX. Nesse sentido, as Histórias da pátria e da civilização mostram às novas gerações o rumo percorrido em direção ao progresso, tendo como mola propulsora a Igreja Católica e a disseminação da moral cristã. Para Valois de Castro, a história narra os grandes acontecimentos e os feitos dos grandes heróis que impulsionaram a humanidade em direção a esse progresso. O professor afirma que o estudo

(...) dos grandes homens que souberam deixar á sua pátria o precioso legado d'uma vida consagrada aos mais palpitantes interesses da humanidade, é de incontestavel valor e de benéfico influxo na educação da mocidade. Si a palavra vibrante abre sulcos profundos n'alma, é certo que o bom exemplo ahi lança as sementes que contêm germens de immortalidade para o futuro (CASTRO, 1895, p. 10).

Assim, a História como disciplina deveria contribuir para inculcar a moral cristã nas novas gerações por meio do exemplo e assim introduzir os alunos no mundo civilizado. Conhecer a biografia dos grandes homens e seus feitos inspiraria nas novas gerações o desejo contribuir para a grandeza e o verdadeiro progresso de sua pátria e da humanidade. Segundo o Cônego,

a historia de uma nação é, sem dúvida, a historia dos seus homens proeminentes, cuja vida, dedicada ás grandes causas, é uma gloria immortal á sua pátria, e um eloquente ensinamento ás gerações futuras (...) (CASTRO, 1895, p. 7).

Acerca do ensino de História no secundário paulista no início do século XX, Bittencourt (1990) afirma que mesmo em algumas escolas laicas, essa disciplina tinha um caráter de “História santa”. Ao analisar os compêndios paulistas de História Universal/História da Civilização desse período, identificou o progresso alicerçado nos estados-nações a uma ação civilizatória cristã, guiada por um agente superior.

O estado moderno, as nações atuais, derivavam da marcha da civilização cristã, explicando-se por este prisma por que a humanidade tem uma tendência a alcançar uma maior justiça, à medida que o progresso material avançava: progresso científico, artístico industrial, eis o espetáculo que nos depara a história... (BITTENCOURT, 1990, p. 80).

Essa é, provavelmente, a história ensinada aos alunos do Ginásio da Capital na última década do século XIX, quando José Valois de Castro ainda ministrava as aulas de História, antes de ingressar na carreira política.

3.1.2 Os programas de História/História Universal do Ginásio da Capital

O primeiro programa de ensino da disciplina História (ANEXO 9) foi elaborado pelo lente José Valois de Castro no final de 1894⁸², conforme já foi dito. É provável que este programa tenha sido usado nos anos de 1895, 1896, 1897, 1889 e 1899, já que de acordo os Regulamentos dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895 e 1897, o ensino deveria ser regulado por programas elaborados pelos lentes e aprovados pela congregação do próprio Ginásio. Com a equiparação, o Ginásio da Capital passou a adotar dos programas elaborados pelo Ginásio Nacional. Conforme o artigo 8º do Regulamento dos ginásios de 1900, o ensino deveria ser regulado por programas organizados pela congregação do Ginásio Nacional e aprovados pelo Ministro dos Negócios Interiores. Isso significa que somente a partir de 1900, o programa elaborado por Valois de Castro deixou de ser usado para o ensino de História.

Durante o período em que esse programa de ensino foi ministrado, o ensino de História era ministrado nos 3º, 4º, 5º e 6º anos do curso, de modo que o conteúdo foi dividido entre estas séries. Nos três primeiros anos de funcionamento do Ginásio, eram oferecidas 9 aulas de História por semana, distribuídas em 3 aulas semanais nos 3º e 4º anos; 2 aulas semanais no 5º ano; e 1 aula por semana no 6º ano (ANEXO 3). No entanto, nos anos de 1898 e 1899, o número de aulas semanais cai para apenas 6, sendo 2 aulas por semana nos 3º e 4º anos e 1 aula semanal nos 5º e 6º anos.

José Valois de Castro, ao periodizar a História, organizou os conteúdos históricos de forma similar a que era feito no do Ginásio Nacional, dividindo-os em Pré-história, História Antiga, História da Idade Média, História da Idade Moderna e História Contemporânea. No Ginásio Nacional, os conteúdos de Moderna e Contemporânea estava reunidos em História Moderna.

⁸² Os programas de História e de História do Brasil elaborados por José Valois de Castro encontram-se publicados em: FEITOSA, Miguel Alves. Relatório apresentado ao ilustre cidadão Doutor Antonio Dino da Costa Bueno M. D. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior pelo Director do Gymansio da Capital Miguel Alves Feitosa. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1897. Esse relatório encontra-se na sessão de obras raras da Biblioteca da Escola Estadual São Paulo.

O programa era dividido em pontos de estudo, que sintetizavam o que deveria ser ensinado acerca de cada conteúdo de ensino. Assim, Pré-história, Teoria da História e História Antiga eram sintetizados em 24 pontos e ensinados no 3º ano. No 4º ano ensinava-se a História da Idade Média, que era resumida em 20 pontos. Os conteúdos sobre a Idade Moderna eram abordados em 23 pontos, no 5º ano do curso. A História Contemporânea era organizada em 16 pontos no 6º ano.

Esses dados oferecem um primeiro indício dos conteúdos históricos que eram mais valorizados durante esse período, conforme observa-se no quadro 3.1.

Tabela 3.1

Distribuição dos conteúdos no tempo reservado à disciplina História de acordo com o número de pontos e número de aulas previstos pelo Programa de Ensino e Regulamento dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895 e 1897

	Teoria, Pré-história e História Antiga	História da Idade Média	História da Idade Moderna	História Contemporânea
1895/1896/1897				
Ano do curso	3º	4º	5º	6º
nº pontos	24	20	23	16
nº aulas por ano	108	108	72	36
nº aulas por ponto	4,5	5	3,1	2,2
1898/1899				
Ano do curso	3º	4º	5º	6º
nº pontos	24	20	23	16
nº aulas por ano	72	72	36	36
nº aulas por ponto	3	3,6	1,5	2,2

Fonte: Regulamentos dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895, 1897 e FEITOSA, Miguel Alves. Relatório apresentado ao ilustre cidadão Doutor Antonio Dino da Costa Bueno M. D. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior pelo Director do Gymansio da Capital Miguel Alves Feitosa. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1897.

De acordo com a Tabela 3.1, pode-se observar que nos anos de 1895, 1896 e 1897, os 24 pontos estabelecidos pelo Programa de História para o ensino de Teoria, Pré-história e História Antiga eram ensinados em 108 aulas⁸³, no 3º ano; os 20 pontos de História da Idade Média também em 108 aulas, no 4º ano; os 23 pontos de História da Idade Moderna eram

⁸³ O número de aulas foi estimado a partir do calendário presente nos Regulamentos dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895 e 1897. Eram previstos 9 meses ou 36 semanas de aulas, multiplicadas pelo número de aulas semanal previsto para o ensino de História, obtém-se a quantidade total de aulas de História em cada ano do curso.

ministrados em 72 aulas, no 5º ano; e os 16 pontos de História Contemporânea em 36 aulas, no 6º ano do curso.

Sem levar em consideração a complexidade de cada ponto de ensino, observa-se pela Tabela 3.1 que havia cerca de 4 aulas para que o lente ensinasse cada ponto de História Antiga e 5 aulas para desenvolver um ponto de História da Idade Média. O ensino de cada ponto de História da Idade Moderna era feito em 3 aulas, enquanto que o de História Contemporânea, em apenas 2 aulas.

Essa análise demonstra que havia um predomínio no ensino de História Antiga e História da Idade Média, enquanto que o tempo dedicado à História Contemporânea corresponde à metade do tempo dedicado a esses conteúdos. Isso evidencia que a História Antiga e História da Idade Média eram consideradas mais importantes que o ensino da História Moderna e Principalmente Contemporânea.

Nos anos de 1898 e 1899, em que há uma diminuição no número de aulas de História, ainda prevalece o predomínio do ensino da História Antiga e da História da Idade Média, conforme observa-se na Tabela 3.1. No entanto, nesse currículo, o tempo dedicado ao ensino da História Moderna é reduzido em relação ao período anterior, chegando a ser menor que o tempo destinado à História Contemporânea.

É importante enfatizar que o primeiro Programa de História do Ginásio da Capital tem os conteúdos organizados privilegiando os mesmo temas e seguindo a mesma ordem que o Programa de História Universal do Ginásio Nacional de 1892 (ANEXO 10), todavia, possui algumas diferenças, principalmente no que diz respeito às Histórias Antiga e Média. É provável que, em função dos exames de preparatórios, que baseavam-se nos pontos estabelecidos pelo Ginásio Nacional, José Valois de Castro tenha optado por não distanciar-se muito do Programa do ginásio modelo, garantindo assim, maior aprovação de seus alunos nessas provas. Ainda assim, o programa elaborado pelo Cônego tinha características próprias, conforme será visto a seguir.

O ensino de História inicia-se no 3º ano do curso ginásial com os estudos sobre a Pré-história, seguido por Teoria, que deveria tratar de sua “definição, divisão, fontes, methods e logar que ocupa no quadro dos conhecimentos humanos”⁸⁴. O ponto sobre Teoria não consta do Programa de História Universal do Ginásio Nacional, o que evidencia que a apresentação da História como um campo do conhecimento distinto dos demais e com métodos próprios é uma preocupação do professor. Interessante também é notar que os conteúdos pré-históricos

⁸⁴ Programa da 14ª Cadeira de História Universal (ANEXO 9).

precedem os de Teoria da História, o que indica que a pré-história não só não é considerada como história, como seu conhecimento também não é produzido pela metodologia da história, mas pela arqueologia. Observa-se que a História ocupa-se do homem civilizado, enquanto que a arqueologia dedica-se ao que existia antes do surgimento da civilização humana.

Depois da introdução ao campo de estudo da História, ainda no 3º ano, inicia-se o estudo da Antiguidade. O programa aborda primeiramente a história do Oriente antigo, versando sobre os egípcios, assírios, babilônios, judeus, medas, persas, árabes e hindus. Ao tratar desses povos, o programa privilegia a história política, sem deixar de falar sobre a arte, os costumes e, sobretudo, da religião. Mais uma vez, o programa do Ginásio da Capital diferencia-se do programa do Ginásio Nacional, que também compreende a história de todos esses povos, porém, com foco no habitat e na história de cada uma dessas civilizações. Os pontos resumem-se, por exemplo, em “Egípcios. Habitat. Sua civilização”, “Assírios e Babilônios. Habitat. Sua civilização”, “Aryas. Unidade, dispersão; Habitat. Os hindus e sua civilização”.

Pelo programa do Ginásio Nacional havia uma preocupação em definir o habitat desses povos, ou seja, especificar as características geográficas e a localização em que se desenvolveram cada uma dessas sociedades; assim como as particularidades de cada civilização. Sem ter acesso aos conteúdos das aulas, é difícil especificar o que cada professor priorizava quando ensinava as características das civilizações. Já no programa do Ginásio da Capital, são explícitos os conteúdos que devem ser priorizados no ensino de cada um desses povos, como por exemplo: “Civilização, artes, costumes e religião do Egipto”; “Monarchias orientaes: os Assírios: a região do Tigre e do Euphrates. Babylonia e Ninive segundo as tradições antigas e as descobertas modernas. Religião e arte dos Assírios e Babilônios” e “Os árabes: O Jemen, o Hedjaz e a Arabia Petrea. Os Aryas da India; sociedade brahmanica: o Budhismo”. É evidente, portanto, que Valois de Castro fez um programa mais específico que aquele do Ginásio Nacional, pois explicitou nos pontos exatamente aquilo que deveria ser ensinado sobre cada povo. Vale destacar ainda, que sempre tem a religião desses povos como objeto de estudo. Desse modo, percebe-se que para o professor o estudo das religiões é um tema importante dentro do estudo da história da humanidade.

Após as lições sobre as civilizações orientais, iniciavam-se os estudos sobre a Grécia antiga. Enquanto no programa do Ginásio Nacional, o conteúdo que inaugurava as aulas sobre essa civilização era sua política e legislação, no programa elaborado por Valois de Castro privilegiavam-se os estudos sobre os povos da Grécia e a religião grega. O restante dos

conteúdos sobre a Grécia, nos dois programas, aborda as grandes guerras, os conflitos entre as cidades e ação dos grandes homens, como Felipe e Alexandre da Macedônia. Ambos os programas não deixam de mencionar as artes e ciência gregas, mesmo que de forma breve. Vale salientar que o programa do Ginásio Nacional aborda a religião grega somente no final dos estudos sobre o Império Romano, quando trata das religiões gregas e romanas de forma comparada. É um dos últimos pontos de estudo e resumido em: “A religião grega e romana: Mythologia comparada”.

Logo após a história da Grécia, os programas previam o estudo sobre a civilização romana. Novamente, o programa do Ginásio da Capital apresenta a religião romana logo na primeira lição, juntamente com a história da origem de Roma, “Antigas populações da Itália. A religião, a família e a cidade romana”. Diferentemente do programa do Ginásio Nacional, que focaliza “os romanos. Habitat. Historia primitiva. Os reis”. Conforme já foi dito, a religião romana é uma das últimas lições.

O restante dos pontos sobre a civilização romana resume-se à sua história política, priorizando os grandes acontecimentos e grandes homens. Ambos os programas têm entre as últimas lições o ensino sobre a religião Cristã. No Ginásio Nacional o tema aparece como “O christianismo: seus primeiros tempos” e no Ginásio da Capital como “A religião cristã. Origem, desenvolvimento e triumpho do christianismo. Constantino Magno”. Enquanto que no programa do Ginásio Nacional, a História Antiga termina com o surgimento do cristianismo, no programa desenvolvido por Valois de Castro, a Idade Antiga ainda presencia o triunfo da religião cristã e somente acaba com as invasões bárbaras e o fim do Império Romano. Segundo o programa de História do Ginásio da Capital, o cristianismo é o marco entre o fim da Idade Antiga e o início da Idade Média. Já o programa do Ginásio Nacional não considera a religião como um marco, mas apenas mais um dos fatos que marcam esse período.

A História Antiga apresentada pelo programa do Ginásio da Capital e estudada no 3º ano do curso, abrange os estudos sobre a Antiguidade oriental e ocidental com foco na história política e também das religiões, com breves incursões sobre as artes e ciências. É uma história factual, descritiva e sem causalidade.

O estudo da Idade Média estava previsto para o 4º ano no Ginásio da Capital e iniciava-se com uma revisão dos conteúdos estudados no ano anterior: “Vista retrospectiva de seculos que precederam a éra christã, e dos quatro primeiros seculos do christianismo; ou revisão geral da antiguidade oriental e da antiguidade classica”. Observa-se outra vez que Valois de Castro considerava os primeiros anos do cristianismo como marco temporal entre as

Idades Antiga e Média. De acordo com o professor, Antiguidade oriental e Antiguidade clássica podiam ser chamadas também de séculos que precederam o cristianismo e quatro primeiros séculos do cristianismo. O cristianismo baliza a história da humanidade.

O estudo da Idade Média permanecia nos mesmos padrões da História Antiga. Principiava com lições sobre os bárbaros germânicos, enfocando suas instituições, seus costumes e sua religião; o Império Bizantino; e continuava com os árabes, valorizando e estudo da religião e civilização árabe; Carlos Magno; o feudalismo, o Império Germânico; as cruzadas, sua origem e seus sucessos, seu declínio e seu fim; a Inglaterra e a organização do parlamento; os estados cristãos da península ibérica e a decadência do domínio árabe; a Itália antes da Renascença; origem e desenvolvimento do império Turco-otomano; e a Igreja no século XV.

Percebe-se pela análise do programa que a História da Idade Média centrava-se principalmente na História política da Europa, factual e descritiva, pautada na ação dos grandes homens e sem que houvesse conexão entre os pontos a serem estudados. Havia ainda uma preocupação com a relação entre os povos e suas religiões e em afirmar a influência da religião cristã na cultura ocidental.

O conteúdo de História da Idade Moderna apresenta os mesmos padrões apresentados nos conteúdos da História da Idade Média. A Idade Moderna, estudada no 5º ano do curso ginásial, começava com uma revisão das grandes épocas do período medieval e com a apresentação das características da história dos tempos modernos. O conteúdo abordado no programa partia das revoluções políticas, que resultaram no processo de centralização nos diversos países europeus; passava pela revolução econômica, provocada pelo desenvolvimento das grandes navegações; pela revolução literária, com o renascimento das letras e das artes; pela revolução religiosa, assentada na Reforma e Contrarreforma; e pela emancipação dos Estados Unidos; para terminar no “filosofismo” do século XVIII. O programa de Valois de Castro dividia os conteúdos da História a partir do século XV em História Moderna e Contemporânea, enquanto o programa usado no Ginásio Nacional compreendia todas essas lições em História da Idade Moderna, portanto seu conteúdo chega ao século XIX. Outra diferença importante entre os dois programas está no trato à História da América, que compõe os estudos da Idade Moderna no programa do Ginásio Nacional, nos pontos “A América – Exploração e Conquista – México e Peru” e “A América – Regime colonial português, espanhol, e inglês”, mas não aparece no programa do Ginásio da Capital.

A Independência dos Estados Unidos é o único conteúdo de História da América que faz parte do programa do Ginásio de Capital.

Os conteúdos de História Contemporânea, ministrada no 6º ano, abrangiam os estudos desde a Revolução Francesa até o final do século XIX. Embora ainda focada na Europa, a História Contemporânea de Valois de Castro compreendia também a emancipação da América latina, a questão da Argélia e a América latina no século XIX. O programa ainda versa sobre o desenvolvimento científico no século XIX. Por fim, dedica as três últimas aulas do ano para recapitular as grandes fases da História.

Ao analisar o programa de História elaborado pelo professor José Valois de Castro, percebe-se que o estudo de cada período estava desvinculado dos demais e o maior número de aulas era dedicado ao ensino das Histórias Antiga e Média. Havia um predomínio da História européia, com uma pequena incursão pelas Américas, especialmente no estudo da História Contemporânea. Além disso, apresentava uma história factual, sem causalidade, que enfatizava o papel dos personagens importantes, considerados como principais agentes da História. Também é importante identificar a constante relação que o professor faz entre os povos e suas religiões e o lugar de destaque da Igreja Católica na História da humanidade a partir do momento em que surge. De acordo com a concepção de Valois de Castro, o desenvolvimento da civilização humana rumo ao progresso tem como marco inicial o nascimento, triunfo e disseminação do cristianismo, sem o qual não haveria civilização. À História competia não somente a transmissão da cultura geral da humanidade, como também tinha um compromisso com a formação moral, com os valores cristãos indispensáveis à construção de uma nação que buscava na civilização ocidental o seu modelo de política e cultura.

Embora o Ginásio da Capital representasse a instituição secundária modelo do estado de São Paulo, símbolo dos esforços republicanos no sentido de construir uma sociedade democrática e liberal, o conteúdo de História ensinado no estabelecimento tinha um caráter conservador ao remeter à História Sagrada.

É provável que a partir de 1900, a influência do Cônego José Valois de Castro sobre os conteúdos históricos no Ginásio da Capital tenha enfraquecido, já que os programas utilizados nas aulas de História Universal após a equiparação eram elaborados pela congregação do Ginásio Nacional e não mais pelo lente da cadeira. Ademais, as aulas dessa cadeira passaram a ser ministradas pelo professor da cadeira de História do Brasil, Thomaz Jacob de Itapura Miranda, quando Valois de Castro ingressou na carreira política.

Em ofício⁸⁵ enviado em 1 de setembro de 1901 à Secretaria dos Negócios do Interior, o Diretor, Augusto Freire da Silva, solicitou que fossem enviados ao Ginásio quinhentos exemplares dos programas elaborados pelo Ginásio Nacional para os anos de 1901, 1902 e 1903 e informa que enquanto não chegarem, continuaram usando o programa aprovado, de acordo com o Regulamento, já revogado, do Ginásio Nacional de 8 de abril de 1899.

Novamente, em ofício⁸⁶ de 9 de setembro de 1901 e de 12 de novembro de 1901, o Diretor volta a pedir que seja remetido pelo menos um exemplar dos programas aprovados pela congregação do Ginásio Nacional para orientar os lentes no processo dos exames de promoção. Isso evidencia que o Ginásio da Capital adotou as medidas necessárias exigida aos ginásios equiparados e utilizou, ao menos entre 1901 e 1910, período que vigorou a lei de Epitácio Pessoa, os programas organizados pelo ginásio modelo. Embora não tenham recebido os programas durante o ano de 1901, os lentes já haviam ajustado suas aulas ao programa do Ginásio Nacional de 1899, conforme relatam os ofícios, portanto, o ensino do Ginásio da Capital já estava adaptado aos moldes do Ginásio Nacional⁸⁷.

É provável que a partir desse momento, o Ginásio da Capital tenha adotado durante todos os anos até a Reforma Francisco Campos, em 1931, os programas de História Universal elaborados pelo Ginásio Nacional. Isso aconteceu devido, principalmente, aos exames de preparatórios, os quais tinham os pontos pautados nos programas do Ginásio oficial.

A partir dos anos de 1920, inúmeras foram as críticas aos cursos secundários, especialmente em relação aos seus programas, muito extensos, factuais, baseado nos feitos dos grandes homens e repletos de datas. No IV Congresso Brasileiro de Educação Superior e Secundária, realizado no Rio de Janeiro entre os meses de setembro e outubro de 1922, criticou-se o pouco tempo dedicado ao ensino de História Contemporânea, “de indiscutível utilidade para a educação da juventude, porquanto esse estudo a identifica, mais do que os anteriores [Histórias Antiga, Média e Moderna], com o estado atual da evolução da sociedade”⁸⁸. Desse modo, os conteúdos de História estavam sendo revistos a partir das novas finalidades sociais.

⁸⁵ Ofício nº 145 enviado pela Diretoria do Gymnasio da Capital do Estado de São Paulo em 1 de setembro de 1901. Arquivo do Estado – Caixa 06065.

⁸⁶ Ofício nº 145 enviado pela Diretoria do Gymnasio da Capital do Estado de São Paulo em 9 de setembro de 1901. Arquivo do Estado – Caixa 06065. Ofício nº 175 enviado pela Diretoria do Gymnasio da Capital do Estado de São Paulo em 9 de setembro de 1901. Arquivo do Estado – Caixa 06065.

⁸⁷ Não tive acesso ao programa de História Universal do Ginásio Nacional, pois está incompleto na obra de VECHIA & LORENZ.

⁸⁸ FREITAS, I. A História ensinada e a História por ensinar a partir das conferências e congressos sobre o ensino secundário brasileiro (1922/1934). *Histórias do ensino de história no Brasil*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira. Vol. 2.

Ao analisar o programa de História Universal do Ginásio da Capital para o ano de 1928, identifica-se primeiramente que é igual ao programa elaborado pelo Ginásio Nacional no ano de 1926, o que corrobora a hipótese de que o Ginásio da Capital adotava os programas do ginásio considerado modelo. Ademais, esse programa apresenta diferenças significativas em relação ao programa elaborado por Valois de Castro e ministrado no final do século XIX, o que demonstra que algumas mudanças ocorreram no ensino de História Universal no Ginásio da Capital.

O programa é resumido em 54 pontos, em contraposição aos 83 pontos em que eram organizados os conteúdos históricos no primeiro programa. Isso já evidencia que houve uma simplificação e sintetização desse conteúdo. A partir do Regulamento dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1926, eram previstas 6 aulas semanais de História Universal, sendo três ministrada no 2º ano e as outras três no 3º ano. Todavia, não há no programa uma divisão de quais conteúdos devem ser ensinados em cada ano. É presumível que fosse responsabilidade do professor operar essa divisão conforme lhe conviesse, contanto que todo o programa fosse ensinado ao final do 3º ano.

Os 54 pontos correspondem às Histórias Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, sendo que não houve uma separação entre os períodos como no programa elaborado por Valois de Castro. Ainda assim, essa divisão é evidente, já que a história presente no programa é cronológica. Eram dedicados 22 pontos para o ensino da Pré-história e História Antiga, 8 pontos para a Idade Média, 13 pontos para História Moderna e 11 pontos para História Contemporânea. Sem ater-se ao tempo exato necessário para o estudo de cada ponto, uma breve análise permite inferir que ainda havia nesse programa mais aulas dedicadas ao ensino da Idade Antiga. No entanto, houve uma diminuição dos conteúdos sobre a Idade Média, resumidos em menos pontos que Histórias Moderna e Contemporânea.

Com relação à História da Idade Antiga, o foco maior recai sobre a história grega e romana, sendo que a história priorizada é política, com pequenas incursões nas artes e nas letras. Ainda privilegia-se uma história factual, que narra os grandes acontecimentos e que é movida pela ação dos grandes homens.

A Idade Média e Idade Moderna compreendem episódios da história da Europa, sem conexão ou sentido de causalidade um com o outro. A sintetização dos conteúdos nesses períodos fez com que o currículo histórico não apresentasse aspecto de curso, mas de lições desconexas.

O tema mais estudado da História Contemporânea era a Revolução Francesa, que tomava cerca de metade dos pontos dedicados ao estudo desse período histórico. Interessante notar que começam a ser estudadas as independências da América Latina e a então considerada Grande Guerra Mundial.

Embora simplificado, o programa não perdeu suas características mais marcantes desde a fundação do Ginásio, permanecendo como uma história factual, descritiva, com lições desprovidas de sentido, sem causalidade, valorizando os grandes acontecimentos e os grandes personagens. O estudo da História ainda tem a Europa como palco central, o que demonstra que a formação moral almejada às novas gerações tinha como modelo a civilização ocidental.

Foram dessa forma, os intelectuais da educação, em especial os professores e políticos, os responsáveis pela organização, muitas vezes conflituosa, do currículo da escola secundária, com o que se organizaram as disciplinas escolares no final do século XIX e início do século XX, pela sistematização dos conhecimentos considerados necessários.

A história inserida no currículo de “humanidades”, moldado para a formação das classes dirigentes do país, tinha como objetivo auxiliar a compor uma casta de privilegiados brasileiros, inculcando-lhes os padrões culturais do mundo ocidental cristão, fazendo com que se identificassem com o mundo exterior civilizado (BITTENCOURT, 1993, p. 146).

O currículo prescrito, até aqui analisado, estabelece na maioria das vezes importantes parâmetros para prática em sala de aula. Sua análise nos permitiu compreender as forças que atuaram para sua elaboração e com quais finalidades. No entanto, vale tentar compreender de que forma esse currículo foi usado em sala de aula no Ginásio da Capital.

3.1.3 Os exames de História Universal do Ginásio da Capital

O arquivo morto da Escola Estadual São Paulo, atual nome do Ginásio da Capital, reúne todos os prontuários dos alunos desde sua fundação. Nesses prontuários são encontrados principalmente os documentos relativos à matrícula, taxas, boletins anuais, certificados de aprovação e atestados diversos. Mas há também, mesmo que em pequena quantidade, exames de alunos das diversas disciplinas que compunham o ensino secundário, entre elas, de História Universal e História do Brasil. Fui buscar, olhando de prontuário em prontuário, esses exames para tentar identificar indícios de como a História Universal era ensinada na prática

Quadro 3.1

Exames de promoção e de Preparatório de História Universal do Ginásio da Capital
(1903-1920)

Data	Ano do Curso	Tipo de Exame	Ponto	Nome do Aluno	Nota da Prova
1903	4º	Exame de Promoção	Visigodos	Manoel Olympio de Albuquerque	4
1905	4º	Exame de Promoção	O Império Bizantino sob Justiniano	Manoel Elpidio Neto	2
1905	5º	Exame de Promoção	O Império Francez	Manoel Elpidio Neto	9
1908	5º	Exame de Promoção	A Revolução Francesa	Manoel Martins Monteiro	10
1920	5º	Exame de Promoção	Mahomed. A Propagação do Islamismo	Alarico de Toledo Piza	10
1920	5º	Exame de Promoção	Mahomed. A Propagação do Islamismo	Almiro dos reis	10

Fonte: Prontuários dos alunos do Ginásio da Capital – Arquivo Morto Escola Estadual São Paulo.

Foram analisados seis exames de promoção dos anos de 1903 e 1920, conforme observa-se na Tabela 3.2. Dentre eles, dois correspondem a exames do 4º ano do curso e quatro do 5º ano.

Para a aprovação na disciplina de História Universal, os alunos faziam dois exames, um escrito e um oral. As provas escritas, aqui analisadas, eram feitas a portas fechadas e tinham a duração máxima de duas horas. Esse exame consistia na exposição do conteúdo de um dos pontos organizado pela comissão examinadora a partir dos pontos estabelecidos pelo programa de ensino adotado pelo Ginásio e estudado ao longo do ano. Essas exames eram realizados perante uma comissão constituída dos lentes de cada ano do curso e presidida por um deles, designado pelo Diretor.

Entre os anos de 1903 e 1920 não houve alteração na estrutura do exame, que compreendia a exposição de um dos assuntos do programa de estudos, sorteado no momento da prova. A prova consistia na elaboração de um texto explicativo acerca de um determinado tema e não constavam perguntas e respostas.

Também é importante ressaltar que não havia nas provas as correções ou anotações dos professores, somente a nota atribuída. Portanto, não é possível avaliar precisamente quais

eram os critérios usados para a correção e definição da nota. As provas eram feitas à tinta e era comum conter rasuras, palavras ou mesmo frases riscadas.

Os dois exames de promoção do 4º ano analisados, apresentam características semelhantes, embora tratem de temas diferentes. Manoel Olympio de Albuquerque explica sobre os “Visigodos” e Manoel Elpidio Neto, acerca do “Império Bizantino sob Justiniano”. Primeiramente é importante ressaltar que os temas dos pontos sorteados não são extensos e devem ser apenas definidos ou explicados. Ambas as provas são escritas em apenas uma página e oferecem explicações breves sobre seus temas. Os dois alunos apresentam conhecimentos básicos sobre o assunto sorteado.

Sobre os Visigodos, Manoel Olympio de Albuquerque preocupa-se primeiramente em explicar a origem do povo e o local em que habitavam. Em seguida passa a narrar suas guerras de conquistas, sem preocupar-se muito em explicar quem estavam atacando e por que. As lutas não são travadas pelos exércitos, mas por seus líderes, são eles que vencem ou perdem as batalhas. O aluno confere tamanha importância aos grandes homens que sempre grifa seus nomes. Termina a prova contando sobre a vida de um dos líderes visigodos, sem ao menos elucidar sua relevância para história desse povo.

O mesmo pode ser visto no exame de promoção de Manoel Elpidio Neto, que descreve em poucas linhas o que era o Império Bizantino e quem foi Justiniano. Esse aluno também grifa o nome dos grandes homens, responsáveis por mover a história desse império. As duas provas evidenciam uma história factual, descritiva, que narra as grandes batalhas e os atos dos grandes homens. A atividade não exige nenhum tipo de compreensão por parte dos alunos, ao contrário, demanda o exercício da memória.

Ao analisar os quatro exames finais realizados pelos alunos Manoel Elpidio Neto, Manoel Martins Monteiro, Alarico de Toledo Piza e Almiro dos Reis, percebe-se que essas provas são mais abrangentes que os exames de promoção do 4º ano. Os temas escolhidos, “O império francez”, “A revolução franceza”, “As grandes invenções” e “Mahomet. A propagação do islamismo”, correspondem a conteúdos mais extensos, que exigem a memorização de uma seqüência de acontecimentos e necessitam maior elaboração do texto explicativo. Por isso, cada exame possui mais de cinco páginas escritas.

A prova de Manoel Elpidio Neto, escrita em 1905, sobre o Império Francês, é organizada cronologicamente na ordem com que se deram os acontecimentos. O aluno divide a história desse império em subtemas: Formação, Factos principaes, Poder de Napoleão, Quarta-coligação. Campanha da Hespanha, Quinta-coligação, Apogeu de Napoleão e

Campanha da Rússia. Pode-se inferir que essa divisão na organização do conteúdo histórico esteja seguindo a própria divisão utilizada pelo livro didático adotado. No entanto, como não foi identificado o manual usado, não é possível confirmar essa hipótese.

A história é descrita a partir da figura de Napoleão, que é o grande responsável por tudo o que acontece: ele é o vencedor das batalhas, ele conquista as outras nações, assim como é ele quem é expulso desses países. A descrição valoriza os embates entre as potências, as grandes guerras e menciona sempre as vitórias ou derrotas dos generais. É uma prova que prioriza o exercício da memória. Há, contudo, um único momento em que o aluno faz menção às causas da ruína do império, citando que os embates com a Espanha marcaram o início do processo de decadência do Império Napoleônico.

A prova de Manoel Martins Nogueira, de 1908, que trata sobre a Revolução Francesa, também requer do aluno o uso do método de memorização. É evidente que não existe uma preocupação em compreender os sentidos dessa revolução para a história da civilização moderna. Mas há, nesse exame algo de inovador em relação aos demais analisados. A história da Revolução Francesa é apresentada cronologicamente pelo aluno, que descreve os acontecimentos de acordo com os períodos dessa revolução: Assembléia Nacional, Constituinte, Assembléia Legislativa, Convenção Nacional, Diretório e Consulado. No entanto, antes dessa descrição, há uma introdução, na qual o aluno preocupa-se em apresentar as causas da Revolução Francesa. Nessa prova os acontecimentos tem causas e conseqüências. Outro ponto interessante é o aparecimento do povo como agente da história. Foi o povo francês, descontente e influenciado pelas idéias de Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Diderot e os enciclopedistas, quem fez a revolução e não os grandes líderes revolucionários.

Alarico de Toledo Piza e Almiro dos Reis escreveram em seus exames finais, no ano de 1920, sobre Maomé e a propagação do islamismo. Vale ressaltar que as provas, antes realizadas em papel almaço, passaram a ser feitas em folha de prova, confeccionado pela secretaria do Ginásio. Em função disso, as provas são melhor organizadas e de mais fácil compreensão.

As análises desses dois exames evidenciam que os alunos de História Universal memorizavam exatamente os conteúdos da forma como eram ensinados. Ambas as provas descrevem o assunto numa mesma ordem e chegam a usar frases idênticas. Iniciam o texto contando a história de Maomé e suas experiências que culminaram na criação da religião muçulmana. Em seguida, explicam os preceitos da doutrina islâmica, para terminarem

descrevendo como se deu a expansão dessa religião. A expressão “começou a guerra santa que tinha por fim impor a nova doutrina à ponta de espada” está presente nos dois textos e é provavelmente retirada do livro didático utilizado.

Além disso, fica evidente que era isso que se esperava dos alunos por parte dos professores, a memorizações das histórias, já que os dois educandos tiraram a nota máxima.

As análises dos programas e dos exames de História Universal evidenciam que houve um padrão no ensino de História Universal no Ginásio da Capital nas três primeiras décadas do século XX. O ensino era feito por meio de preleções do lente, acerca dos pontos estabelecidos pelo programa de ensino. Esse programa foi elaborado pelo professor do próprio Ginásio até a equiparação ao Ginásio Nacional, quando se iniciou a utilização dos programas organizados pela sua congregação. Essa História era factual, descritiva e valorizava a ação dos grandes homens. Visava garantir às novas gerações o acesso à cultura geral da humanidade e a formação moral inspirada nos valores cristãos, que impulsionaram o desenvolvimento da civilização ocidental. Por isso, o ensino de História tinha como foco a Europa, modelo de civilização a ser seguido, e usava como principal metodologia a memorização dos grandes acontecimentos e personagens.

3.2 A História do Brasil no Ginásio da Capital

As aulas de História do Brasil fazem parte do currículo do Ginásio da Capital desde a fundação da instituição. De acordo com os dois primeiros regulamentos dos ginásios do estado, de 1895⁸⁹ e 1897⁹⁰, essa matéria aparece sob o nome de “Chorografia e História do Brazil”. Contudo, na distribuição dessa matéria pelas cadeiras de ensino, “História do Brazil” aparece como a 15ª cadeira e não há alusão sobre uma cadeira de Corografia do Brasil. A partir de 1900, a disciplina passa a ser chamada apenas de “Historia do “Brazil”, conforme se observa no Quadro 3.2.

⁸⁹ Decreto nº 293, de 22 de maio de 1895.

⁹⁰ Decreto nº 503, de 18 de dezembro de 1897.

Quadro 3.2
História do Brasil: Nomenclatura e Cadeira de ensino

	Nome da Matéria	Cadeiras correspondentes
Regulamento de 1895	Chorographia e História do Brazil	15 ^a cadeira – História do Brazil
Regulamento de 1897	Chorographia e História do Brazil	15 ^a cadeira – História do Brazil
Regulamento de 1900	História do Brazil	15 ^a cadeira – História do Brazil
Regulamento de 1919	História do Brazil	15 ^a cadeira – História do Brazil
Regulamento de 1926	História do Brazil	15 ^a cadeira – História do Brazil

Fonte: Regulamentos dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895, 1897, 1900, 1919, 1926 e 1931.

História do Brasil permanece como uma cadeira de ensino durante todo o período estudado, ao passo que Corografia do Brasil não existia nem como cadeira de ensino até 1926 e nem como parte do conteúdo ensinado em História do Brasil. A partir de 1926, Corografia do Brasil retorna como uma cadeira de ensino própria.

Nos debates realizados durante o Quarto Congresso Brasileiro de Educação Superior e Secundária, em 1922, acerca do ensino de História, já nas teses gerais, Bertha Lutz “atrelava a finalidade do secundário – ‘solidificar a cultura geral’ e fornecer aos alunos as ‘diretrizes seguras para a orientação futura’ – às vocações educadoras da História da Civilização’ (...) Ao caráter educador da História lhe foi acrescentado o status de disciplina obrigatória no ensino brasileiro, juntamente com o de Corografia do Brasil e o da Língua nacional. A tríade contribuía enormemente para a ‘efetiva nacionalização do ensino do Brasil’” (FREITAS, 2010, p. 75). O estudo da Corografia do Brasil voltou a ser considerado importante num momento em que ainda estão sendo definidas as fronteiras do país.

A cadeira de História do Brasil manteve-se no Ginásio da Capital, mesmo durante os anos em que essa disciplina deixou de ser autônoma no Ginásio Nacional e seu conteúdo foi acrescentado à cadeira de História Universal, entre os anos de 1901 e 1915. É certo que o estado de São Paulo, econômica e politicamente forte, considerava importante a manutenção dessa cadeira no sentido de valorizar os estudos nacionais.

3.2.1 O professor de História do Brasil do Ginásio da Capital: Jacob Thomaz de Itapura Miranda

Foram realizados dois concursos para provimento da 15ª cadeira, de História do Brasil: o primeiro em junho de 1894, que foi anulado; e o segundo em fevereiro de 1896, que resultou na nomeação de Jacob Thomaz Itapura de Miranda, lente dessa cadeira até o seu falecimento, em 30 de outubro de 1930.

O primeiro deles ocorreu no mesmo período em que foram realizados os demais concursos para provimento de todas as cadeiras do Ginásio de São Paulo e seguiu, portanto, as *Instruções*, organizada pela Congregação interina e publicada no *Diário Oficial* em 13 de Abril de 1894.

No período em que as inscrições ficaram abertas, de 15 de dezembro de 1893 a 15 de março de 1894, candidataram-se quatro homens⁹¹: Ramon Roca Dordal, de 35 anos, natural de Barcelona e titulado professor pela Escola Normal de São Paulo; Jacob Thomaz de Itapura Miranda, de 26 anos, natural de Santos e professor no Externato Franco dessa cidade; Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, de 35 anos, do Piauí e Doutor em Direito; e Durval Ribeiro, de 24 anos, natural do Rio de Janeiro e professor público da Capital.

Os trabalhos do concurso⁹² foram realizados numa sala da Escola Politécnica, começaram no dia 6 de junho e foram encerrados no dia 12 do mesmo mês. Compuseram a Comissão examinadora o Diretor interino, Antonio Francisco de Paula e Sousa; Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, como presidente; José Estacio Corrêa de Sá e Benevides e Eduardo Carlos Pereira, como examinadores; e Arthur Cesar Guimarães, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, como fiscal do governo.

No primeiro dia da prova compareceram apenas dois dos quatro candidatos inscritos, Jacob Thomaz Itapura de Miranda e Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima. Desistiram Ramon Roca Dordal e Durval Ribeiro. Nesse dia procedeu-se o sorteio do ponto para a prova escrita e a realização da mesma. O ponto sorteado foi o de nº 5, “Período expansivo dos povos do Brasil: suas excursões; descobertas de minas; devassamento e povoamento dos sertões. Rivalidades entre os expansionistas – bandeirantes, suas navegações e reconhecimento de nossos rios”.

Em 7 de junho foram lidas as provas escritas e, em seguida, realizadas as provas orais. Alfredo Moreira foi argüido por Jacob Thomaz por 45 minutos a respeito do ponto nº 3, “A

⁹¹ Livro de inscrição para concursos para provimento das cadeiras do Gymnasio da Capital.

⁹² Livro de termos dos concursos para provimento das cadeiras do Gymnasio da Capital.

Revolução de 1820 em Portugal e seus efeitos no Brasil”, definido por meio da sorte; e Jacob Thomaz foi argüido por seu opositor, também por 45 minutos, acerca do ponto nº 6, “Origens e causas da formação da nacionalidade brasileira – Formação da idéia de independência; influência do elemento estrangeiro e nacional; personagens mais salientes que a incorporaram”.

A definição do ponto para as preleções foi feita no terceiro dia do concurso, sendo sorteado o ponto nº 10, “A revolução de 1824 em Pernambuco”. Depois de preparadas pelos candidatos, as preleções aconteceram no último dia do exame, em 12 de junho de 1894.

Com o fim concurso, a Comissão examinadora julgou as provas⁹³, qualificando as do candidato Jacob Thomaz Itapura de Miranda da seguinte forma: prova escrita – quase boa; prova oral – boa; preleção – boa. O candidato Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima obteve as seguintes notas: prova escrita – boa; prova oral – quase boa; preleção – mais que boa. A comissão considerou ambos habilitados. Todavia, classificou em primeiro lugar, Alfredo Moreira e em segundo, Jacob Thomaz Itapura de Miranda.

Na sessão da Congregação interina do Gymnasio de São Paulo⁹⁴ de 18 de junho de 1894, foi aprovado o termo do concurso e a proposta, da comissão examinadora, para que o primeiro classificado, Alfredo Moreira de Barros Oliveira e Lima, assumisse a regência da cadeira de História do Brasil. No entanto, o concurso foi anulado.

De acordo com a ata dessa sessão, o candidato foi indicado para a nomeação e não há nenhuma menção de irregularidade no concurso. O único indício que pode explicar o motivo da anulação consiste no fato de um dos membros da Congregação, José Machado de Oliveira, ter sido procurador de um dos opositores. Oliveira, no entanto, não participou da discussão e deliberação sobre esta cadeira. Não encontrei nenhum outro documento que explicasse o que de fato aconteceu para que esse concurso não tivesse validade.

Por esse motivo, o Ginásio de São Paulo ficou sem o lente da cadeira de História do Brasil até o início de 1896. Durante esse período, conforme já foi dito, o professor da cadeira de História, José Valois de Castro, assumiu o cargo como substituto.

No segundo concurso, que ocorreu de 19 a 28 de fevereiro de 1896, eram candidatos à 15ª cadeira Basílio de Magalhães, Isaiás Vaz Ferreira e, novamente, Jacob Thomaz Itapura de Miranda. Nessa data já havia sido elaborado o Regulamento dos Ginásios do Estado pela Congregação, por isso, disposições foram removidas ou acrescentadas àquelas que regularam o primeiro concurso.

⁹³ Observar os critérios na Nota 37.

⁹⁴ Livro de actas dos concursos para provimento das cadeiras do Gymnasio da Capital.

Assim, os trabalhos do concurso constavam de quatro provas: defesa de tese, que consistia no desenvolvimento de uma dissertação sobre uma das teses oferecidas pela Congregação do Ginásio e submetida à arguição dos opositores; prova escrita, que compreendia o desenvolvimento escrito de qualquer dos pontos que a sorte designar; prova oral, com arguição recíproca dos candidatos sobre todas as matérias do curso, circunscrita aos pontos designados pela sorte; e prova prática, que consistia numa preleção oral. Os pontos das urnas correspondiam aos pontos dos programas de exames, organizados pela própria Congregação do Ginásio.

De acordo com o Regulamento dos Ginásios do Estado de 1895, a apresentação da tese constava da etapa inicial do concurso e deveria ser aprovada pela Congregação para efetivar a inscrição. Caso a dissertação fosse rejeitada, o candidato estava eliminado. Se fosse aceita, o candidato seria convocado para realizar as demais provas que constituíam o concurso. No ofício, nº 6 de 10 de fevereiro de 1896⁹⁵, enviado à Secretaria de estado dos Negócios do Interior, o Diretor Eduardo Carlos Pereira informou que as dissertações dos três candidatos à cadeira de História do Brasil foram aceitas.

Aceitas as três teses⁹⁶, foram iniciados os trabalhos do concurso, julgados por uma banca composta pelo Diretor Eduardo Carlos Pereira, também professor da 1ª cadeira de Português, e pelos examinadores José de Freitas Valle, lente da cadeira de Francês; Oscar Nobling, professor de Alemão; e Alonso Guaianaz da Fonseca, lente da cadeira de Antropologia, Psicologia e Lógica, que no decorrer dos exames foi substituído por José Caiafá, professor de Italiano. Nas atas do concurso não há menção se houve ou não quem representasse o governo durante a realização dos exames⁹⁷.

Observa-se que José Valois de Castro, professor da cadeira de História Universal e nesse período, interino da cadeira de História do Brasil, não compôs a mesa examinadora. Entre a banca há um predomínio de lentes das cadeiras de línguas – português, francês, alemão e italiano. Isso evidencia que os professores, embora lecionassem determinados conteúdos, não eram especialistas e transitavam entre as matérias que compunham curso ginásial. Conforme já foi dito, o próprio José Valois de Castro, antes de dar aulas de História, ensinou Aritmética e Álgebra.

⁹⁵ Arquivo do Estado - Caixa 06964.

⁹⁶ Somente foi encontrada a tese do candidato Jacob Thomaz Itapura de Miranda, publicada em 1896 (MIRANDA, 1896). Embora na ata seja mencionado que todas as provas foram arquivadas, não as localizei no arquivo da Escola São Paulo.

⁹⁷ Livro de Actas dos concursos para provimento das cadeiras do Gymnasio da Capital.

Embora estivesse previsto pelo Regulamento de 1895 a arguição das teses, essa etapa do concurso não foi cumprida e no primeiro dia de prova, em 21 de junho, os candidatos reuniram-se à banca examinadora para fazer a prova escrita. Para tal exame, foi sorteado o ponto nº 4, “Causas do rompimento das relações com o governo de Solano Lopes. Aparatos bélicos. Primeiras hostilidades”. A leitura da prova escrita foi feita no segundo dia do concurso.

A prova oral foi realizada no terceiro dia. Basílio de Magalhães foi argüido por Jacob Thomaz Itapura de Miranda acerca do ponto nº 6, “Influência da política européia na fundação do Império”, e por Isaías Vaz Ferreira sobre o ponto nº 13, “A guerra do Paraguai e o Duque de Caxias”. Este último candidato tirou o de nº 16, “Os holandeses no Brasil até 1640”, e o ponto⁹⁸ que corresponde ao tema “Expedições de Villegaignon”, sendo argüido por Basílio de Magalhães e Jacob Thomaz Itapura de Miranda respectivamente. Itapura de Miranda também foi argüido pelos dois opositores acerca dos pontos nº 20, “O Brasil em 1831” e sobre o tema⁹⁹ “Rio Grande do Sul: Guerra dos Farrapos”.

No dia 27 de junho reuniram-se os candidatos para sortear o ponto que serviria de referência para a realização do último exame do concurso, a preleção. Depois de sorteado o ponto nº 2, “Descobertas das minas”, aos candidatos foram concedidas 24 horas para se prepararem. A preleção aconteceu no último dia do concurso. Durante a sua exposição, Isaías Vaz Ferreira sentiu-se incomodado e desistiu de terminar a prova, sendo, assim, automaticamente eliminado do concurso¹⁰⁰.

Completadas todas as etapas, a comissão reuniu-se para a apreciação das provas. Qualificou os exames de Jacob Thomaz Itapura de Miranda em: defesa de tese¹⁰¹ – regular para boa; prova escrita – mais que regular; prova oral – boa; preleção – regular. As notas de Basílio de Magalhães foram: defesa de tese – mais que regular; prova escrita – mais que regular; prova oral – mais que regular; preleção – mais que regular. O candidato Isaías Vaz Ferreira não foi avaliado, pois desistiu do concurso, como já citado anteriormente.

A partir dos resultados, a Congregação indicou Jacob Thomaz Itapura de Miranda para lente da cadeira de História do Brasil e pelo decreto de 5 de março de 1896 foi nomeado professor do Ginásio de São Paulo, tendo entrado em exercício no dia 6 de abril de 1896¹⁰².

⁹⁸ Não consta na ata do concurso o número desse ponto.

⁹⁹ Também não consta na ata do concurso o número desse ponto.

¹⁰⁰ Não encontrei nenhum outro documento que explicasse melhor o que significou o incômodo de Isaías Vaz Ferreira durante a prova de preleção.

¹⁰¹ Não houve a defesa de tese, como previsto pelo Regulamento, portanto, a nota corresponde a avaliação da dissertação.

¹⁰² Livro de registro de títulos do pessoal docente do Gymnasio da Capital.

Itapura Miranda foi lente da cadeira de História do Brasil até 30 de outubro de 1930, quando faleceu. Esteve também, por diversos momentos, à frente da cadeira de História Universal e de Geografia, como professor interino. Conforme já foi dito, substituiu José Valois de Castro nos anos em que o Cônego elegeu-se Deputado Estadual e Federal, desde 1899 até 1930; assim como ensinou geografia durante as licenças de José Vicente de Azevedo, retiradas em função dos trabalhos realizados como Deputado Estadual¹⁰³, que foram freqüentes entre os anos 1904 e 1916.

Embora esteja registrado em ata que as provas realizadas pelos candidatos seriam arquivadas na secretaria do Ginásio da Capital, não as encontrei no acervo da Escola São Paulo, com exceção da tese apresentada por Jacob Thomaz Itapura Miranda no segundo concurso. Este exame foi publicado e consta no acervo de obras raras da biblioteca do colégio.

Na dissertação que deveria apresentar para efetivar sua inscrição no concurso para provimento da cadeira de História do Brasil, de 1896, Itapura Miranda escolheu discorrer sobre a Revolução Pernambucana de 1824. A escolha das teses para realização dessa prova foi feita na secretaria do Ginásio e cada candidato escolheu uma dentre a seleção de teses organizada pela Congregação. Como não foi encontrada essa seleção, nem sequer menções a ela, não é possível saber se a opção por um episódio da história do Brasil em que as idéias republicanas estivessem em evidência foi do próprio Itapura Miranda ou se a maioria das teses oferecidas abordava essa temática.

O trabalho apresentado conta com 32 páginas impressas¹⁰⁴ e foi dividido em duas partes. Na primeira, Itapura Miranda trata dos antecedentes da Revolução Pernambucana de 1824 e na segunda narra os acontecimentos da mesma. Para escrever a dissertação, usa como referência bibliográfica as obras *História da Fundação do Império Brasileiro* de Pereira da Silva¹⁰⁵; *Compêndio de História do Brazil* de Abreu Lima¹⁰⁶; e *Confederação do Equador: notícias históricas sobre a revolução de 1834* de Antonio Pereira Pinto¹⁰⁷.

Inicia sua dissertação fazendo referência às revoltas que ocorreram por toda a colônia nos séculos XVII e XVIII – Revolta de Beckman, no Maranhão, em 1684; Guerra dos

¹⁰³ José Vicente de Azevedo foi Deputado Estadual da 4ª a 6ª legislatura (1898-1906) e da 8ª a 10ª (1910-1918).

¹⁰⁴ Como não tive acesso à dissertação manuscrita, que foi entregue pelo candidato à banca examinadora, mas a versão publicada, não possível observar os erros, as correções e os comentários feitos pelo examinador. Provavelmente essa versão foi revisada antes de ser publicada.

¹⁰⁵ O autor não faz a citação bibliográfica completa da obra, somente cita em nota de rodapé o nome da obra, o autor, e a página citada. Não menciona o editor, a edição, a cidade e o ano de publicação.

¹⁰⁶ O autor também não faz a citação bibliográfica completa da obra, somente cita em nota de rodapé o nome da obra, o autor, e a página citada. Não menciona o editor, a edição, a cidade e o ano de publicação.

¹⁰⁷ PINTO, Antonio Pereira. Confederação do Equador: notícias históricas sobre a revolução de 1834. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 29. Parte 2.

Emboabas, na região de Minas Gerais, de 1708 a 1709; Guerra dos Mascates, em Pernambuco, em 1719; Revolta de Felipe dos Santos, também na região de Minas Gerais, em 1720; e Inconfidência Mineira, de 1789 – e seus principais líderes. Para o autor, esses motins denunciam que idéias sobre independência já estavam circulando por toda a colônia portuguesa duzentos anos antes do Brasil desligar-se da Metrópole.

Nessa perspectiva, entende todas essas revoltas como manifestações nacionalistas contrárias à administração retrógrada de um governo monárquico e interpreta a independência do Brasil como um passo em direção à proclamação da República, uma vez que foi a primeira reação “às pretensões insensatas da Metrópole portuguesa” (MIRANDA, 1896, p. 5). Desse modo, há em seu texto uma idéia de providência e progresso, como se a proclamação da República fosse o fim último de todas as revoltas e guerras, nacionalistas, ocorridas na colônia desde o século XVII. A independência faz parte de um processo, como mais um fato que leva a colônia à superação da Monarquia e ao nascimento da República.

Assim, para Itapura de Miranda, tanto a independência do Brasil como a Revolução Pernambucana de 1824 fazem parte do processo que resultou na proclamação da República em 1889. Nesse sentido, a independência foi um antecedente lógico dessa revolução. Nas palavras do candidato,

a revolução pernambucana de 1824, que produziu a Confederação do Equador nada mais foi que a explosão das idéias liberaes e a continuação do movimento revolucionário de 1817, o qual (...) foi pouco a pouco recrudescendo, até que um facto de mais importância, como foi a dissolução da Assembleia Constituinte, deu-lhe maior incremento (MIRANDA, 1896, p. 5).

Para o candidato, a Revolução de 1824 foi uma extensão da revolução que aconteceu em Pernambuco, em 1817, já que, desde então, lutava-se por um governo liberal e democrático. Essa primeira revolta consistiu na luta contra os privilégios concedidos aos portugueses em detrimento dos brasileiros, a favor de um governo local e principalmente contrário à Monarquia.

Segundo o autor, essa revolta foi sufocada pela Metrópole, contudo, “o fogo revolucionário estava latente mas não extinto. (...) As idéias livres de um governo local e soberano que ella havia derramado ajuntavam-se os despeitos, odiosos desejos de vingança suscitados pelos castigos rigorosos que se haviam applicado a muitos dos comprometidos” (MIRANDA, 1896, p. 10).

Na segunda parte do texto, Itapura de Miranda narra minuciosamente a Revolução de 1824, privilegiando a descrição dos principais combates e das ações dos principais líderes, grandes patriotas, sem os quais não haveria revolta. O confronto acontece entre os nacionalistas do Rio Grande Norte, do Ceará e principalmente de Pernambuco, e o Imperador D. Pedro I e seus súditos. Todos, “clero, nobreza, povo e chefes militares” (MIRANDA, 1896, p. 14), estão unidos na luta contra o Imperador, cujas ações ainda baseiam-se nos valores monárquicos.

Os revoltosos, insatisfeitos com os rumos tomados pelo novo Império do Brasil e com os atos despóticos do Imperador, em especial a dissolução da Assembléia Constituinte Legislativa, formam a Confederação do Equador, união das províncias revolucionárias para a proclamação de uma República própria, separada do Império Brasileiro. Como o exército imperial era mais forte e mais numeroso, a Revolução foi contida e seus líderes executados, na tentativa de exterminar a “hydra democrática” (MIRANDA, 1896, p. 30).

Seguiram-se as scenas barbaras das execuções injustas; derramou-se o sangue dos infelizes patriotas, cujo único crime era o de idolatria pela liberdade, cujo único remorso, só podia ser, como de facto foi, o insucesso do movimento (MIRANDA, 1896, p. 30).

A história narrada por Jacob Thomaz Itapura de Miranda sobre a Revolução de 1824 valoriza os atos heróicos dos patriotas que lutaram por um governo anti-monarquista, liberal e democrático. Nesse sentido, os exalta e transforma em mártires, sem cuja ação a República nunca poderia ter sido proclamada. Todas as revoltas dos séculos XVII e XVIII, inclusive esta revolução, e a independência do Brasil foram eventos que abriram caminho para a República que estava por nascer.

Itapura de Miranda conclui sua dissertação afirmando que,

os acontecimentos narrados com a máxima imparcialidade fallam bem alto que na historia das sociedades humanas há uma lei, pouco estudada, que liga de modo certo e invariável o passado ao presente como o presente ao futuro. Esta lei que bem pode chamar-se de necessidade histórica demonstra a evidência que as atuais instituições políticas de nosso paíz, longe de serem o produto do acaso ou a resultante do desequilíbrio momentâneo das forças políticas, são apenas consequencias dos antecedentes históricos. A ligação que elas têm com o passado garantem a sua estabilidade futura (MIRANDA, 1896, p. 34).

Está presente em sua concepção de História a idéia de progresso, por isso, a República, liberal e democrática, é o produto de todas as lutas que a precederam e consiste no melhor regime político. Essa concepção de História deve estar em consonância com a dos examinadores, pois a dissertação foi avaliada como “regular para boa” e o candidato foi aprovado e escolhido como lente da Cadeira de História do Brasil.

Itapura Miranda compartilha a concepção de História positivista tão difundida entre os intelectuais desse período, segundo a qual a História não é apenas uma simples sucessão de fatos, mas uma marcha contínua em direção ao progresso. O regime republicano e o estado nacional representavam o auge do progresso e da civilização.

3.2.2 Os programas de História do Brasil do Ginásio da Capital

O primeiro programa de História do Brasil foi elaborado por José Valois de Castro, como já foi dito, e usado nas aulas do primeiro ano de funcionamento do Ginásio pelo próprio. Após sua nomeação, Thomaz Jacob de Itapura Miranda fez adaptações ao programa elaborado pelo colega e usou usando-o (ANEXO 12) assim que assumiu as aulas de História do Brasil no início de 1896. Pela análise realizada, deduz-se que provavelmente Itapura Miranda não tenha feito grandes alterações, pois o programa segue os mesmos moldes do programa de História Universal.

Durante os cinco primeiros anos de funcionamento do Ginásio da Capital, havia aulas de História do Brasil em todos os seis anos do curso. De acordo com o Regulamento dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895, eram ministradas 8 aulas semanais dessa disciplina, distribuídas em 2 aulas semanais nos 1º e 2º anos do curso e 1 aula por semana nos 3º, 4º, 5º e 6º anos. Com a promulgação do Regulamento de 1897, o Ginásio passou a ministrar apenas 6 aulas semanais de História do Brasil, sendo uma aula por semana por cada ano do curso.

A História do Brasil como disciplina escolar constituiu-se ao longo do século XIX a partir da seleção e organização de conteúdos considerados essenciais à invenção de determinada história nacional. Por isso, foi construído em meio a disputas entre diversos grupos sociais, que tinham diferentes interesses.

Os conteúdos de História do Brasil não possuíam modelos estrangeiros para que fossem adaptados, a não ser o lugar onde a História se engendrava, ou seja, o espaço político constituído pelos grupos no poder, desejosos de institucionalizar uma História que lhes desse legitimação. Os temas controversos giravam exatamente em torno dos ‘fatos históricos’ e dos

respectivos personagens que fossem capazes de promover essa legitimidade e assegurar uma aceitação em nível nacional, uma vez que a homogeneização do ensino pretendia anular os conflitos. A questão não era novidade para os historiadores, mas a polêmica que permeava a disputa sobre temas e personagens históricos nacionais, relacionava-se a projetos políticos conflitantes (BITTENCORT, 1990, p. 83).

Que projetos políticos e que interesses estavam por trás do ensino de História do Brasil no Ginásio da Capital? A análise do programa de ensino dessa disciplina pode oferecer indícios valiosos, já que representa determinadas prioridades e interesses sociais e políticos.

O primeiro programa de História do Brasil diferia bastante do programa do Ginásio Nacional para essa disciplina. O seu conteúdo foi dividido pelos seis anos em que era ministrada a matéria. O conteúdo ensinado no 1º ano do curso iniciava-se com o descobrimento do Brasil e terminava em 1580, com a anexação de Portugal pela Espanha. No 2º ano estudava-se desde o início da União Ibérica até a aclamação de D. João V em Portugal. Os conteúdos que partiam desse último marco até a chegada da Família Real ao Brasil eram ensinados no 3º ano. No 4º ano estudava-se desde 1808 até a abdicação de D. Pedro I, em 1831 e no 5º do período regencial à proclamação da República. O último ano do curso estava reservado ao “estudo detalhado da capitania de S. Vicente desde sua fundação por Martim Affonso até sua ulterior reversão á coroa de Portugal” e também da “revisão geral da História do Brazil e a explanação do seu desenvolvimento sob o regime republicano”.

A preocupação com a história regional estava presente durante todo o programa, pois

(...) configurava uma necessidade e uma aspiração por parte dos planejadores da instituição. Não permitir que os ‘feitos’ dos antepassados fossem esquecidos; transmiti-los constantemente à gerações novas para que estes pudessem continuar o desafio: de um São Paulo de Piratininga pobre, partiram os ‘desbravadores’ do sertão até que, com a fase cafeeira o Estado se enriqueceu, definindo assim o próprio papel que os paulistas se atribuíam como ‘mentores’ do Partido Republicano Paulista e sua interferência no plano federal da república (NADAI, 1975, p. 195).

Nesse sentido, a História de São Paulo é sempre tema relevante dentro do restante da História do Brasil. São pontos do programa a fundação da capitania de São Vicente, sua prosperidade, a fundação da cidade de São Paulo e a expansão do Brasil realizada pelos bandeirantes.

Outro aspecto importante do programa diz respeito a constante influência exercida pela Igreja Católica nos rumos tomados pela nação brasileira. No primeiro ano, os alunos estudam os índios, as diversas raças, suas línguas, costumes, indústrias, armas, organização social e religiosa, para depois estudaram a importante influência dos jesuítas sobre os indígenas por meio do trabalho de catequese. A respeito da importância do estudo da atuação de jesuítas como Padre Anchieta e Padre Manoel da Nobrega, Valois de Castro afirma,

Anchieta e Nobrega, defendendo com o sacrifício da própria vida a liberdade dos indígenas, escravizados pela prepotência colonial, bem mostram que a doutrina catholica creou no coração humano o respeito à liberdade, o amor á humanidade, favorecendo os fracos contra a violência dos fortes, realizando assim as mais nobres aspirações da verdadeira democracia (CASTRO, 1895, p. 11).

Segundo o elaborador do programa, os germens da república foram trazidos pela doutrina cristã, que guiou o Brasil em direção à liberdade e à democracia. Desse modo, o grau de civilização alcançado pelos brasileiros com o desenvolvimento político e econômico no século XIX, somente foi possível a partir da intervenção da Igreja Católica nos variados setores da sociedade ao longo dos séculos. O programa ainda trata da atuação da Igreja nos seguintes pontos: “A liberdade dos índios e os jesuítas”; “As ordens religiosas dos carmelitas, dos capuchos e dos beneditinos. Serviços que ellas prestaram ao Brazil”; “Colonos e jesuítas. Papel do Padre Antonio Vieira”; “Criação do bispado de Mariana e São Paulo”; “Serviços prestados pelos monges beneditinos”; “Marquês de Pombal contra os jesuítas. Critica dos serviços prestados ao Brazil pela Companhia de Jesus”; “Expulsão dos Jesuítas”; e “O clero e as idéias democráticas no Brazil. Papel dos padres na Inconfidência Mineira e na Revolução Pernambucana de 1817”.

Ademais, o programa apresenta as mesmas características do programa de História, também elaborado por Valois de Castro: história prioritariamente política, pautada nos grandes acontecimentos e na exaltação dos grandes heróis, que lutaram pelo progresso da pátria.

Assim como aconteceu com a História Universal, o programa de História do Brasil elaborado pelo lente do Ginásio da Capital deixou de ser usado a partir do momento em que foi concedida a equiparação ao Ginásio Nacional. É provável que a partir de 1901, o programa elaborado pelo Ginásio oficial tenha sido adotado permanentemente pela congregação do

Ginásio da Capital. Isso significa que o ensino de História do Brasil no ginásio paulista assumiu cada vez mais as características do ensino oferecido na instituição modelo.

Embora tenha havido nos anos iniciais uma preocupação em organizar uma instituição padrão para o ensino secundário paulista, com a permanência dos exames de parcelados e o sistema de equiparações, o ensino do Ginásio da Capital aproximou-se cada vez mais daquele oferecido no estabelecimento federal. Isso é evidente a partir da análise dos programas de História e História do Brasil, que apresentavam uma concepção de História bastante diferente daquela ensinada no Ginásio Nacional, com um caráter mais conservador, principalmente pela presença do Cônego Valois de Castro como lente da cadeira de História, mas que com a equiparação foram substituídos pelo programa que moldava os pontos dos exames de preparatório.

O programa de História do Brasil aprovado pela Congregação do Ginásio de São Paulo no ano de 1928 (ANEXO 11) corrobora essa hipótese, pois é idêntico ao programa do Ginásio Nacional de 1926. Esse programa é bastante simplificado em relação àquele elaborado por Valois de Castro, mas ainda tem como foco os grandes acontecimentos e as ações dos grandes personagens. Apresenta apenas 24 pontos que resumem os temas gerais que devem ser ensinados aos alunos. No entanto, é provável que esse programa mais sintetizado conferisse aos professores maior liberdade de ensino.

3.2.3 Os exames de História do Brasil do Ginásio da Capital

Foram analisados 12 exames de promoção de História do Brasil do Ginásio da Capital na tentativa de conhecer a prática do ensino dessa disciplina: os conteúdos priorizados, a metodologia de ensino usada, a concepção de História e a sua finalidade.

Dos exames estudados, 3 são de promoção e 9 de preparatório. Vale destacar que os exames de promoção e preparatório, a partir de 1915 eram realizados conjuntamente e submetidos à mesma forma de avaliação. Os alunos do curso propedêutico o realizavam como preparatório e os educandos do curso bacharelado como exame de promoção. A partir de 1900, os exames de promoção realizados no último ano do ensino de cada matéria eram chamados de exames finais.

Quadro 3.3

Exames de promoção e de Preparatório de História do Brasil do Ginásio da Capital
(1903-1921)

Data	Ano do Curso	Tipo de Exame	Ponto	Nome do Aluno	Nota da Prova
1909	6º	Exame de Promoção	O descobrimento do Brasil	Manoel Martins Monteiro	10
1920	6º	Exame de Promoção	A Regencia	Dario Augusto de Carvalho Franco	7
1920	-	Exame de Preparatório	A Regencia	Alarico de Toledo Piza	9,2
1920	-	Exame de Preparatório	O Primeiro Reinado	Julio dos Reis Filhos	10
1920	-	Exame de Preparatório	O Primeiro Reinado	Rubens Moraes Carvalho	4
1920	-	Exame de Preparatório	Independência do Brasil	Leandro Madeira	6
1920	-	Exame de Preparatório	Segunda Invasão Holandesa	Mauricio de Lemos Pereira Lima	9
1920	-	Exame de Preparatório	Segunda Invasão Holandesa	Nicario Serafim Barcellos	6

Fonte: Prontuários dos alunos do Ginásio da Capital – Arquivo Morto Escola Estadual São Paulo.

Uma primeira observação permite identificar alguns indícios sobre os exames. As provas não apresentam correções ou anotações de professores, somente a nota num canto da página. Nos primeiros anos, até cerca de 1915, as provas eram escritas em papel almaço. Porém, a partir dessa data passaram a ser feitas em papel próprio para exame, no qual havia espaço para as informações dos alunos e dos professores corretores, além das notas.

No exame final realizado em 1909, acerca do descobrimento do Brasil, Manoel Martins Monteiro inicia seu texto contando sobre as grandes navegações que antecederam a vinda de Cabral ao Brasil. Fala da importância de Portugal ter chegado à Índia por via marítima, transformando o país em centro comercial da Europa. Em seguida começa a narrar a viagem de Pedro Álvares Cabral, desde as recomendações D. Manoel para que se afastasse da costa da África para evitar as calmarias, passando pela descoberta do Brasil e a realização da primeira missa na nova terra, até seguir caminho para a Índia. O aluno preocupa-se em dar detalhes sobre a viagem, como os nomes das pessoas, das embarcações, dos lugares e as datas

precisas de cada acontecimento. Percebe-se então que do aluno foi exigido memorizar toda aquela história, em suas pequenas particularidades. Embora o conteúdo tenha sido claramente decorado, é interessante notar a forma como o aluno expõe seu raciocínio sobre a intencionalidade ou não da descoberta do Brasil. Primeiramente, explica ao leitor que existem duas hipóteses acerca da chegada dos portugueses ao Brasil, a primeira que afirma que Cabral descobriu o Brasil involuntariamente¹⁰⁸ e a segunda que propõe que essa descoberta foi voluntária. Para expor sua posição acerca da polêmica, combate ponto a ponto a teoria da chegada involuntária. Critica a possibilidade de correntes marítimas terem levado a frota até a costa brasileira; o desvio na rota em função das tempestades; e também não acredita na possibilidade de erro de navegação. Depois disso afirma que acredita que a descoberta foi intencional. Não só o raciocínio apresentado na prova é interessante, embora seja provável que tenha sido feita pelo professor anteriormente, como também é curioso o aluno se posicionar em relação à questão. Portanto, a prova é narrativa e exige o exercício da memória, no entanto, o aluno se mostra capaz de refletir e se posicionar acerca de um problema historiográfico. A nota 10 indica que essa era a resposta esperada pelos professores que compunham a banca examinadora e sugere que determinadas reflexões e opiniões são valorizadas nessa concepção de ensino.

A segunda prova analisada, de Dario Augusto de Carvalho Franco, sobre a regência, evidencia mais uma vez que os alunos deveriam decorar fatos, datas e nomes para serem aprovados nos exames. O aluno escreve um texto de 4 páginas descrevendo cada governo regencial, período de duração e governantes. Apresenta um amontoado de informações desconexas. A cerca dos acontecimentos do país em cada um dos governos regenciais, o aluno apenas cita o que estava acontecendo, sem explicar. Desse modo, diz que durante esse período ocorreram a Guerra dos Farrapos e a Balaiada, sem explicar nada sobre o que significaram. O aluno tirou nota 7, o que comprova que exigia-se mais a memorização dos fatos, do que a compreensão sobre os mesmos.

A prova realizada por Alarico de Toledo Piza, também sobre a regência, narra exatamente os mesmos fatos e na mesma ordem que os expostos por Dario Augusto de Carvalho Franco em seu exame. Alarico, no entanto, escreve os acontecimentos de forma narrativa, de modo que não parece um amontoado de informações desconexas. Além disso, quando cita os fatos que marcaram cada período regencial, perde algumas linhas para explicá-los. A prova está melhor elaborada e por isso mereceu a nota 9,2. No entanto, essa prova

¹⁰⁸ Involuntária e voluntariamente são termos usados pelo próprio aluno.

comprova que os temas eram decorados, provavelmente, exatamente na seqüência com que apareciam no livro didático. O ensino da História do Brasil, assim como da História Universal, era feito por meio da memorização dos conteúdos considerados importantes.

Ao comparar as provas realizadas sobre o tema O Primeiro Reinado de Julio dos Reis e Rubens Moraes de Carvalho, mais uma vez percebe-se que o principal quesito avaliado é o conhecimento exato do conteúdo ensinado. O primeiro aluno, que tirou 10, discorre sobre as fases do I reinado, explicando cada uma delas. Já o segundo, narra os mesmos acontecimentos, porém não segue a seqüência do primeiro. Sua explicação é generalizante e pode-se deduzir que o aluno não decorou tudo o que leu e aprendeu, somente a idéia central do assunto e por isso, ficou com a nota 4.

As demais provas, produzidas por Leandro Madeira, Mauricio de Lemos Pereira Lima e Nicario Barcellos, possuem as mesmas características das provas anteriormente analisadas. Constituem um texto que narra de forma cronológica os acontecimentos e seus agentes. Não há idéia de causalidade e os dados são apresentados de forma descritiva, como uma enumeração de idéias, que devem ser decoradas da forma como foram apreendidas. A ocorrência de nomes completos e datas é recorrente.

A análise dos exames de História do Brasil corrobora aquilo que já foi constatado a partir da análise das provas de História Geral, privilegia-se o uso da memorização na apreensão dos conteúdos históricos. Conforme observamos pela análise do programa de ensino, os grandes acontecimentos e homens são enfocados. Havia, porém, espaço para reflexão, como foi notado na análise da prova de Manoel Martins Monteiro, o que provavelmente não é incentivado. Se a História do Brasil deve formar o cidadão brasileiro, este deve conhecer muito bem sua história e os valores que a dirigiram rumo à civilização, para isso deve inspirar-se nos exemplos dos heróis nacionais.

Considerações finais

A pesquisa buscou identificar as finalidades educativas do ensino da disciplina escolar História no primeiro Ginásio de São Paulo, seus conteúdos disciplinares e métodos pedagógicos propostos entre 1894, data de sua implantação, e 1931, ano em que ocorreu a Reforma Francisco Campos, na qual foi decretada a normalização do sistema seriado e a extinção do curso preparatório, com o objetivo de compreender o processo de consolidação da disciplina História dentro do currículo da incipiente escola secundária pública no estado de São Paulo.

Para tanto, foram investigados os projetos republicanos para o ensino secundário federal e especificamente paulista. Esses planos previam a implementação do curso secundário seriado e contínuo, que não somente preparasse os alunos para os cursos superiores, mas oferecesse uma formação moral, que preparasse o novo homem paulista para ocupar os postos dirigentes do país.

No entanto, a implementação do curso secundário em São Paulo não se deu de forma simples, ao contrário, foi tumultuada e conquistada apenas ao longo das décadas da primeira República. Os cursos ginasiais concorreram com os cursos preparatórios e exames parcelados, que possibilitavam um acesso mais rápido e fácil ao ensino superior. Além disso, o curso ginasial exigia dos alunos novos hábitos escolares, o que inicialmente representou uma barreira ao desenvolvimento desse modelo de ensino. O Ginásio da Capital sofreu diversas baixas ao longo das primeiras décadas de existência, em função dos alunos que abandonavam o curso, que perdiam o ano ou mesmo que reprovavam em função do rigoroso sistema de exames estabelecido pelos Regulamentos.

A maioria dos alunos secundaristas freqüentava, portanto, escolas particulares, que por meio do sistema de equiparação ao Ginásio Nacional, permitia o ingresso nas academias de forma mais rápida. Isso evidencia o caráter preparatório e seletivo do ensino secundário na primeira República, freqüentado pelos filhos das elites que podiam pagar por seus estudos.

O Ginásio da Capital, por ser público e oferecer vagas gratuitas à jovens pobres, inteligentes e laboriosos, possibilitou o acesso à escola secundária a filhos das classes médias e menos abastadas que se interessassem por ascender socialmente. No entanto, a maioria de seus alunos pertencia às elites agrárias tradicionais, progressistas e também industrial. Reuniam-se num mesmo espaço escolar os filhos das elites, de profissionais liberais, de estrangeiros,

imigrantes já nascidos no Brasil e também de famílias pertencentes às classes médias e baixas da população.

A esses alunos era oferecido um ensino que privilegiava o estudo das humanidades, clássicas e científicas, que garantiam a transmissão da cultura geral às novas gerações, mas que também atendia aos interesses da nascente sociedade urbana industrial. Nesse sentido, observou-se a existência de um currículo eclético, com o predomínio das humanidades clássicas, em especial das línguas vivas. Embora preocupado com a formação moral das novas gerações, houve uma diminuição na quantidade de aulas de História Universal e História do Brasil nos anos de estudo.

Essas disciplinas compunham o currículo do Ginásio com o objetivo de proporcionar às novas gerações o acesso à cultura geral da humanidade, que seguiu seu caminho em direção ao progresso e à civilização ao longo dos séculos. Tem foco, portanto, na história europeia, modelo de civilização a ser seguido. A História do Brasil insere-se também nesse contexto, já que o europeu, ao descobrir o Brasil, traz a civilização e o impulso em direção ao progresso. Nesse sentido, a instituição republicana representa o auge do progresso civilizatório e, por isso, deve ser exaltada. Forjava-se, portanto, uma identidade brasileira que precisava ser transmitidas às gerações futuras. Coube a História fazer isso no currículo secundário.

O conteúdo de História Universal e do Brasil ensinado no Ginásio da Capital era factual, descritivo e valorizava a ação dos grandes homens. Usava como principal metodologia as preleções, leitura dos livros didáticos e memorização dos grandes acontecimentos e personagens. Grandes homens estes que inspirariam nos jovens o amor à pátria e o espírito republicano.

Infelizmente o trabalho ficou limitado à análise dos programas de ensino e exames de alunos e não contou com a análise dos manuais escolares usados para o ensino das disciplinas históricas. Foram poucos os indícios que indicavam quais obras eram utilizadas, por isso não as considerei para este estudo.

Foi durante a primeira República que institucionalizou-se o ensino regular e seriado e também consolidou-se as disciplinas históricas, a partir da ação dos legisladores e especialmente dos professores, responsáveis até então pela elaboração dos programas de ensino e dos livros didáticos e, portanto, quem selecionou e organizou os conteúdos históricos necessários à formação dos jovens pertencentes às elites da nova nação republicana, que ocupariam os cargos dirigentes do país.

É importante destacar o esforço dos professores do Ginásio da Capital em organizar um currículo próprio para o ensino da História nos primeiros anos de funcionamento da instituição. Currículo este que foi rapidamente substituído pelo do Ginásio Nacional quando das equiparações. Não houve, como acreditava ao iniciar esse estudo, um currículo que atendesse os interesses específicos paulistas, mas uma uniformização do ensino secundário nacional em função do sistema de exames de preparatórios baseado no currículo estabelecido pelo Ginásio Nacional.

Referência bibliográfica

ABUD, K. M. 1993. O ensino de história como um fator social de coesão nacional: os programas de 1931. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 3, n. 25/26, p. 163-174, set. 1992/ago. 1993.

ANTUNHA, H. C. G. 1980. *Instrução na Primeira república: segunda parte: a união e o ensino secundário na Primeira República*. Tese apresentada ao Concurso de Professor Titular do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

BITTENCOURT, C. M. F. 1990. *Pátria, Civilização e Trabalho*. O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola.

BITTENCOURT, C. M. F. 1993. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

BITTENCOURT, C. M. F. 2003. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda e RANZI, Serlei Maria Fisher (orgs.). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. São Paulo: EDUSF, p. 9-38.

CABRAL, M. A. da S. 2002. *A invenção do alunos: A implantação do Primeiro Gymnasio da Capital, em São Paulo (1894-1917)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP.

CABRAL, M. A. da S. 2008. *O Curso de Bacharelado em Ciências e Letras do Primeiro Gymnasio da capital, em São Paulo: Um estudo sobre o currículo da Escola Secundária (1894-1913)*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP.

CARVALHO, M. M. C. 1989. *A escola e a República*. São Paulo: Editora Brasiliense.

CASTRO, J. V. de. Prefácio. In: AMARAL, T. 1895. *Educação cívica: a história de São Paulo ensinada pela biografia dos seus vultos mais notáveis*. 2. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Alves e Cia editores.

CAVALCANTE, P. & DELION, L. 2004. *São Paulo. A juventude do Centro*. São Paulo: Editora Conex.

CHERVEL, André. 1990. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. 2. Porto Alegre, Pannonica, p. 177-254.

CHERVEL, André. 1992. Quando surgiu o secundário? Tradução Circe Bittencourt. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, 18 (1): 99-112, jan./jun.

CHERVEL, André; e COMPÈRE, Marie-Madeleine. 1999. As humanidades no ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 25, n.2, p. 147-170, jul/dez.

COSTA, E. V. da. 2010. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 9. ed.

CUNHA, Tiago Donizette. 2010. O caso do Cônego José Valois de Castro. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano III, n. 7, Maio.

FARIA, Joana Borges. 2008. *Exercícios didáticos de História do Brasil – Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries*. Iniciação Científica. EHPS – PUC-SP.

FREITAS, I. 2008. *A pedagogia histórica de Jonathas Serrano*. Uma teoria do ensino de história para a escola secundária brasileira (1913-1935). Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira; São Cristóvão: Editora UFS.

FREITAS, I. A história universal de José Estácio de Sá e Benevides (1890/1903). In: FREITAS, I. 2006. *Histórias do ensino de história no Brasil*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira. Vol. 1.

FREITAS, I. A História ensinada e a História por ensinar a partir das conferências e congressos sobre o ensino secundário brasileiro (1922/1934). *Histórias do ensino de história no Brasil*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira. Vol. 2.

GASPARELLO, A. M. 2004. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu.

GINZBURG, C. 1989. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.

GOODSON, I. 2001. *O currículo em mudança*. Estudos na construção social do currículo. Porto: Porto Editora, s.d. Cap. 3, 4 e 5.

GOODSON, I. 1990. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria & Educação*, 2, p. 230-254.

GOODSON, I. 1995. *Historia del currículum*. La construcción social de las disciplinas escolares. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1998, Cap. 5.

GUTIERRES, E. A. & ARNAUT DE TOLEDO, C. DE A. 2010. Vida e contribuição educacional de Eduardo Carlos Pereira. Comunicação apresentada no Seminário de Pesquisa do PPE. Universidade Estadual de Maringá. 27 e 28 de abril.

Haidar, M. de L. M. 1972. *O ensino secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: EDUSP/Grijalbo.

HAMILTON, D. Sobre as origens dos termos classe e currículum. *Teoria & Educação*, 6, p. 33-52.

HOLLANDA, G de. 1957. *Um quarto de século de programas e compêndios de história para o ensino secundário brasileiro: 1931/1956*. Rio de Janeiro: INEP – Ministério da educação e Cultura.

JULIA, D. 2001. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. N. 1, janeiro/julho.

MARTINS, A. L. 2008. *Revistas em Revista*. Imprensa e práticas culturais em tempos republicanos. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP.

MELO, L. C. 1954. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

MORAES, C. S. V. 2006. *O ideário republicano e a educação*. Uma contribuição à história das instituições. Campinas: Mercado das Letras.

MORAES, C. S. V. 2006. *O Ideário Republicano e a Educação: Uma Contribuição à História das Instituições*. 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

MUNAKATA, K. 2005. *História das disciplinas escolares e do livro didático*. Projeto de Pesquisa. EHPS – PUC-SP.

NADAI, E. 1975. *O Ginásio do Estado em São Paulo: Uma preocupação Republicana (1889-1896)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

PERES, T. R. 1973. *Educação Republicana: Tentativas de reconstrução do ensino secundário brasileiro. 1890-1920*. Tese de Doutorado. Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara.

PINTO, L. M. DA S. 1966 [1832]. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: AS Typographia de Silva. Edição fac-similar por Sociedade Goiana de Cultura: Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central: Centro de Cultura Goiana.

SILVA, G.B. 1969. *A educação secundária*. Perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Ed. Nacional.

SILVA, J. P. 2008. As cantigas de D. João Garcia de Guillade e estudos dispersos de Oscar Nobiling. *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, Ano 14, N. 41, mai/ago.

SILVA, S. da C. 2005. *Academia de Direito de São Paulo (1827-1854) e construção de uma elite nacional: o lugar da Língua Portuguesa*. Dissertação de Mestrado. EHPS – PUC-SP.

TEIXEIRA, L. A. 2007. Na arena do esculápio: a sociedade de medicina e cirurgia de São Paulo (1895-1913). São Paulo: Editora da Unesp.

VECHIA, A. & LORENZ, K. M (org.). 1998. *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. Do Autor.

Documentos consultados

Annaes da Camara dos Deputados do Estado de São Paulo. Sessões preparatórias de 15 a 31 de julho de 1891; de 1º de agosto a 28 de novembro de 1891. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1891 – Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP).

Annaes do Senado de São Paulo de 1892. 1ª sessão da 2ª legislatura. Organizado pelo Tachygrapho Joaquim Theodoro de Araujo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1892 - Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP).

Coleção de Leis e Decretos do Brasil

Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo

Fundos Pessoais. Freitas Valle. Arquivo digital do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB. In: www.ieb.usp/br

IBGE, Diretoria Geral de Estatística, [187?]/1930, Recenseamento do Brazil 1872/1920.

MIRANDA, Jacob Thomaz Itapura de. 1896. *Supplicio de Caneca ou a Revolução de Pernambuco de 1824*. Dissertação apresentada pelo bacharel para o concurso à cadeira de História do Brasil do Gymnasio do estado de São Paulo. Santos: Typographia a vapor do Diário de Santo – Biblioteca da Escola Estadual São Paulo

Ofícios da Secretaria de Negócios do Interior e ofícios da Diretoria do Ginásio da Capital do Estado de São Paulo - Arquivo do Estado. Caixas: 06966 / 06972 / 06974 / 07141 / 06965 / 06970.

PIAUI, F.S. 1973. Campinas bibliográfica (13). *Correio Popular*. Capinas, 18 mar.

Prontuário dos alunos do Ginásio da Capital – Arquivo Morto da Escola Estadual São Paulo.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP, São Paulo, v. 1, 1913.

Sessão de instalação do Gymnasio de São Paulo em 16 de setembro de 1894. 1896. São Paulo: J. B. Endrizza & Comp. – Biblioteca da Escola Estadual São Paulo.

Relatórios

Relatórios produzidos pelos Diretores do Ginásio da Capital

BUENO, Bento. Relatório apresentado ao Senhor Doutor Secretario do Interior pelo Doutor Bento Bueno Director do Gymnasio do Estado. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1894.

PEREIRA, Eduardo Carlos. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alfredo Pujol Secretario do Estado dos Negocios do Interior pelo Director do Gymnasio de São Paulo Eduardo Carlos Pereira em 16 de setembro de 1895.

FEITOSA, Miguel Alves. Relatório apresentado ao ilustre cidadão Doutor Antonio Dino da Costa Bueno M. D. Secretaria de Estado dos Negocios do Interior pelo Director do Gymnasio da Capital Miguel Alves Feitosa. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1897.

FEITOSA, Miguel Alves. Relatório apresentado ao ilustre cidadão Secretário de Estado dos Negócios do Interior Dr. João Baptista de Mello Peixoto, pelo Direto do Gymnasio da Capital Miguel Alves Feitosa. Agosto 1897-Maio 1898. Relatório manuscrito. Arquivo do Estado de São Paulo – Caixa 06970.

PEREIRA, Antonio Rodrigues Alves. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Oscar Rodrigues Alves Pereira D. D. Secretario do Interior pelo Director do Gymnasio da Capital sobre os trabalhos lectivos do anno de 1917. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1918.

PEREIRA, Antonio Rodrigues Alves. Relatório do anno lectivo de 1919, apresentadp ao Excelentíssimo Senhor Secretario do Interior do Estado de São Paulo Doutor Oscar Rodrigues Alves pelo Director do Gymnasio da Capital do Estado de São Paulo Antonio Rodrigues Alves Pereira em 26 de fevereiro de 1920. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1920.

Relatórios produzidos pelos Secretários dos Negócios do Interior

MOTTA JUNIOR, Cesario. Relatório apresentado ao Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo pelo Cesario Motta Junior Secretario dos Negocios do Interior a 7 de abril de 1893. São Paulo: Typographia a vapor de Vanorden & Cia. 1893.

MOTTA JUNIOR, Cesario. Relatório apresentado ao Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo pelo Cesario Motta Junior Secretario dos Negocios do Interior a 28 de março de 1894. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1894.

MOTTA JUNIOR, Cesario. Relatório apresentado ao Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo pelo Cesario Motta Junior Secretario D'estado dos Negocios do Interior em 31 de março de 1895. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1895.

GUIMARÃES, Arthur Cesar. Relatório apresentado em 15 de janeiro de 1895 pelo Diretor Geral da Secretaria da Instrução Publica. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1895.

PUJOL, Alfredo. Relatório apresentado ao Excelentissimo Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Instrução Publica Alfredo Pujol. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1896.

PUJOL, Alfredo. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretario de Estado dos negócios do Interior e Instrução Publica Alfredo Pujol. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1896.

BUENO, Antonio Dino da Costa. Relatório apresentado ao Senhor Presidente do Estado de São Paulo em 15 de março de 1897 pelo Secretario de Estado dos Negocios do Interior Antonio Dino da Costa Bueno. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1897.

PEIXOTO, João Baptista de Mello. Relatório apresentado ao Senhor Doutor Vice-Presidente do Estado de São Paulo pelo Doutor João Baptista de Mello Peixoto Secretario de Estado interino dos Negocios do Interior em 31 de março de 1898. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1898.

QUEIROZ, José Pereira de. Relatório Correspondente ao anno de 1898 apresentado ao Senhor Coronel Fernando Prestes de Albuquerque Presidente do Estado de São Paulo por José Pereira de Queiroz Secretario de Estado dos Negocios do Interior. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1898.

QUEIROZ, José Pereira de. Relatório correspondente ao anno de 1897 apresentado ao Senhor Coronel Fernando Prestes de Albuquerque Presidente do Estado de São Paulo por José pereira de Queiroz Secretario do Estado dos Negocios do Interior. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1898.

QUEIROZ, José Pereira de. Relatório Correspondente ao anno de 1898 apresentado ao Senhor Coronel Fernando Prestes de Albuquerque Presidente do Estado de São Paulo por José

Pereira de Queiroz Secretario de Estado dos Negocios do Interior. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1899.

ALMEIDA, José Cardoso de. Relatorio apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretario da Justiça José Cardoso de Almeida em 31 de dezembro de 1904. Typographia do Diario Official. 1905.

GODOY, Gustavo de Oliveira. Relatorio apresentado ao Excelentissimo Senhor Doutor Jorge Tibiriça Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretario de Estado dos Negocios do Interior Doutor Gustavo de Oliveira Godoy. Anno de 1906. São Paulo: Typographia D'O Estado de São Paulo. 1907.

GODOY, Gustavo de Oliveira. Relatorio apresentado ao Excelentissimo Senhor Doutor Jorge Tibiriça Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretario de Estado dos Negocios do Interior Doutor Gustavo de Oliveira Godoy. Anno de 1907-1908. São Paulo: Duprat & Comp. 1908.

ARANTES, Altino. Relatorio apresentado ao Doutor Francisco de Paula Rodrigues Alves Presidente do Estado pelo Secretario do Interior Altino Arantes. Anno de 1912. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Cia. 1914.

Livros da Secretaria da Escola São Paulo

Livro de Actas da Congregação.

Livro de ocorrências relativas às cadeiras e lentes.

Livro de inscrição para concursos para provimento das cadeiras do Gymnasio da Capital.

Livros de Actas dos concursos para provimentos das cadeiras do Gymnasio da Capital.

Livro de termos de concursos para provimento das cadeiras do Gymnasio da Capital.

Livro de registro de títulos do pessoal docente do Gymnasio da Capital.

ANEXOS

ANEXO 1

Relação dos alunos matriculados no 1º ano do Ginásio da Capital em 1894 de acordo com a sua procedência

Quantidade de alunos	Cidade e/ou estado / país
16	São Paulo (cidade)
4	Campinas
3	Rio de Janeiro
2	Espírito Santo
2	Jaraguão – Rio Grande do Sul
2	Amparo
2	Rio Claro
3	Belém do Descalvado
1	Bananal
1	Itu
1	Lorena
1	Ubatuba
1	Casa Branca
1	Sabará – Minas Gerais
1	Rio Grande do Sul (não consta a cidade)
1	Lisboa – Portugal
1	Pinheiros
1	Pelotas – Rio Grande do Sul
1	Rio Grande do Norte (não consta a cidade)
2	Gênova – Itália
1	Maranhão (não consta a cidade)
1	Valença
1	Santa Branca
1	Iguape
TOTAL: 51	

Fonte: Relatório enviado ao Presidente do Estado pelo Secretário do Interior, em 1895.

ANEXO 2

Relação dos alunos matriculados no Ginásio da Capital em 1895 de acordo com a sua procedência

Quantidade de alunos	Cidade, estado ou país
10	São Paulo (cidade)
39	Estado de São Paulo
8	Rio de Janeiro (capital)
2	Rio Grande do Sul
1	Minas Gerais
1	Bahia
1	Alagoas
1	Itália
1	Espanha
1	Inglaterra
1	Suíça
TOTAL: 66	

Fonte: Relatório enviado ao Secretário do Interior pelo Secretário do Gymnasio da Capital, Thomaz Galhardo, em 1896.

ANEXO 3

Regulamento dos Gymnasios do Estado de 1895 (Decreto n. 293 de 22 de maio de 1895)

Número de Ordem	Cadeiras	Annos						Total
		1°	2°	3°	4°	5°	6°	
1ª	Portuguez	4	4	3	3	1	1	16
2ª	Portuguez							
3ª	Francez	4	3	2	2	1	1	13
4ª	Inglez			4	3	2	2	11
5ª	Allemaõ				2	2	2	6
6ª	Italiano			4	4	3	2	14
7ª	Latim e noções de Grego		4	4	3	2	1	14
8ª	Arithmetica e Algebra	3	3	2	2	1	1	12
9ª	Geometria e Trigonometria			3	3	2	1	9
10ª	Mechanica e Astronomia					3	3	6
11ª	Physica e Chimica				2	3	5	10
12ª	Historia Natural				2	3	4	9
13ª	Geografia e Cosmographia	4	3	2	1	1	1	12
14ª	Historia			3	3	2	1	9
15ª	Historia do Brazil	2	2	1	1	1	1	8
16ª	Anthropologia, Psycologia e Logica					3	4	7
Aulas								
1ª	Desenho	3	2	2				7
2ª	Gymnastica, exercícos militares e jogos physicos	3	2	2	1	1	1	10
TOTAL		23	23	28	28	28	29	159

ANEXO 4

Regulamento dos Gymnasios do Estado de 1897 (Decreto n. 503 de 18 de dezembro de 1897)

Número de Ordem	Cadeiras	Annos						Total
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	
1ª	Portuguez	3	3	2	2	1	1	12
2ª	Portuguez							
3ª	Francez	2	2	1	1	1	1	8
4ª	Inglez			4	4	2	2	12
5ª	Allemao							
6ª	Italiano				2	2	2	6
7ª	Latim e noções de Grego		2	2	2	1	1	8
8ª	Aritimetica e Algebra	2	2	1	1	1	1	8
9ª	Geometria e Trigonometria			3	2	2	1	8
10ª	Mechanica e Astronomia					3	3	6
11ª	Physica e Chimica				2	3	3	8
12ª	Historia Natural				2	2	4	8
13ª	Geografia e Cosmographia	2	2	1	1	1	1	8
14ª	Historia			2	2	1	1	6
15ª	Historia do Brazil	1	1	1	1	1	1	6
16ª	Anthropologia, Pscycologia e Logica					3	4	7
Aulas								
1ª	Desenho	1	1	1	1	1	1	6
2ª	Gymnastica e exercícios militares	1	1	1	1	1	1	6
TOTAL		12	14	19	24	26	28	123

ANEXO 5

Regulamento dos Gymnasios do Estado de 1900 (Decreto n. 858 de 14 de dezembro de 1900)

1° anno	2° anno	3° anno	4° anno	5° anno	6° anno
Arithmetica 4	Arithmetica Algebra 3	Algebra Geometria 3	Algebra Geometria Trigonometria 4	Mech. e Astr. Phys. e Chim. 4	Mathematica Phys. e Chim. Hist. Natural 5
Geographia 3	Geographia 3	Geographia 2	Trigonometria 2		Psych. e Log. 6
Portuguez 3	Portuguez 3	Portuguez 2	Portuguez 2	Literatura 2	Geographia 1
Francez 4	Francez 3	Francez 2	Francez 1		Literatura 2
Italiano 2	Italiano 2	Italiano 2			Francez 1
	Inglez 2	Inglez 3	Inglez 2	Inglez 1	Inglez 1
		Latim 3	Latim 3	Latim 3	Latim 1
			Grego 3	Grego 3	Grego 2
			Historia 3	Historia 3	Hist. Do Brazil 3
Desenho 3	Desenho 2	Desenho 3	Desenho 2		
Gymnastica 1	Gymnastica 1	Gymnastica 1	Gymnastica 1	Gymnastica 1	Gymnastica 1
Total 20	Total 19	Total 21	Total 24	Total 25	Total 30

ANEXO 6

Altera o Regulamento dos Gymnasios do Estado de 1900 (Decreto n. 872 de 17 de fevereiro de 1901)

1° anno	2° anno	3° anno	4° anno	5° anno	6° anno
Arithmetica 4	Arithmetica 2 Algebra 1	Algebra 1 Geometria 3	Algebra 1 Geometria 1 Trigonometria 1	Mech. e Astr. 3 Phys. e Chim. 4	Mathematica 2 Phys. e Chim. 1 Hist. Natural e 6 Antrophologia 6 Psych. e Log. 6
Geographia 3	Geographia 3 Portuguez 3 Francez 3 Italiano 2 Inglez 3	Geographia 1 Portuguez 2 Francez 2 Italiano 2 Inglez 3 Allemao 3 Latim 3	Portuguez 2 Francez 1 Inglez 2 Allemao 3 Latim 3 Grego 3	Litteratura 2	Geographia 1 Litteratura 2 Francez 1 Inglez 1 Allemao 1 Latim 1 Grego 2 Hist. Do Brazil 6
Desenho 3 Gymnastica 1	Desenho 3 Gymnastica 1	Desenho 2 Gymnastica 1	Hist. Universal 3 Desenho 2 Gymnastica 1	Hist. Universal 3 Desenho 1 Gymnastica 1	Desenho 1 Gymnastica 1
Total 20	Total 21	Total 23	Total 23	Total 24	Total 32

ANEXO 7

Regimento Interno para os Gymnasios do Estado (Decreto n. 3.033 de 26 de fevereiro de 1919)

1° anno	2° anno	3° anno	4° anno	5° anno	6° anno
Arithmetica 4	Arithmetica Algebra 3	Algebra Geometria 4	Algebra Geometria Trigonometria 4	Mech. e Astr. Phys. e Chim. Historia Nat. 2	Phys. e Chim. Hist. Natural e Anthropologia Psych. e Log. 5 6
Geographia 3	Geographia 3	Geographia 2	Geographia 2	Litteratura 2	Litteratura 2
Portuguez 3	Portuguez 3	Portuguez 2	Portuguez 2		
Francez 4	Francez 3	Francez 2	Francez 1		
Italiano 2	Italiano 2	Italiano 2	Italiano 2		
	Inglez 3	Inglez 3	Inglez 2	Inglez 1	
		Latim 3	Latim 3	Latim 3	Allemao 2
			Grego 3	Grego 3	Grego 3
Desenho 3	Desenho 2	Desenho 2	Hist. Universal 3	Hist. Universal 3	Hist. Do Brazil 3
Gymnastica 1	Gymnastica 1	Gymnastica 1	Gymnastica 1	Gymnastica 1	Gymnastica 1
Total 20	Total 20	Total 24	Total 24	Total 25	Total 25

Regimento Interno para os Gymnasios do Estado (Decreto N. 4.166, de 31 de dezembro de 1926)

Materias Obrigatorias

1° anno	2° anno	3° anno	4° anno	5° anno	6° anno
Portuguez 3	Portuguez 3	Portuguez 3	Portuguez (Gram. Historica) 3	Portuguez (Noções de Literatura) 2	
Arithmetica 3	Arithmetica 3	Algebra 3	Geometria 4 Trigonometria		
Geographia Geral 3	Chorographia do Brazil 3				
	Historia Universal 3	Historia Universal 3	Physica 3	Physica 3	
Francez 5	Francez 3	Francez 5	Historia do Brazil 3	Philosophia 3	
Inglez 3	Inglez ou Allemão 3	Inglez ou Allemão 3	Chimica 6	Chimica 3	
Instrucção Moral e Civica 3	Latim 3	Latim 3	Historia Natural 6	Historia Natural 3	
Desenho 3	Desenho 3	Desenho 3	Latim 3	Latim 5	
Gymnastica 3	Gymnastica 3	Gymnastica 3	Desenho 3	Desenho 3	
Total 24	Total 25	Total 24	Total 32	Total 23	

Materias Facultativas

1° anno	2° anno	3° anno	4° anno	5° anno	6° anno
Italiano 2	Italiano 2	Italiano 2	Grego 2	Grego 3	Historia da Philosophia 3
	Inglez ou Allemão 3	Inglez ou Allemão 3			Mecanica e Astronomia 3
					Grego 3
					Literatura Brasileira 3
					Literatura das Linguas Latinas 3
					Sociologia 3
Total 2	Total 5	Total 5	Total 2	Total 3	Total 18

ANEXO 9

Programa da 14ª Cadeira de História Universal do Ginásio da Capital do Estado de São Paulo

3º ano do Curso do Gymnasio e 1ª da Classe de História

1. Archeologia prehistorica. Vestigios materiaes da humanidade primitiva: o homem dos tempos geologicos: o homem das cavernas. Restos materiaes da época neolithica. Origen da industria humana.
2. As raças humanas: monogenismo e polygenismo. Os primeiros typos sociaes.
3. História: definição, divisão, fontes, methodos e logar que occupa no quadro dos conhecimentos humanos.

HISTÓRIA ANTIGA

4. Monarchias orientais: Egypto: fontes de sua historia, origem e formação do povo egypcio. Antigo, médio e novo imperio.
5. Civilisação, arte, costumes e religião do Egypto.
6. Monarchias orientais: os Assyrios: a região do Tigre e do Euphates. Babylonia e Ninive segundo as tradições antigas e as descobertas modernas. Religião e arte dos Assyrios e Babylonios.
7. Aidéia monotheista no Oriente. O povo de Israel. Jerusalém. O templo e arte judaica. Dispersão de povo judeo.
8. Os medas e seu imperio. Cyro e a conquista persa. As populações da Asia Menor. Creso e o imperio da Lydia.
9. Os árabes: O Jemen, o Hadjaz e a Arabia Petrea. Os Aryas da India; sociedade brahmanica: o Budhismo.
10. Os povos da Grecia e a religião grega. Sparta e Athenas, sua população e suas instituições politicas.
11. As guerras medicas. Pericles e a arte na Grecia.
12. Rivalidades entre as cidades gregas. Guerra do Peloponeso. Hegemonias de Sparta e Thebas.

13. Os gregos no Oriente. Felipe e Alexandre da Macedonia. Diffusão do hellenismo na Asia.

14. Ultimos tempos da Grecia e diffusão do espírito grego no Occidente.
15. Antigas populações da Italia. A religião, a família e a cidade romana.
16. Unificação da Italia. O exercito, as colônias e as estradas militares.
17. As guerras punicas. Annibal e Scipião. Destruição de Carthago.
18. A conquista do mundo. Transformação dos costumes em Roma. Os Gracchos. Decadencia das instituições republicanas.
19. As guerras civis: Mario e Sylla. Primeiro e Segundo triunviratos.
20. O imperio sob os primeiros Cesares, os Flavios e os Antoninos. As letras, as artes e a sciencia em Roma.
21. O imperio romano de Deocleciano a Theodosio, ou período da organização monarchica e da decadencia.
22. A religião christã. Origem, desenvolvimento e triumpho do christianismo. Constantino Magno.
23. O mundo bárbaro e o mundo romano no fim do quarto século. As invasões.
24. Recapitulação das phases mais importantes da historia da civilisação nos acontecimentos referentes ás monarchias orientaes, á Grecia e ao povo romano.

4º ano do Gymnasio e 2º do Curso de Historia

IDADE MÉDIA

1. Vista retrospectiva de seculos que precederam a éra christã, e dos quatro primeiros seculos do christianismo; ou revisão geral da antiguidade oriental e da antiguidade clássica.
2. Os bárbaros da familia germanica. Suas instituições, seus usos e costumes, sua religião. Os Francos: Clovis e a conquista das Gallias.
3. O imperio bizantino no reinado de Justiniano. A jurisprudência romana.
4. Os árabes. Mahomet. Religião e civilisação árabe. Califados de Bagdad e Cordova.

1. Revisão das grandes épocas do período medieval. Caracteres da história dos tempos modernos.
2. Revolução política: progresso da auctoridade real em França. Carlos 7º e Luiz 11º. Seu governo e reunião dos grandes feudos á coroa.
3. Revolução politica: estabelecimento do poder real da Inglaterra. Guerra das duas Rosas. Henrique 7º e a casa dos Tudores.
4. Revolução politica: unidade governativa e territorial da Hespanha: Fernando, o catholico. Portugal e a dynastia de Aviz.
5. Revolução econômica: as descobertas marítimas e geográficas dos portugueses e hespanhoes. Christovam Colombo e Vasco da Gama.
6. A Allemanha sob os príncipes da casa d'Austria. Os estados italianos no fim do século 13. Francisco 1º e Carlos 5º.
7. Revolução litteraria: Renascimento das letras e das artes. Italia, França, Allemanha, Portugal e Hespanha.
8. Revolução religiosa: Reforma protestante nos estados da Europa Central e Septentrional.
9. A reforma na Inglaterra e na Europa occidental. Guerra da religião na França.
10. A contra-reforma. As ordens religiosas do século 13. Concilio de Trento. Felipe 2º da Hespanha e Isabel da Inglaterra.
11. Henrique 4º. Reorganização da França. Edicto de Nantes.
12. As guerras da religião na Europa Central. O cardeal de Richelieu e a guerra dos 30 annos. Tratado de Westphalia.
13. A Inglaterra e os Stuartes. Revolução de 1848. Cromwel e o protectorado. Restauração.
14. A monarchia absoluta em França no reinado de Luiz 14.
15. Seculo de Luiz 14. A sociedade Franceza. O palácio de Rambouillet.
16. A Inglaterra e a monarchia constitucional. Guilherme 3º.
17. A Europa Occidental depois dos tratados de Utrecht e de Rastadt. As potencias novas da Europa no seculo 18. A Russia de Pedro o Grande, a Prussia e Fredrico 2º.
18. Luiz 15. A regencia e o cardeal Dubois. O ministério do cardeal de Fleury. As colónias Francezas e a guerra dos sete annos.
19. Origem e desenvolvimento de colônia inglesa da America. Emancipação dos Estados Unidos. Washington.

5. Os mares do palacio. 2ª dynastia franca. Carlos Magno, suas guerras, seu governo e suas instituições.
6. Decadencia e queda dos Carlovingios. A França feudal e Hugo Capeto.
7. Feudalismo, seus caracteres. O Castello. A tregoa de Deus. A cavallaria.
8. Os capetos até as Cruzadas e a conquista da Inglaterra pelos Normandos.
9. Allemanha e a Italia. Casa de Saxe. Imperio romano germanico. Guerra das investiduras. Gregorio 7º e Henrique 4º.
10. As cruzadas no Oriente, sua origem e seus successos, seu declinio e seu fim. A realza franceza.
11. A casa de Hohenstaufen: Conrado 3º e Frederico Barba-roxa. Guelphos e Gibelinos.
12. A preponderancia da Egreja no tempo das cruzadas. Cultura intellectual e artística dessa epocha.
13. Progresso das populações urbanas e ruraes no occidente. Desenvolvimento das communas. As instituições da Inglaterra. Magna Carta. Organização do parlamento inglez.
14. Os estados christãos da peninsula iberica. Decadencia do domínio árabe na Hespanha. Cruzadas no occidente.
15. Felipe, o Bello e Bonifacio 8º. A guerra dos cem annos e os estados geraes do seculo 14.
16. A casa de Habsbourg na Allemanha e independencia da Suissa. Grande schisma do occidente.
17. A Italia durante a idade média. Dante, Petrarcha e Boccacio, predecessores da Renascença.
18. Origem e desenvolvimento do imperio turco ottomano. Tomada de Constantinopla. Mahomet 2º.
19. A bussola e a navegação. Descoberta da imprensa.
20. A Europa no fim da idade média. A Egreja no seculo 15.

5º anno do Gymnasio e 3º do curso de Historia

IDADE MODERNA

20. Partilha da Polónia. Grandeza da Rússia. Catharina 2ª.

21. Influencia das idéias francezas na Europa. Carlos 3º na Hespanha. Pombal em Portugal. Tannucci e Beccaria na Italia. Kaunitz na Austria e Choiseul na França.

22. A França no Exterior. Guerra da independencia dos Estados Unidos. A França no Interior. Ministerio de Necker. Assembléa dos notáveis; convocação dos Estados Geraes.

23. Philosophismo no seculo 18. A grande revolução.

6º anno do Gymnasio e 4º e ultimo do Curso de Historia

HISTORIA CONTEMPORANEA

1. Geographia politica do Europa em 1789. As instituições da França antes da Revolução.
2. Revolução Franceza: Assembléa constituinte e Assembléa legislativa.
3. Revolução Franceza: Convenção nacional. Republica. A Vendéa e os alliados.
4. Revolução Franceza. Directoria. Bonaparte e as instituições do consulado.
5. O imperio até 1811. A França e a Europa nesta época.
6. Campanhas da Russia e da Allemanha. Fontainebleau.
7. A restauração e os cem dias. Trabalhos do Congresso de Vienna.
8. Emancipação da America latina.
9. Luiz 13 e Carlos X. Lettras, artes e sciencias sob a restauração.
10. Revolução de Julho de 1830. Sua repercussão na Belgica, Polonia, Allemanha, Suissa e Italia. Portugal, Hespanha e Inglaterra depois de 1830.
11. Luiz Felipe. Os francezes na Algeria (1830-1840). Revolução de Fevereiro. Seus effeitos na Europa.
12. O segundo imperio. Questão do oriente. Unidade italiana. A unidade allemã e a guerra de 1870. Queda do imperio.
13. Revolução de 4 de Setembro. 3ª Republica. Presidencia de Grevy. Carnot.
14. A America do Norte contemporânea. A America latina no seculo 19.

15. A Inglaterra e a rainha Victoria. Alexandre 2º e 3º da Russia. A Turquia e os principados Danubianos. Independencia da Grecia.

16. O seculo 19 e a sciencia. Principios da revolução franceza e a civilização moderna.

Recapitulação geral das grandes phases da historia que se fará nas tres ultimas aulas do 6º anno.

O lente da cadeira de historia

José Valois de Castro

Fonte: FEITOSA, Miguel Alves. Relatório apresentado ao ilustre cidadão Doutor Antonio Dino da Costa Bueno M. D. Secretaria de Estado dos Negocios do Interior pelo Director do Gymnasio da Capital Miguel Alves Feitosa. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1897.

ANEXO 10

Programma do Ensino do Gymnasio Nacional no anno de 1892

QUINTO ANNO

Civilização Antiga

1. Origem da civilização. Edades prehistoricas. Monumentos e industrias primitivas.
2. As raças. Polygenismo e monogenismo.
3. Primeiros typos sociaes; tribu, matriarchado e patriarchado. Família.
4. Egepcios. Habitat. Sua civilização.
5. Assyrios e Babilonios. Habitat. Sua civilização.
6. Semitas. Phenicios; Habitat e civilização.
7. Semitas. Hebreus; Habitat e civilização.
8. Aryas. Unidade, dispersão; Habitat. Os Hindús e sua civilização.
9. Iranianos.
10. Aryas da Europa. Os Gregos. A política e a legislação.
11. A arte militar. Guerras medicas.
12. Guerra do Peloponeso.
13. Thebas. Pelopidas e Epaminondas.
14. Philippe. Alexandre e sucessores.
15. O helenismo no oriente. A escola de Alexandria.
16. A cultura grega nas letras.
17. A cultura grega nas artes.
18. A cultura grega nas sciencias.
19. Os Romanos. Habitat. Historia primitiva. Os reis.
20. Reformas de Servio Tullio. Organização social e política. O Culto.
21. A republica. Historia interna: evolução da constituição democratica.
22. A codificação do direito. Os decemviros.
23. Historia externa. A arte militar dos romanos.
24. A conquista da Italia.
25. A conquista do Mediterraneo. Guerras púnicas. Guerras da Hespanha. Guerras do oriente.
26. As dictaduras; 1º triunvirato; o cesarismo.

27. O segundo triunvirato.

28. Transformação geral da sociedade romana. O Jus italicum. Quêda da republica.

29. O imperio e sua organização. Augusto e principaes sucessores.

30. Diocleciano: monarchia absoluta. Partilha e queda do império do Occidente.

31. A cultura romana nas sciencias, nas letras e nas artes.

32. A religião grega e romana. Mythologia comparada.

33. O christianismo: seus primeiros tempos.

SEXTO ANNO

Civilização nas edades médias e modernas

1. Os bárbaros – Seu gráo de civilização.
2. Invasões dos bárbaros.
3. A conversão – A ordem de S. Bento.
4. O imperio bysantino – O schisma.
5. Os árabes – O islamismo – Invasão árabe.
6. Civilização árabe – Sua influencia no Occidente.
7. Carlos Magno – Organização social, política e militar.
8. O regime feudal.
9. Evolução política geral – Burguezia, servidão – As cidades da Italia e da Allemanha.
10. A Igreja na edade media – O imperio germânico.
11. A Inglaterra – Evolução constitucional – Magna Carta – O Jury.
12. Portugal – Suissa.
13. Turco ottomanos – Queda do imperio do oriente.
14. Civilização medieval – Commercio e industrias – Arte Militar.
15. Cultura litteraria – A poesia cyclica, gestas e trovadores – As linugas românticas – A philosophia.
16. Cultura artística – A architettura românica, gothica e árabe – A musica.
17. **Edade moderna** – As grandes invasões.
18. Os descobrimentos marítimos – O trágico dos negros.
19. O poder absoluto na Europa – As assembléias – O direito divino.
20. O renascimento; origens – Letras e artes.

21. A reforma.
22. A reorganização catholica – Os jesuítas.
23. Carlos V e Francisco I.
24. Luctas religiosas – O equilíbrio europeu – Tratado de Westphalia.
25. A vida internacional – O direito das gentes (Grotius).
26. A Inglaterra – revolução constitucional.
27. A Russia – A Prussia – A Polonia – A Turquia.
28. Portugal e Hollanda – Dominio hespanhol.
29. A America – Exploração e conquista – México e Perú.
30. A America – Regimen colonial portuguez, hespanhol, e inglez.
31. A monarchia franceza – Luiz XIII e Luiz XIV.
32. A Independência dos Estados Unidos.
33. A escravidão na América – O abolicionismo.
34. A revolução franceza.
35. A emancipação da America Latina.
36. O regimen constitucional na Europa no seculo XIX.
37. A civilização na Edade Moderna – Seculos XVII e XVIII.
38. A civilização no século XIX – As letras, as artes, as sciencias.
39. A sciencia da historia – Dados cosmológicos: o CEO, as águas, o clima, as terras.
40. A sciencia da historia – Dados biológicos – A sociedade considerada como um organismo – Theoria do progresso organico e social.

Fonte: VECHIA, A. & LORENZ, K. M (org.). 1998. *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. Do Autor.

PROGRAMA DE ENSINO DE HISTÓRIA

Ginásio da capital do Estado de São Paulo

História do Brasil

1. Descobrimento do Brasil – O índola.
2. Primeiras expedições.
3. Capitânicas Hereditárias – Início da colonização.
4. Governo Geral – Tomé de Souza e Duarte da Costa.
5. Mem de Sá – os franceses no Rio de Janeiro
6. Divisão do Brasil em 7 governos e reunião posterior em um só.
7. Domínio espanhol. Franceses no Maranhão. Colonização do norte.
8. Primeira invasão holandesa.
9. Segunda invasão holandesa.
10. Lutas entre jesuítas e colonos. Beckman.
11. Palmares, Emboabas, Mascates.
12. Guerra de Sucessão na Espanha. Duclerc e Duguay Trouin.
13. O Brasil no reinado de D. João VI. Bandeiras.
14. D. José I e o Marquês de Pombal. Guerra o Sul.
15. Inconfidência Mineira.
16. Transmigração da família real portuguesa para o Brasil.
17. Regência de D. Pedro. Independência.
18. O 1º Reinado.
19. A regência.
20. A maioridade. Lutas civis até 1848. Lutas no Prata. Oribe e Rosa.
21. Guerra do Paraguai.
22. A abolição.
23. A República. Governo Provisório.
24. A Constituinte. Governos constitucionais até W. Luiz.

História Geral

1. Pré-história. Egípcios. Assírios e babilônios.
2. Fenícios e hebreus.

3. Povos arianos. Hindus, Medas e Persas.
4. A Grécia. Povo e país. Colonização. Tempos heróicos.
5. Esparta e Atenas. Licurgo e Solon.
6. Período legendário.
7. Guerras Pérdicas.
8. Guerras do Peloponeso.
9. Hegemonia de Tebas.
10. A Macedônia. Filipe e Alexandre. Retirada dos dez mil.
11. Ciências, Letras e Artes na Grécia.
12. A Itália, Roma; fundação. Os Reis.
13. República. Lutas das Classes. A secessão, o Código das XII Tábuas. Invasão Gaulesa.
14. Guerras púnicas.
15. Mario e Sila.
16. Os triunviratos.
17. A formação e expansão do domínio romano.
18. O império. Augusto e imperadores de sua família.
19. Flávios e Antoninos.
20. A decadência. Diocleciano e Constantino.
21. Os bárbaros e as invasões. Queda do Império.
22. Francos Merovíngios. Carlos Magno.
23. Maomé e o Islamismo.
24. Feudalismo. As Cruzadas.
25. Império Romano Alemão. Os papas. Questão das investiduras.
26. Anglo-saxões e Normandos. Magna Carta.
27. Capetos. Filipe IV, e a Santa Sé.
28. A guerra dos cem anos.
29. Mongóis e turcos. Queda de Constantinopla.
30. Vista geral da Idade Média. Itália. Suíça.
31. As invenções. Descobrimientos marítimos. Renascença.
32. O absolutismo. Luiz XI.
33. Inglaterra. Guerra das 2 Rosas. Espanha: Fernando e Isabel. Conquista da América.
34. A reforma. A contra-reforma.
35. Francisco I e Carlos V.
36. Guerras religiosas na França. Henrique IV.

37. Filipe II e Isabel. Maria Stuart.
38. Luiz XIII. Guerra dos 30 anos.
39. Luiz XIV.
40. Revolução inglesa de 1648. Carlos I e Cromwell, A revolução gloriosa.
41. Frederico da Prússia e Maria Tereza.
42. Pedro, o Grande e Carlos XIII. Catarina II.
43. Independência dos Estados Unidos.
44. Revolução Francesa.
45. Diretório e Consulado.
46. Napoleão e o Império.
47. Europa contemporânea. Luiz XVIII e Carlos X.
48. Luís Filipe. Independência da Bélgica e da Grécia.
49. Napoleão III. Guerra da Criméia. Expedição do México.
50. Unidade da Itália. Cavour. Garibaldi.
51. Unidade da Alemanha. Bismarck. Guerra da Áustria e guerra franco-prussiana.
52. Rússia. Guerra turco-russa e guerra russo-japonesa.
53. América. Guerra de Secessão. Guerra hispano-americana.
54. A Grande Guerra Mundial (1914-1918).

Aprovado pela Congregação – São Paulo
Diário Oficial, 1928¹

¹ BITTENCOURT, C. M. F. 1990. *Pátria, Civilização e Trabalho*. O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola (nos Anexos).

ANEXO 12

Programa da 15ª Cadeira de História do Brasil do Ginásio da Capital do Estado de São Paulo

1. ANNO

1. Descobertas marítimas e geográficas dos portugueses e hespanhoes no seculo 15 e 16. Revolução economica na Europa como consequência dessas descobertas.
2. Descobrimto do Brazil e noticias das viagens que procederam a vinda de Pedro Alvares Cabra.
3. As primeiras explicações depois da descoberta do Brazil, Descripções geral de sua fauna e de sua flora.
4. As raças indigenas do Brazil. Sua lingua, sua industria, suas armas e seus usos.
5. Organização social de idéias religiosas dos indios: period da civilização em que se achava no tempo da descoberta.
6. D. João 3 pensa em colonizer o Brazil até então em abandon. Christovam Jacques e os francezes
7. Martin Affonso de Souza, seus feitos na Bahia, no Rio de Janeiro, na Ilha de Cananéia. Fundação da capitania de São Vicente.
8. O Brazil dividido em 15 seções formando 12 capitancias hereditárias. Direitos e privilégios consignados nos foraes dos donatarios.
9. Prosperidade das capitancias de S. Vicente e Pernambuco.
10. Como foram introduzidos os primeiros escravos, ou origem da escravidão no Brazil. Relação entre os colonos portuguezes e os indigenas.
11. O systemaprimitive das capitancias hereditárias mallogrou-se em geral; razão deste facto e estabelecimento de um governo central.
12. Thomé de Souza. 1 governante geral, seus trabalhos e resultados importantes de sua administração.
13. Governo de D. Duarte de Castro. Difficuldade originadas da perturbação entre o poder civil e a auctoridade eclesiástica.
14. Os jesuítas do Brazil; sua influencia sobre os indigenas. Trabalhos de catechese. Os padres Manoel de Nobrega e Anchieta.

15. As capitancias do Sul durante o governo de Duarte da Costa. Fundação da cidade de S. Paulo. Peregrinação de Staden. O morubixaba Cunhanbebe. Seu retrato.
16. Os francezes na bahia do Rio de Janeiro. Suas relações de amizade com os Tamoyos.
17. Mem de Sá, terceiro governador geral. Os francezes são expulsos da bahia do Rio de janeiro. A fundação da cidade de S. Sebastião.
18. A liberdade dos índios e os jesuítas. Fim do governo de Mem de Sá. Juizo acerca de sua administração.
19. Divisão do Brazil em dous governos: Brito e Salema. Feitos de um e de outro. Reunião de dous governos em um só.
20. Primeira ideia de independencia com a aclamação de Felipe 2 no Brazil. Lourenço da Veiga e Salvador Corrêa no Rio de Janeiro.
21. Estado do Brazil quando passou para o domínio hespanhol. Consequencias dessas incorporações.
22. Vista geral da historia do Brazil desde a descoberta até 1580.

2. ANNO

1. Logar que ocupa a Historia do Brazil no quadro geral da historia dos povos americanos.
2. Governo interino de 1581 – 1583. Administração do 1 governador hespanhol Manoel Telles Barreto. Colonisação da Parahyba.
3. As ordens religiosas dos carmelitas, dos capuchos e dos benedictinos. Serviços que ellas prestaram ao Brazil. Junta interina que succedeu a Manuel Telles Barreto, 1587 – 1591.
4. O Governo de D: Francisco de Souza. Fundação da capitania do Rio Grande do Norte. Preponderancia dos jesuítas.
5. D. Diogo Botelho, difficuldades do seu governo. Tentativas malogradas da colonização do Ceará.
6. D. Diogo de Menezes, Nova divisão do Brazil em dous governos e subsequente reunião em um só. Colonização do Ceará.
7. Maranhão: os francezes e as colônias. Estabelecimento da colônia do Pará. Sua descripção.

8. Invasão neerlandesa: Companhia de commerciohollandeza, seus privilégios, seus chefes e suas forças. Occpação da Bahia.
 9. Recuperação da Bahia pela Hespanha. Governo de D. Francisco de Moura. D. Fradique de Toledo Ozorio. Capitulação da cidade de S. Salvador.
 10. Os hollandezes preparam nova invasão. Preferências dadas a Pernambuco. Mathias de Albuquerque a valor dos pernambucanos.
 11. Deserção de Calabar e suas consequências. Retirada de Mathias de Albuquerque para Porto Calvo. Execução de Calabar.
 12. D. Luiz de Rojas e Borja e o conde de Bagnuolo. Chegada de Mauricio de Nassau.
 13. Administração sabia de Mauricio de Nassau, suas emprezas, suas vitórias, sua retirada para Europa.
 14. Acclamação de D. João IV. Estado do Maranhão e das capitãias da Bahia para o Sul desde 1624 – 1641.
 15. Feitos de André de Vidal Negreiros, Henrique Dias, Camarão e João Fernando Vieira até a primeira victoria dos Guararapes em 1648.
 16. Circunstancias que favorecem a causa da metropoleportugueza na luta com os hollandezes. Factos importantes até a paz, a capitulação da capitania de Taborda.
 17. Fontes históricas acerca das guerras com os hollandezes. Paz de Portugal com a Hollanda. Resultados da guerra, 1661.
 18. As capitãias extranhas, as luctas neerlandeses. Acclamação de D. João IV no Rio, Santos e S. Vicente. Os paulistas e Amador Bueno.
 19. S. Paulo e os bandeirantes: período expansivo dos povos do Brazil.
 20. Os colonos e o jesuítas. Papel do Padre Antonio Vieira até 1668.
 21. O Pará e o Maranhão de 166- e 1654.
 22. D. Affonso VI e a regência de D. Pedro. Destruição dos Palmares.
 23. Fundação da colônia do sacramento. Luctas e discórdias entre portugueses e hespanhoes a proposito dessa colonia.
 24. Causas da guerra da sucessão da Hespanha. Origem da questão do Oyapoc.
 25. Erros administrativos do Brazil. Privilegios exagerados da Companhia do Commercio do Maranhão. Revolta de Beckman, 1652 – 1685.
 26. Estado das letras no Brazil no fil do século XVII Gregorio de Mattos, Botelho de Oliveira, Antonio de Sá e Eugenio de Mattos. Pintura: frei Ricardo Pilar.
 27. Consequencias da guerra da sucessão da Hespanha no Sul. Ainda a colonia do Sacramento.
 28. Consequencias da guerra da sucessão da Hespanha no Rio de Janeiro. Duclerc e Duguay-Trouin.
 29. Disposição dos tratados de Utrecht referente ao Brasul. Limite septentrional do Brasil.
 30. Guerra Civil dos Mascates e dos Emboadas. Actos importantes para o Brazil dos ultimosannos do reinado de Pedro III até a subida ao throno de Portugal de D. João V.
 31. Vista retrospectiva da vida da colônia sob o aspecto politico.
 32. Synthese do movimento litterario e das organização religiosa desde 1550 – 1708.
- 3 ANNO
1. Recapitulação summaria dos factos mais importates da historia do Brazil desde 1500 até 1580.
 2. Synthese dos acontecimentos notaveisaccorridos do anno de 1580 até 1707.
 3. Desenvolvimento e progresso do Brazil no reinado de D. João 5.
 4. A conquista do interior nos séculos 17 e 18. Descoberta das minas de ouro.
 5. A colonia do Sacramento e a questão do Oyapoc desde o tratado de Utrecht até o armistico de paris de 1737.
 6. Creação dos bispados de Marianna e S. Paulo, e das prelarias de Goyaz e Matto Grosso. Estudo detalhado dos factos da vida nacional desde o armistício de Paris até o tratado de Madrid de 1750.
 7. Alexandre de Gusmão e sua influencia como estadista. Lourenço de Gusmão e seu invento.
 8. Viagem ao Matto Grosso pelo rio Madeira. Trabalhos do viajante laCondamine. Obras do padre Simão Marques.

9. Synthese dos serviços mais importantes prestados ao Brazil pelos monjesbeneditinos.
 10. Antiguidade da descoberta de minas de ouro em S. Paulo. Importantes districtosmineiros nas Geraes. Os Paulistas e os Emboabas.
 11. Bartholomeo Bueno em Goyas, Pascoal Moreira em Cuyabá.
 12. Olinda e Recife de 1680 até 1715. Mascates.
 13. Morte de D. João 5 D. José 1, rei de Portugal. Intrigas contra o tratado de Madrid. Nomeação do marquez de Pombal para primeiro ministro.
 14. Luta do marquez de Pombal contra os jesuítas. Critica dos serviços prestados ao Brazil pela Campanha de Jesus.
 15. Governo do Conde de Bobadella e do Conde da Cunha no Rio de Janeiro.
 16. Expulsão dos jesuítas do Brazil. Forma de expulsão. Character da perseguição contra os jesuítas hespanhoes na mesma epocha.
 17. O marquez de Pombal como estadista, influencia de sua administração no Brazil.
 18. Estado do Brazil na epocha da expulsão dos jesuítas. Litteratura.
 19. Primeiras idéias de independência sob fôrma republicana no Brazil. Felipe dos Santos em Minas.
 20. Conspiração em Minas Gerais no anno de 1788. Tiradentes. Considerações acerca do malogro desta revolução.
 21. D. Maria 1 e a regencia do principe D. João em Lisboa.
 22. Consequencia da revolução franceza em Portugal: Guerra ao Sul do Brazil.
 23. Conquista de Portugal por Napoleão. A Hespanha a favorece. D. João resolve-se a vir para o Brazil.
 24. As letras e sciencias em Portugal e no Brazil no ultimo quarto do seculo
 18. Frei Velloso e seus companheiros de trabalho. Silva Alvarenga, Souza Caldas e Joaquim José Lisboa.
- 4 ANNO
1. Recapitulação dos factos mais importantes da historia do Brazil desde 1707 até 1750
 2. Revisão dos acontecimentos occorridos no Brazil desde o tratado de Madrid em 1750 até o de Santo Ildelson em 1777.
 3. Revisão do governo de D. Maria 1 e da regencia do principe D. João até a vinda da familia real portugueza para o Brazil.
 4. Chegada do principe ao Brazil. Sua administração D. Rodrigo de Souza Coutinho e seus serviços do Brazil e aos Brazileiros.
 5. Guerra com os francezes ao Norte. O marquez de Queluz e a cidade de Cayena. O Brazil declarado reino.
 6. Guerra do Sul. Vicyoria de Taquarembó. Limites com Montevidéo.
 7. Acclamação e coroação de D. João 6. Seu casamento. Naturalista que acompanham a rchidduqueza Leopoldina.
 8. Historia da relução pernambucana de 1817. Luiz do Rego e a posteridade.
 9. O clero e as idéias democráticas no Brazil. Papel do padre na Inconfidencia Mineira e na revolução pernambucana de 1817.
 10. Os escreptores, os viajantes e o desenvolvimento da imprensa periodica durante a estada de D. João 6 no Brazil.
 11. Descrição do morro de ferro de Araçoyaba e o estabelecimento da primeira grande fundição.
 12. Revolução de 1820 em Portugal e seus efeitos no Brazil.
 13. Regresso da corte portugueza para Lisboa e synthese dos beneficios produzidos pela sua estada no Brazil.
 14. Primeiros actos da regencia de D. Pedro. Difficultades economicas. Agitação das provincias.
 15. Empenho da recolonisação do Brazil pela côrte portugueza. O dia do “Fico”.
 16. Desde o dia do “Fico” até o do Ypiranga: 9 de Janeiro a 7 de Setembro de 1822.
 17. Acclamação e coroação de D. Pedro, como 1 Imperador do Brazil. Guerra da Independencia.
 18. A Assembléia Constituinte. Sua dissolução. Movimento do partido no Rio de Janeiro. Juramento da Constituição.
 19. Supplicio de Frei Caneca ou a revolução de Pernambuco de 1824.
 20. Guerra do Rio da Prata. As nossas derrotas em Passo do Rosário e Ituzaingo. Tratado de 27 de Agosto de 1828. Independencia da Banda Oriental.

21. Tratado de commercio. Medida legislativa. Revolução das tropas estrangeiras e o almirante Rousien.
22. Agitação em Pernambuco e na Bahia. Movimentos em Minas e Badaró em São Paulo.
23. A imperatriz D Amelia. Abdicação, 7 de abril de 1831.

5 ANNO

1. Revisão da historia do Brazil desde a chegada da familia real de Bragança até a independencia.
2. Synthese de factos importantes do primeiro reinado.
3. Estado dos espiritos logo após a abdicação. Governo regenciais. Primeira parte: Regencia provisoria e permanente trina.
4. O governo da regencia. Os partidos. As camaras e acto adicional de 1834.
5. Governo regenciaes. Segunda parte: Regencia do Padre Diogo Antonio Feijó.
6. A revolução da Bahia de 1837 e o dr. Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira.
7. Regencia do senhor Pedro de Araujo Lima. Revolução republicana no Rio Grande do Sul.
8. Declaração de maioridade de D. Pedro 2. 1 ministerio depois da maioridade. Movimento revolucionario em S. Paulo e Minas.
9. O Imperio e a pacificação do Rio Grande do Sul. Revolução praieira de 1848.
10. Guerra contra Oriba e Rosas. A questão anglo-brazileira Christie.
11. Guerra com o Uruguay. Intervenção indebita do dictador do Paraguay.
12. Guerra contra o Paraguay. Triplece alliança. Passagem do Paraná. Curuzú e Curupaity.
13. Guerra do Paraguay: Caxias, general em chefe. Comando do conde d'EU. Conclusão da guerra.
14. O elemento servil. Origem e desenvolvimento da escravidão no Brazil.
15. O abolicionismo. Suas phases principaes. O 13 de Maio.
16. Os estadistas e os partidos politicos no Brazil durante o reinado de Pedro 2.

17. Apreciação do governo deste soberano. As letras, as sciencias e as artes do seu reinado.
18. A idéia republicana no Brazil. Seu triumpho em 15 de Novembro de 1880.

6 ANNO

- O sexto e ultimo anno será destinado ao estudo detalhado da capitania de S. Vicente desde sua fundação por Martim Affonso de Souza até sua ulterior reversão `a corôa de Portugal. Assim tambem far-se-á neste anno a revisão geral da Historia do Brazil e a explanação do seu desenvolvimento sob o regimen republicano.
- O lente interino da cadeia.
José Valois de Castro.
- Fonte: FEITOSA, Miguel Alves. Relatório apresentado ao ilustre cidadão Doutor Antonio Dino da Costa Bueno M. D. Secretaria de Estado dos Negocios do Interior pelo Director do Gymansio da Capital Miguel Alves Feitosa. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1897.